



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**ZILDA DE BRITO LIMA**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI: AVALIAÇÃO DO  
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE  
SOCIAL NO PERCURSO ACADÊMICO DOS BENEFICIÁRIOS**

**TERESINA (PI)  
2024**

**ZILDA DE BRITO LIMA**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI: AVALIAÇÃO DO  
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE  
SOCIAL NO PERCURSO ACADÊMICO DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o desenvolvimento regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos.

**TERESINA (PI)  
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras Serviço de  
Processamento Técnico

L732p

Lima, Zilda de Brito.

A política de assistência estudantil no IFPI: avaliação do programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social no percurso acadêmico dos beneficiários / Zilda de Brito Lima. -- 2024.

131 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em Gestão Pública, Teresina, 2024.

“Orientador: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos”.

CDD 320.6

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

ZILDA DE BRITO LIMA


**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO PERCURSO ACADÊMICO DOS BENEFICIÁRIOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.  
Orientador: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2024.


Documento assinado digitalmente  
 NELSON JULIANO CARDOSO MATOS  
Data: 23/02/2024 13:28:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos (UFPI)

**Orientador**

Documento assinado digitalmente


 ANA KEULY LUZ BEZERRA  
Data: 23/02/2024 12:15:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Keuly Luz Bezerra (UFPI)

**Examinadora Interna**

Documento assinado digitalmente

 LUIS CARLOS SALES  
Data: 23/02/2024 12:35:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Luís Carlos Sales (UFPI)

Examinador Externo ao Programa

### ***Dedicatória***

*A todas as mulheres que chegam à maturidade resignificando suas vidas e encontram nos desafios diários força para galgar novos patamares e que não desistem de seus sonhos e os realizam mesmo quando pensavam não ser mais possível.*

## AGRADECIMENTOS

A meu Deus, o meu sustentáculo, que, conhecendo as minhas fragilidades, segurou na minha mão emanando forças que fizeram com que eu consolidasse mais uma vitória na minha vida. A Ele toda honra e toda glória! Louvado seja o Senhor na minha vida!

A Nossa Senhora, que não cansa de interceder por nós junto a seu filho Jesus, a nossa veneração.

A meu pai (*In Memoriam*) e a minha mãe (uma criança frágil) que com sacrifícios criaram uma grande família na qual valores, como respeito, honestidade e amor ao próximo, são presentes nas nossas vidas e embora com pouco estudo nos ensinaram que só com a educação poderíamos construir uma vida mais confortável. Esse título é para vocês!

A meu esposo Ricardo e a meus filhos Ítalo e Davi que, nos bastidores de casa, longe dos muros das universidades, contribuíram para que eu não desistisse deste processo e sempre acreditaram no meu potencial mesmo quando eu achei que não. Vocês são minha fortaleza!

A minhas irmãs, sobrinhas e a tia Maria que, nas suas orações, me colocaram diante de Deus pedindo sua proteção nesta difícil jornada. Amo vocês!

A minha amiga Samara, que ficou comigo nos últimos instantes noturnos da inscrição no Programa, revendo a organização da documentação e que acompanhou a construção do meu projeto, com trocas, questionamentos, discussões, leituras e assim resultou na minha aprovação. Ô minha amiga, como posso agradecer sua dedicação?

A minha amiga Laura, que nunca deixou de me atender; embora com a carga do seu doutorado e lutas diárias, jamais disse um não para mim. Sempre atenciosa e cuidadosa. Os seus ensinamentos me auxiliaram em todos os momentos difíceis desta jornada. Não teria conseguido sem sua ajuda, não! Amizade cara essa minha, né? Mas estou aqui, concluindo esta etapa e dividindo com você esta vitória.

A minha amiga Shirley... eita, Shirley, como desabafei com você... meu cansaço, os nós na minha cabeça que as vezes me impediam de avançar. O seu olhar sempre tranquilo e atencioso me acalmou muitas e muitas vezes. Além da labuta na nossa Diretoria que você assumiu por entender que eu não dava conta, você ainda me ajudou nos detalhes da minha dissertação. Gratidão, minha amiga!

A meu amigo e professor José Luís que me socorreu quando eu estava cheia de dúvidas e pacientemente leu meu projeto de qualificação e trouxe relevantes contribuições. Estou te devendo essa, hein?

A meu orientador, professor Nelson Juliano, que me acolheu, acreditou no meu trabalho, que nunca fez imposições quanto à mudança de objeto de estudo, mas que, como grande professor que é, usou a sua sabedoria para despertar em mim a necessidade de mudança, fazendo com que eu compreendesse que ela traria um engrandecimento para o meu estudo. Foram várias discussões, inquietações e você, professor, sempre me tranquilizou com sua leveza, marcada pela firmeza de conhecimento, experiência profissional e sorriso acolhedor. Eu sempre precisei do seu sim para seguir com segurança. Você é a educação em pessoa! Muito obrigada!

Ao professor Luís Carlos que prontamente aceitou o convite de participar da nossa banca, mesmo com seu tempo limitado, e trouxe contribuições valorosas que dignificaram bastante o nosso estudo. Gratidão!

À professora Ana Keuly a quem tive o prazer de ter como professora neste mestrado e que passei a admirar diante de sua inteligência e condução da disciplina a qual proporcionou grandes aprendizagens. Sua presença em nossa banca abrilhantou meu trabalho com suas pertinentes considerações, ponderações e sugestões e isso tudo somado a sua disponibilidade em nos atender. Você é luz! Muito obrigada!

Ao Instituto Federal do Piauí, na pessoa do reitor, professor Paulo Borges, que viabilizou a parceria junto à Universidade Federal do Piauí no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública consolidando a execução deste mestrado. Gratidão!

Aos colegas da PROEX e à nossa pró-reitora Divamélia, que compreenderam que eu precisava me dedicar a este estudo, por isso me deixaram seguir sem muitas cobranças. Gratidão!

À coordenação e à secretaria do PPGP por nos atender prontamente; e a todo o corpo docente pela presteza em nos levar conhecimentos em forma de trocas, discussões e posicionamentos.

A nossa turma de discentes que foi fundamental neste processo com seu companheirismo, integração e solidariedade. Ali, ninguém soltou ninguém!

## RESUMO

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (POLAE) foi regulamentada com base no Decreto nº 7.234/2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cujas ações têm o propósito de viabilizar a igualdade de oportunidades, especialmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico. Procurando identificar o alcance e a contribuição da política frente aos indicadores de desempenho acadêmico, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários. Para contemplar o objetivo proposto, tem-se como objetivos específicos: a) analisar o desempenho acadêmico, considerando os indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes PAEVS, nos anos de 2014 a 2022; b) qualificar o desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020 comparando os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre os beneficiários e não beneficiários do PAEVS; c) comparar os resultados dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre os beneficiários e não beneficiários do PAEVS dos *campi* investigados, identificando as similaridades e diferenças que contribuem para suas performances. Para tanto, foi adotada como metodologia a pesquisa bibliográfico-documental, utilizando, como fontes de pesquisa, livros, artigos e legislações que tratam sobre a temática da assistência estudantil. Como instrumentais de coleta de dados, foram utilizados a tabela de indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão do PAEVS além dos relatórios de dados institucionais e sites oficiais. A partir dos dados coletados, foi feita uma análise quanti-qualitativa que respondeu ao objetivo proposto o qual comprovou que o PAEVS ao longo do período analisado vem contribuindo com a promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários e, dessa forma, pretende-se continuar na defesa de uma política de estado, transformando o PNAES em lei para, assim, fortalecer a política de assistência estudantil nas Universidades e Institutos Federais e conseqüentemente no Instituto Federal do Piauí.

**Palavras-chave:** Política pública. Desigualdade social. Indicadores educacionais.



## **ABSTRACT**

The Student Assistance Policy of Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (POLAE) was regulated based on decree no. 7.234/2010, which instituted the Nacional Student Assistance Program (PNAES), whose actions are intended to enable equal opportunities, especially for students in situation of social vulnerability, as well as, to contribute to the improvement in their academic performance. In attempt to identify the scope and the contribution of the policy in relation to academic performance indicators, this research has as general objective to evaluate the contribution of the Program for Assistance to Students in Social Vulnerability of the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Piauí in promoting the academic career of beneficiary students. In order to achieve the proposed objective, the specific objectives are: a) to analyze the academic performance, considering the indicators of dropout, failure, approval and completion of PAEVS students, in the years 2014 to 2022; b) to qualify the academic performance of entering students in Integrated Technical High Scholl in the years 2018, 2019 and 2020 by comparing the educational indicators of dropout, failure, approval and completion between PAEVS beneficiaries and non-beneficiaries; c) to compare the results of the dropout, failure, approval and completion indicators between PAEVS beneficiaries and non-beneficiaries at the campi investigated, identifying the similarities and differences that contribute to their performance. In order to do this, the methodology adopted as research sources was bibliographical-documentary research, using books, articles and legislation on the subject of student assistance. As data collection instruments were used the PAEVS dropout, failure, approval and completion indicator tables, as well as, institutional data reports and official websites. Based on the data collected, a quantitative and qualitative analysis was carried out to answer the proposed objective, which proved that PAEVS over the period analyzed has been contributing to the promotion of the academic path of the beneficiary students and, this way, we intend to contribute to continue defending a state policy, transforming PNAES into law in order to strengthen the students assistance policy in the Federal Universities and Institutes and, consequently, in the Federal Institute of Piauí.

Keywords: Public policy. Social inequality. Educational indicators.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Breve Retrospecto da Assistência Estudantil no Brasil .....	31
Figura 2 – Linha do tempo do Instituto Federal do Piauí .....	55
Figura 3 – Distribuição dos <i>campi</i> do IFPI .....	59
Figura 4 – Planilha matriz com dados do Campus Teresina Zona Sul .....	72
Figura 5 – Planilha matriz com dados do Campus Uruçuí .....	73
Figura 6 – Matrículas x Recurso AE x Beneficiários .....	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - AE antes e depois da POLAE .....	52
Quadro 2 - Educação Profissional: das origens à atualidade .....	60
Quadro 3 - Informações contidas na tabela de indicadores do PAEVS .....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de recursos da Assistência Estudantil .....	47
Gráfico 2 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2014 .....	80
Gráfico 3 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2015 .....	82
Gráfico 4 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2016 .....	83
Gráfico 5 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2017 .....	84
Gráfico 6 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2018 .....	86
Gráfico 7 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2022 .....	90
Gráfico 8 – Quantitativo de beneficiários atendidos pelo PAEVS.....	92
Gráfico 9 – PAEVS e a evolução dos indicadores.....	95
Gráfico 10 – CTZS, indicadores dos ingressantes de 2018 .....	100
Gráfico 11 – CTZS, indicadores dos ingressantes de 2019 .....	102
Gráfico 12 – CTZS, indicadores dos ingressantes de 2020 .....	103
Gráfico 13 – Comparativo dos indicadores do Campus Teresina Zona Sul .....	104
Gráfico 14 – CAURU, indicadores dos ingressantes de 2018 .....	106
Gráfico 15 – CAURU, indicadores dos ingressantes de 2019 .....	107
Gráfico 16 – CAURU, indicadores dos ingressantes de 2020 .....	108
Gráfico 17 – Comparativo dos indicadores do Campus Uruçuí .....	109
Gráfico 18 – Comparativo entre campi.....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E REDUÇÕES

AE – Assistência Estudantil  
BDBTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
BP – Benefício Permanente  
CAE – Coordenação/Comissão de Assistência Estudantil  
CAURU – Campus Uruçuí  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S.A.  
CF - Constituição Federal do Brasil  
COHEB - Conjunto Habitacional da Eletrobras Boa Esperança  
COLDIR – Colégio de Dirigentes  
CONSUP – Conselho Superior  
CTT – Centro Tecnológico de Teresina  
CTZS – Campus Teresina Zona Sul  
DAE – Diretoria de Assistência Estudantil  
DAE/MEC – Departamento de Assistência ao Educando do MEC  
DAMEO – Departamento de Acompanhamento e Monitoramento da Execução Orçamentária  
DIRCOM – Diretoria de Comunicação do IFPI  
DTI – Diretoria de Tecnologia e Informação  
EAA – Escola de Aprendizizes Artífices  
EAAPI – Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí  
ENCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
ETFPI – Escola Técnica Federal do Piauí  
ETF – Escola Técnica Federal  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano do Município

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PAE – Programa de Atendimento ao Educando

PAEVS – Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PCD – Pessoa com Deficiência

PGTAE – Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC-IT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

PIBIC-IT Jr – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Júnior

PIBIC Jr – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

POLAE – Política de Assistência Estudantil

PRAEI – Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino do IFPI

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão do IFPI

PROINST – Procuradoria Institucional

Rede EPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SESU/MEC – Secretaria de Ensino Superior do MEC

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIFAE – Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TAM – Termo de Acordo e Metas

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1 O percurso da Assistência Estudantil no Brasil: história, movimentos e contexto socioeconômico</b> .....	<b>27</b>
<b>2.2 O PNAES e a reconfiguração da Assistência Estudantil</b> .....	<b>32</b>
2.2.1 A Assistência Estudantil com foco na permanência e no êxito acadêmico .....	34
<b>2.3 A nova conjuntura para a Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí</b> .....	<b>38</b>
2.3.1 A formatação da POLAE para atendimento ao estudante em perspectivas diferenciadas .....	39
2.3.1.1 O Programa Universal e suas categorias .....	41
2.3.1.2 O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) .....	43
2.3.2 Significativas mudanças no delineamento das ações .....	44
2.3.3 O Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil .....	47
2.3.4 O Sistema de fluxo de atendimento ao estudante como ferramenta de gestão da Assistência Estudantil .....	48
<b>2.4 O Instituto Federal do Piauí: um olhar na história</b> .....	<b>55</b>
2.4.1 Da Escola de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais .....	55
2.4.2 O público estudantil diversificado em níveis de ensino e faixa etária .....	61
2.4.3 O Ensino Técnico Integrado ao Médio, oferta majoritária .....	62
<b>3 SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	<b>65</b>
<b>3.1 Tipologia da pesquisa</b> .....	<b>65</b>
<b>3.2 Universo da investigação</b> .....	<b>66</b>
3.2.1 Campus Teresina Zona Sul .....	67
3.2.2 Campus Uruçuí .....	68
<b>3.3 Recorte Temporal</b> .....	<b>69</b>
<b>3.4 Procedimentos técnicos e análise dos dados</b> .....	<b>69</b>
<b>4 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA PROMOÇÃO DO PERCURSO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS</b> .....	<b>75</b>
<b>4.1 PAEVS e os indicadores educacionais: interstício 2014-2022</b> .....	<b>75</b>
4.1.1 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2014 .....	80
4.1.2 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2015 .....	81
4.1.3 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2016 .....	83



4.1.4 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2017 .....	84
4.1.5 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2018 .....	85
4.1.6 Comprometimento dos dados nos anos 2019, 2020 e 2021 .....	87
4.1.7 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2022 .....	90
4.1.8 Fluxo do quantitativo de estudantes atendidos pelo PAEVS .....	91
4.1.9 PAEVS e a evolução dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão .....	95
<b>4.2 Estudantes PAEVS x Estudantes Não PAEVS: como se apresentam os indicadores educacionais .....</b>	<b>99</b>
4.2.1 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2018 .....	100
4.2.2 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2019 .....	100
4.2.3 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2020 .....	103
4.2.4 Campus Teresina Zona Sul: comparativo dos indicadores dos ingressantes de 2018, 2019 e 2020 .....	104
4.2.5 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2018 .....	105
4.2.6 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2019 .....	106
4.2.7 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2020 .....	108
4.2.8 Campus Uruçuí: comparativo dos indicadores nos anos de 2018 a 2022 .....	109
<b>4.3 Similaridades e diferenças entre os <i>campi</i> .....</b>	<b>111</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 e representa um recente marco no âmbito do reconhecimento da Assistência Estudantil como direito de estudantes brasileiros de Universidades e Institutos Federais (IFs). Com o fito de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010), o PNAES estabelece a responsabilidade do Estado na equalização das desigualdades educacionais entre esses estudantes, contribuindo para a democratização da educação pública.

Após a criação do PNAES, Universidades e Institutos Federais passaram pelo processo de implementação através da normatização de seus programas específicos de assistência ao estudante em conformidade com suas demandas e as da realidade local, uma vez que o sucesso do Programa “depende da capacidade institucional dos implementadores e dos contextos em que a política é executada” (Gomes; Passos, 2018, p. 439).

Nesse sentido, cada instituição, ainda que normatizada pelo mesmo instrumento legal, apresentou características distintas para a implementação do Programa. No Instituto Federal do Piauí (IFPI), a construção da Política de Assistência Estudantil (POLAE) envolveu gestores, técnicos – particularmente Assistentes Sociais – entre outros especialistas na área educacional. Consubstanciados na Resolução Normativa nº 14/2014, atualizada pela Resolução Normativa nº 35/2021, esse processo ocorreu a partir de meados de 2013 culminando com um novo modelo de gestão institucional.

A POLAE tem como público-alvo estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e Ensino Superior, em nível de graduação, e é norteada pelos princípios da educação como um bem público, gratuito e de qualidade, socialmente referenciada, cuja “Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva de educação como direito e compromisso com a formação integral do sujeito” (IFPI, 2021a, p. 9). O documento concebe a Assistência Estudantil “como uma política pública que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas, e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes” (IFPI, 2021a, p.10). Transita em todas as áreas dos direitos humanos até o provimento de recursos financeiros ao estudante, por meio de ações que possam proporcionar

desde os cuidados com a saúde física e mental até o acesso aos instrumentais de caráter psicossocial e pedagógico e de acompanhamento às necessidades educativas, imprescindíveis à formação acadêmica (IFPI, 2021a).

Logo, para surtir efeito na sua finalidade e objetivos, a POLAE, orientada pelas diretrizes postas pelo PNAES, reúne diversas iniciativas com ações, projetos e critérios direcionados aos estudantes como ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais com o objetivo de contribuir para a permanência e o êxito acadêmico, sobretudo dos estudantes em vulnerabilidade social.

Infere-se que, no entendimento de Assistência Estudantil na perspectiva de direito do estudante, a POLAE também é organizada de maneira a contemplá-lo com programas/ações de caráter universal vislumbrando possibilitar a todos participarem de ações que promovam o crescimento acadêmico, independentemente de sua condição social, embora não se distancie do público prioritário a ser atendido – renda per capita familiar de 1,5 salário-mínimo – conforme determinado pelo PNAES. Destarte, apresenta-se dividida em dois programas: Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e Programas Universais.

Importante enfatizar que a POLAE também normatiza o trabalho dos servidores na execução da Política por meio de uma equipe multiprofissional, que é ofertada nos 20 (vinte) campi do IFPI, em municípios distintos, com grande quantitativo de estudantes, cerca de 27 mil estudantes, entre adolescentes, jovens e adultos, matriculados nos diversos cursos ofertados pela instituição. Esta equipe formada por múltiplos profissionais, como Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistentes de Alunos, profissionais da saúde, entre outros, trabalha na perspectiva de promover um acompanhamento sistematizado aos estudantes identificando fragilidades e intervindo nas situações que ameaçam seu percurso acadêmico.

Dada a complexidade dos processos e visando ao aprimoramento e otimização da POLAE, foi organizado, em 2016, o Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil (PGTAE), composto por uma comissão multiprofissional formada por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais. As responsabilidades no cumprimento das ações para o alcance do objetivo proposto foram delineadas de acordo com as especificidades das categorias profissionais, principalmente instrumentais de acompanhamento às demandas estudantis.

Dentre esses instrumentais, destaca-se a “Tabela de Indicadores do PAEVS” que coleta dados quantitativos de estudantes atendidos no Programa, tendo como indicadores a permanência/evasão, aprovação/reprovação e conclusão, considerados por Lopes (2021) como ponto de partida para uma investigação mais aprofundada acerca das estratégias de incentivo à permanência e ao êxito educacional. Destaca-se ainda que o referido instrumental apresenta uma leitura qualitativa das causas da evasão e das medidas tomadas no enfrentamento desta.

Ainda com o intuito de otimizar o trabalho desenvolvido pela gestão da Assistência Estudantil, o IFPI concebeu e implementou o Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), um sistema de informações para registro e acompanhamento dos diversos atendimentos prestados aos estudantes, bem como o acompanhamento da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros referente à ação 2994 (assistência ao educando da educação profissional) que fomenta a AE.

O SIFAE contempla dados e informações pertinentes a todas as ações previstas na POLAE. É uma ferramenta de avaliação de gestão que, uma vez alimentada pelos técnicos responsáveis pelas execuções das ações, proporciona um acompanhamento transparente e sistematizado da Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela instituição. Importa registrar que, no corrente ano, as funcionalidades do SIFAE estão sendo adaptadas paulatinamente ao novo sistema adotado pela instituição como modelo de tecnologia de informação, o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Mesmo com instrumentais de acompanhamento disponíveis, ainda se encontra dificuldade em avaliar a contribuição do PAEVS, programa prioritário da POLAE, na promoção do percurso acadêmico dos estudantes contemplados com ele. Nestes termos, cumpre averiguar o alcance da Assistência Estudantil no contexto acadêmico, finalidade precípua do PNAES, portanto este trabalho propõe-se avaliar o PAEVS na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários.

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação consiste em um processo sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos mensurados. Para os autores, o propósito da avaliação é, ainda, orientar gestores quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Deste modo, a avaliação de uma política ou programa é de grande relevância para prestação de contas, para tomada de decisões, para identificar fragilidades, acertos e intervir na busca do aprimoramento. No caso da POLAE, essa avaliação se mostra ainda mais relevante em face das peculiaridades do público atendido.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2023), ferramenta que foi desenvolvida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que fornece dados de indicadores acadêmicos e de gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT), no ano de 2022, o IFPI registrou 27.729 estudantes matriculados nos cursos presenciais do Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e de Graduação (cursos de Licenciaturas, Tecnológicos e Bacharelados) entre adolescentes, jovens e adultos. Dos matriculados, 32,22% são estudantes entre 15 e 19 anos; 36,39%, entre 20 e 24 anos; 14,21% são de estudantes entre 25 e 29 anos; 6,8% são estudantes com 30 a 34 anos e 10,38% representam o percentual de estudantes acima de 35 a 60 anos. Constata-se, portanto, que a grande maioria do público estudantil do IFPI (82,82%) é constituída de adolescentes entre 12 a 18 anos, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil,1990) e de jovens entre 15 e 29 anos de idade, considerando o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013b).

No que tange à classificação racial, os estudantes se autodeclararam como sendo da raça amarela (1,07%); da raça branca (14,57%); da raça parda (63,51%); da raça preta (12,68%) e 7,96% não declararam. Entre os que se declararam pardos e pretos, 76,19% formam a maioria quanto à fração racial dos estudantes do IFPI.

Em relação à renda familiar dos estudantes matriculados nos cursos presenciais especificados acima, apenas 75,49% declararam a situação de renda familiar per capita apresentando os seguintes percentuais: 45,15% declararam renda familiar per capita de 0 a 0,5 salário mínimo (SM); 17,39%, renda per capita maior que 0,5 até 1 SM; 7,81% maior que 1 até 1,5 SM. Os dados revelam, portanto, que, do percentual de informantes, 70,35% dos estudantes são considerados público prioritário do PNAES/PAEVS posto que indicam renda per capita familiar de 0 a 1,5 SM, formando, assim, a maioria do público estudantil do IFPI. Dentre esses percentuais, chama a atenção o fato de que parte considerável de estudantes se encontra na faixa de renda de 0 a 0,5 SM, ou seja, indica família em condição de pobreza (FGV, 2022). Importante ainda ressaltar que 24,51% dos estudantes não informaram renda, portanto estão fora dos percentuais de renda analisados.

Tanto a pobreza quanto a desigualdade social são fenômenos pluridimensionais que, segundo Netto (2007), para serem compreendidos, impõem uma condição que consiste precisamente no fundamento socioeconômico, o qual dá vazão a inúmeras vulnerabilidades sociais, inclusive de acesso à educação, à permanência e ao sucesso escolar. Daí Lopes (2021, p. 16) considerar que “a POLAE contribui com a inclusão de estudantes que estariam à margem do processo educacional por sua condição social de pobreza”.

Importa enfatizar que o conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que, em conformidade com a POLAE, consiste em

um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda, e de bens de consumo (IFPI, 2021b, p.14).

Logo o termo vulnerabilidade social abrange não apenas pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, sexual e de gênero; exclusão pela pobreza; problemas relacionados ao uso indevido de drogas, deficiência física, entre outras (Moraes, 2010).

É nesse contexto marcado por fragilidades sociais que a presente proposta de pesquisa se debruça sobre o seguinte problema: Qual a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí no percurso acadêmico dos estudantes beneficiários?

Buscando descortinar a problemática posta, estabelece-se como objetivo geral: Avaliar a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários.

Para o alcance da proposição, elegeram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar o desempenho acadêmico, considerando os indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes PAEVS, nos anos de 2014 a 2022;
- b) qualificar o desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020 comparando os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre os

beneficiários e não beneficiários do PAEVS; c) comparar os resultados dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre os beneficiários e não beneficiários do PAEVS dos *campi* investigados, identificando as similaridades e diferenças que contribuem para suas performances.

Trata-se, portanto, de uma proposta no âmbito da contribuição de uma política de educação, situada em uma realidade específica, que é o Instituto Federal do Piauí. A investigação justifica-se pela necessidade de validar os resultados alcançados frente aos objetivos propostos pela POLAE/PAEVS ao longo de quase 10 anos de regulamentação.

Convém registrar que foram identificadas, por meio de busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como por compartilhamento interno em grupos de mensagens eletrônicas, algumas pesquisas que fizeram uma conexão com a Política de Assistência Estudantil do IFPI e/ou com o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). Foram detectadas 06 (seis) dissertações que pesquisaram diretamente a referida temática trazendo contribuições para a Assistência Estudantil por meio do processo avaliativo. Dentre elas, 02 (duas) pesquisas, a de Oliveira (2016) e a de Guedelho (2017), avaliaram a POLAE com o escopo voltado para os primeiros anos de sua implementação, ou seja, 2014 e 2015. Nas pesquisas de Miranda (2022), Lopes (2021), Diniz (2019) e Pereira (2017), a investigação ocorreu considerando a vivência do PAEVS em *campi* específicos.

Oliveira (2016) avaliou os processos de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) delineando as decisões tomadas, a escolha dos agentes, os processos de monitoramento e avaliação e os recursos e logística disponibilizados para as ações. Os sujeitos de sua pesquisa foram os gestores. Já Guedelho (2017) avaliou as concepções de Assistência Estudantil que norteiam a implementação do PNAES no Instituto Federal do Piauí e as implicações desse processo, na visão de estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo, cujos sujeitos foram servidores e estudantes do campus de Parnaíba e uma gestora da reitoria.

Miranda (2022) analisou as percepções dos estudantes do Ensino Médio Integrado, atendidos pela Política de Assistência Estudantil, quanto aos contributos da política em sua permanência e êxito escolar. Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do campus Floriano. Lopes (2021) analisou como o acesso aos

programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes, tendo como sujeitos estudantes do campus Parnaíba.

Dentre as pesquisas realizadas, as que diretamente assemelham-se a esta foram realizadas pelas pesquisadoras Pereira (2017) e Diniz (2019) que investigaram o PAEVS frente aos indicadores educacionais de evasão, aprovação e reprovação. Pereira (2017) teve como *locus* o Campus Teresina Central, enquanto Diniz (2019) explorou o campus Parnaíba.

Na investigação de Pereira (2017), que analisou os efeitos do PAEVS nos índices de evasão, aprovação e reprovação do Campus Teresina Central, os resultados apontaram que ocorreu redução das taxas de evasão e retenção no ano 2014, ano em que foi regulamentada a POLAE, considerando todos os estudantes da educação profissional no IFPI – Teresina Central. Constatou que, entre os beneficiários que ingressaram em 2014, estudantes dos cursos técnicos integrados e concomitantes/subsequentes, as taxas de reprovação diminuíram, porém, aumentaram os índices de evasão entre os que ingressaram no PAEVS em 2014 e 2015. A pesquisa evidenciou ainda que as principais causas de evasão no Campus Teresina Central não estão diretamente ligadas à insuficiência de recursos financeiros, mas, sim, a múltiplos fatores, tanto de ordem pessoal quanto externos. Pereira (2017) sugere mais pesquisas sobre avaliação da política de assistência estudantil frente aos indicadores acadêmicos do ensino profissional.

Diniz (2019) pesquisou sobre o PAEVS buscando compreender como o programa repercute na permanência e êxito acadêmico dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio na forma integrada do Campus Parnaíba, ou seja, o foco da pesquisa foi avaliar se o Benefício Permanente garante a permanência e o êxito escolar para estudantes beneficiários. Nesse sentido, o estudo revelou que o PAEVS, por meio do Benefício Permanente, garante a permanência e o êxito acadêmico, posto que os estudantes beneficiários apresentaram rendimento acadêmico satisfatório. Os índices de aprovação foram maiores que os índices de reprovação e evasão. No ano de 2015, 54,26% dos estudantes apresentaram êxito; em 2016, 51,61% foram aprovados; em 2017, ocorreu um declínio nestas taxas, representando 29,03% e, em 2018, o número de aprovações foi expressivo com 71% de estudantes beneficiários aprovados (Diniz, 2019).



Sobre evasão, a pesquisadora identificou um fluxo variável sobre esse fenômeno. Nos anos 2015 e 2016, os índices sofreram elevação, representando 9,75% e 11,98%, respectivamente, mas, em 2017, o índice apresentou as menores taxas, desde a implementação da POLAE no Campus Parnaíba: apenas 2,82% abandonaram a Instituição. No entanto, em 2018, observou-se um aumento dessas taxas, correspondendo a 7,84% de estudantes evadidos.

Pereira (2017) e Diniz (2019) convergem sobre as causas da evasão colocando esse fenômeno como multifacetado, com fatores individuais, internos e externos à instituição e destacam que a subjetividade que envolve a evasão não é objeto de estudo do PAEVS, uma vez que o Programa é direcionado para estudantes que se encontram em risco de evasão por condições socioeconômicas. Entretanto não descartam, pelo contrário, recomendam a possibilidade de estudo mais aprofundado sobre o evento e contribuições da POLAE nesse processo.

Enquanto fenômeno ameaçador de sucesso acadêmico, a evasão e demais indicadores educacionais devem ser objetos relevantes e constantes de estudos no campo educacional das políticas públicas e, nestes termos, esta pesquisa propôs uma investigação sobre a AE e os indicadores educacionais. Espera-se que este trabalho possa subsidiar debates e reflexões acerca da operacionalização de uma Política que responde pelo segundo orçamento da instituição, e possa contribuir de forma progressiva para o aumento de sua eficiência e eficácia, pois, conforme aponta Draibe (1997), a avaliação propicia a compreensão das políticas visando a seu aprimoramento.

Na perspectiva acadêmica, a relevância da pesquisa está sustentada na sistematização, elaboração e publicização de conhecimentos acerca das práticas e ferramentas de gestão que podem ampliar o acesso a políticas e serviços da Assistência Estudantil de forma efetiva e eficaz.

No âmbito pessoal, o interesse ocorre em vista da pesquisadora, que é Assistente Social, possuir vinculação com a Instituição onde será desenvolvido o estudo e desempenhar papel de gestora no IFPI respondendo pela Diretoria de Assistência Estudantil, subordinada à Pró-Reitoria de Extensão.

Ressalte-se ainda que, enquanto Assistente Social, a pesquisadora afina-se com ideais do projeto ético-político profissional contribuindo com a efetivação de direitos sociais e com a justiça social. E, como gestora da assistência estudantil,

acredita que a pesquisa possibilitará o aperfeiçoamento dos processos de gestão para maior efetividade das ações coordenadas por sua instância de gestão.

No que se refere à estrutura do trabalho, esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos e a introdução que apresenta a problematização do objeto investigado, a sua relevância, justificativa para o estudo, bem como descreve o objetivo geral e os objetivos específicos a fim de conduzir a investigação.

No primeiro capítulo, “A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí”, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a investigação, ressaltando-se a notoriedade e a necessidade de políticas públicas para mitigar os efeitos da desigualdade social que interferem no acesso à educação, na permanência e no êxito acadêmico dos estudantes. Dentre as políticas educacionais, evidencia-se a política de assistência estudantil regulamentada pelo decreto que consolidou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), particularizando a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí, discorrendo sobre programas e ações, configuração e formatação. O capítulo finaliza caracterizando o Instituto Federal do Piauí desde a sua criação até os dias atuais, demarcando as diversas fases pelas quais passou e que alteraram o seu formato educacional.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa são abordados no segundo capítulo, em que se define a tipologia da pesquisa, a caracterização do universo da investigação, o recorte temporal, os procedimentos técnicos, resultados e análise dos dados.

O capítulo três aborda as análises e os resultados da investigação, quanto à avaliação do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários.

No quarto capítulo, tecem-se as considerações finais, retomando os objetivos, a questão problema, a síntese dos resultados, limitações e lacunas.

## **2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ**

A acentuada desigualdade socioeconômica do país provoca a exclusão de uma parcela significativa da sociedade, especialmente daqueles que, ao longo da História, estiveram à margem do processo, vivendo em condições desfavoráveis—devido à negação do acesso aos bens necessários para uma vida digna de direitos com usufruto da saúde, moradia e educação. Com isso, fez-se necessária a criação de políticas públicas, a fim de combater a exclusão social e favorecer ações de promoção da igualdade de oportunidades.

Rodrigues (2011) compreende políticas públicas como um conjunto de ações ou programas que são institucionalizados pelo Estado para a promoção do bem comum sendo sua implementação um instrumento de promoção da cidadania. Já Assis (2012) a considera como uma política comum que visa trazer equidade, configurando-se como uma verdadeira substituição de desigualdades pela igualdade de oportunidades. Nestes termos, a política pública é formatada para responder à necessidade de um grupo a partir de um problema diagnosticado e mitigar os efeitos das desigualdades.

Na educação, as condições de acesso, permanência e êxito acadêmico no ensino médio, técnico e superior dos estudantes de camadas populares retratam bem essa desigualdade social. Com o intuito de buscar o enfrentamento dessa condição desfavorável, políticas interventivas foram pensadas e colocadas em execução na rede pública federal de ensino, a exemplo das Políticas de Assistência Estudantil presentes nas Universidades e Institutos Federais, consolidadas a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujos propósitos referem-se à promoção de ações de permanência para alcance do êxito, mitigando os efeitos das desigualdades sociais e da evasão, e contribuindo com a inclusão social (Brasil, 2010).

É neste prisma que se desenvolve esta seção, que apresenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí, sua construção e desdobramentos rumo à permanência e êxito acadêmico. Antes, porém, faz-se necessário identificar os caminhos percorridos pela Assistência Estudantil desde os primeiros traços que a caracterizavam até a sua configuração atual, além de conhecer a história dos

Institutos Federais, em particular do IFPI, sua estrutura organizacional, legislações e a composição do público estudantil.

## **2.1 O percurso da Assistência Estudantil no Brasil: história, movimentos e contexto socioeconômico**

Não tem como compreender a trajetória da Assistência Estudantil sem associá-la ao contexto sociopolítico que influenciou a educação superior e a educação profissional da rede federal de ensino. As condições de permanência desfavorável de parte significativa dos estudantes provocavam governos e instituições de ensino a desenvolverem práticas de assistência a eles direcionadas.

As raízes da assistência estudantil estão atreladas à migração de estudantes brasileiros para outros países, pois a primeira ação de assistência ao estudante no Brasil ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, com a instalação de uma casa destinada aos jovens estudantes filhos das elites brasileiras que se dirigiam à França e apresentavam instabilidade em termos de moradia (Kowalski, 2012; Silveira, 2012).

Nos anos de 1930, houve aumento no número de estudantes e, conseqüentemente, aumento da demanda por ensino superior, pois o Brasil apresentava grande crescimento industrial e de cidades também. Saviani (2010) aponta que foi após a Revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, no governo Vargas, que o Brasil ascendeu ao protagonismo nacional na educação, posto que ocorreu seu reconhecimento como um direito assegurado.

Nesse período de reconhecimento e consolidação da educação superior, foram identificadas as primeiras ações com características de Assistência Estudantil. Para Nascimento (2013), as ações de assistência ao estudante eram emergenciais e pontuais a fim de responder às diversas questões sociais que se manifestavam no contexto escolar. Dessa forma, ocorreu a abertura da Casa do Estudante do Brasil (Costa, 2009; Kowalski, 2012; Silveira, 2012).

Na educação profissional, o processo ocorreu de forma semelhante. Acrescenta-se, somente, que, paralelo à inserção da Assistência Estudantil na educação superior, na educação profissional, a assistência ao estudante surgiu em 1909, quando foram criadas pelo Decreto nº 7.566, de 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA). O Decreto previa, no artigo 28, que fossem estabelecidas ações de

apoio aos estudos dos órfãos, abandonados e desvalidos, através de “associações cooperativas e Caixas de Mutualidade entre os aprendizes” (Brasil, 1909).

Nas antigas Escolas Técnicas Federais, em tempo mais remoto Escolas de Aprendizes Artífices, já se desenvolviam ações direcionadas aos estudantes com base no referido Decreto, portanto antes mesmo de a educação superior traçar ações de linhas assistenciais. A partir da criação da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, no ano de 1910, identificam-se ações voltadas ao público estudantil, iniciando com a oferta da alimentação escolar através do Programa de Alimentação e, posteriormente, em 1950, a oferta de provimento repassado diretamente ao estudante por meio do Caixa Escolar, extinto no ano 2.000, tendo como finalidade proporcionar ajuda financeira e assistencial a alunos considerados de baixa renda, bem como colaborar com visitas, festividades e promoções escolares com fins educativos (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Nas Constituições de 1946 e de 1967, a educação é evidenciada como um direito de todos e, junto a ela, destaca-se também a assistência ao estudante, obrigatória em todos os níveis de ensino, assegurando aos alunos necessitados condições de sucesso escolar (Brasil, 1946, 1967).

Nas décadas de 50 e 70 do Século XX, a expansão das vagas no ensino superior trouxe o acesso de estudantes das classes mais populares cujas características socioeconômicas e educacionais mais precarizadas passaram a gerar demandas por ações específicas para atendimento de suas necessidades. Desse modo, começaram as reivindicações por meio da organização estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos para isso (Sousa, 2005).

Como fruto desse movimento, ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades que exigissem a contrapartida de trabalho. Além disso, o art. 62 da LDB de 1971 consolidou essas ações com oferta de auxílios para

aquisição de material escolar, alimentação, transporte, moradia, vestuário e assistência médico-odontológica (Brasil, 1971).

Sobre o programa Bolsa de Trabalho, ressalta-se que foi instituído em 1972 pelo decreto de Nº. 69.927 e tinha uma formatação semelhante a um programa de estágio, no qual o exercício profissional deveria estar alinhado à formação acadêmica. Entretanto, para estudantes comprovadamente carentes, poderiam ser atribuídas tarefas não relacionadas com sua formação escolar. Para Ramalho (2013), o programa fazia uma associação entre auxílio financeiro, educação e trabalho e era destinado a estudantes de baixa renda, de todos os níveis de ensino, cujo objetivo era o desenvolvimento de atividades profissionais para o mercado de trabalho.

O programa Bolsa de Trabalho foi um modelo de grande visibilidade e repercussão e permaneceu até o surgimento de novo formato da assistência estudantil via Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No novo modelo, a contrapartida de trabalho foi retirada de pauta, uma vez que a prioridade, de acordo com o PNAES, passou a ser oferecer condições e oportunidades para que o estudante pudesse permanecer na escola, galgar êxito acadêmico, sem que para isso precisasse oferecer sua força de trabalho para a instituição de ensino.

Salienta-se a importância do programa Bolsa de Trabalho que, sem dúvida, oportunizou a inúmeros estudantes a experiência do trabalho administrativo, as relações sociais de trabalho, a desenvoltura e a responsabilidade na prestação de serviços. No entanto, salienta-se também que, por meio das atividades de trabalho desenvolvidas pelos estudantes, as instituições usufruíram dessas contribuições para suprir suas carências de servidores administrativos, aproveitando-se de um trabalho de qualidade sem uma remuneração justa e sem arcar com as responsabilidades trabalhistas.

O programa Bolsa de Trabalho foi extinto da grande maioria das instituições federais de ensino. Oficialmente, ocorre a oferta de estágio como componente curricular, com o delineamento voltado para a prática aliada à aprendizagem e os estudantes têm o direito de receber suas bolsas apenas como incentivo para seu crescimento acadêmico e profissional, como também para participar de projetos de pesquisa e extensão que certamente promoverão grandes aprendizagens.

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), com o intuito de discutir, elaborar e propor ao MEC

diretrizes para uma política de promoção e fortalecimento de causas estudantis (FONAPRACE, 2012).

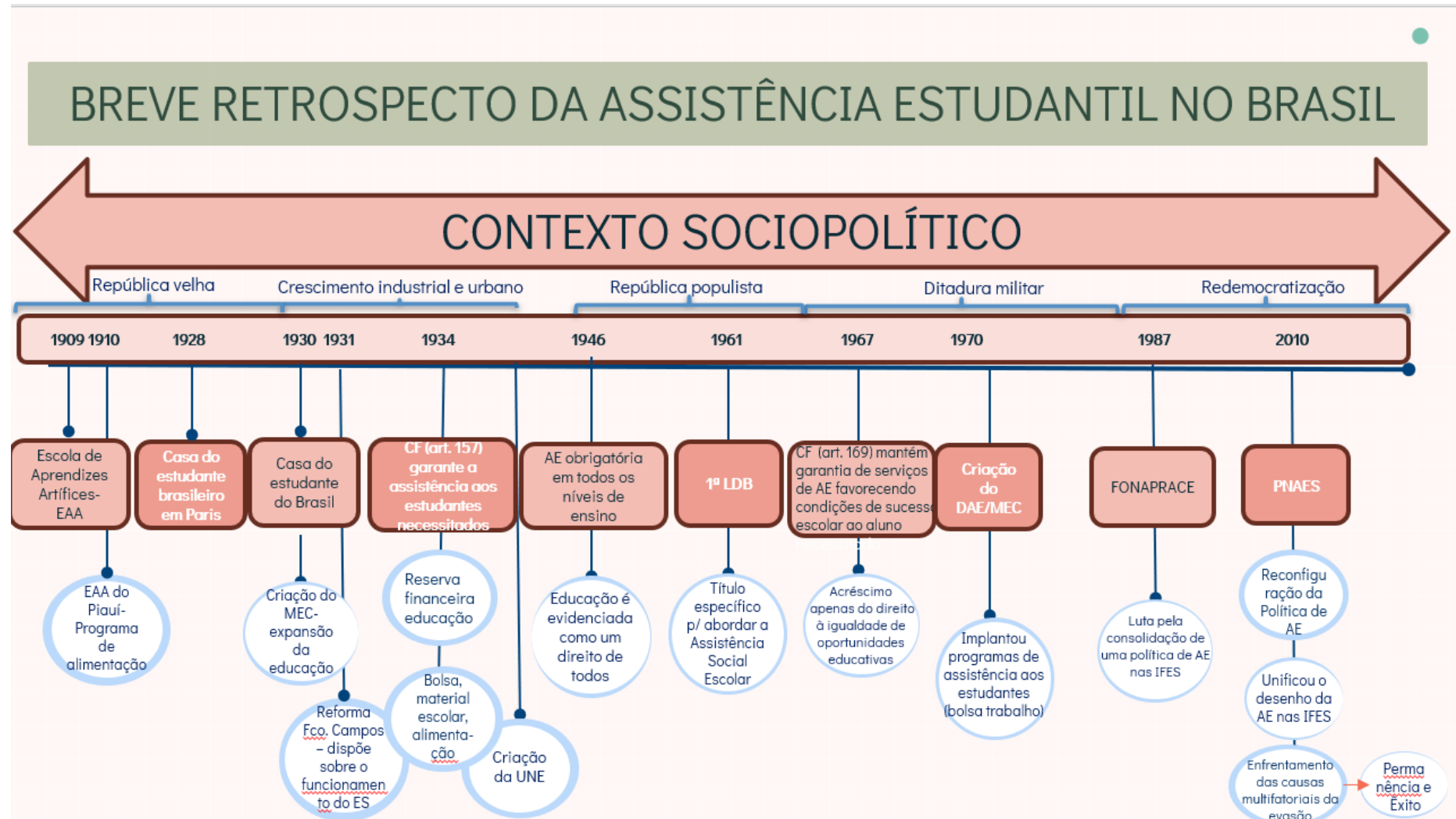
Buscando integrar o debate acerca da assistência estudantil às pautas reformistas, o Fórum defende uma universidade pública, gratuita e de qualidade (FONAPRACE, 1993). Segundo Nascimento (2013), o FONAPRACE promoveu a consolidação de uma política de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior.

Vale salientar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um importante marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades. Esse período, que marca a educação como um direito público, tornou-se um marco histórico para a Assistência Estudantil.

Contudo, na década de 90, a educação sofreu influência da política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O modelo implantado sucateou as universidades públicas provocando a expansão do ensino privado e a inexistência de uma política efetiva de assistência estudantil, contrariando as prescrições da LDB, Lei nº 9394/96 (Vasconcelos, 2010).

No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a AE voltou à pauta das políticas públicas embalada pelas principais bandeiras empunhadas pelo governo Lula, entre elas a retomada do crescimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social. Porém, somente no segundo mandato do presidente Lula, ocorreu a formatação de um Programa Nacional de Assistência Estudantil, visando à garantia de igualdades de oportunidades, permanência e êxito para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que, por fatores socioeconômicos, entre outros, corriam riscos de evadirem-se do processo educacional.

Figura 1 – Breve Retrospecto da Assistência Estudantil no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2023).



## 2.2 O PNAES e a reconfiguração da Assistência Estudantil

Em 12 de dezembro de 2007, foi aprovado, por meio da Portaria Normativa Nº 39/2007 - MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A construção do projeto foi subsidiada pela pesquisa sobre perfil socioeconômico dos estudantes, a qual apontou fatores preponderantes na garantia das condições justas de continuidade no ensino superior, como: permanência, desempenho acadêmico, cultura, lazer e esporte e assuntos de juventude (Kowalski, 2012). De acordo com Ramalho (2013), o documento formalizou a Assistência Estudantil como política pública utilizada pelas instituições federais como uma ferramenta para incentivar o acesso e a permanência dos estudantes com ações vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.

O PNAES foi regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com pequenas alterações sobre o documento originário formalizado pela Portaria Normativa Nº 39/2007 – MEC, com a perspectiva de democratizar e ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. As ações devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes às comunidades indígenas e quilombolas (Brasil, 2010).

Para atingir as metas, o PNAES assegurou um aporte de recursos financeiros constituindo-se em investimento concreto por meio da ação 2994, que trata da assistência ao educando da Rede Federal, a fim de incentivar bons índices de aproveitamento e avaliação, coibindo a evasão escolar, especialmente da população mais empobrecida. O volume de recursos da ação 2994 é calculado com base no número de alunos matriculados e com a expansão da rede federal. De acordo com o Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC, os recursos saíram da margem de cinco milhões em 2003 para 180 milhões no ano de 2011 (Brasil, 2011).

Ainda que o PNAES seja considerado um avanço para a Política de Assistência Estudantil, pois amplia as ações em diversas áreas, perpassa não só o ensino, mas a pesquisa e a extensão e flexibiliza para que as instituições organizem suas políticas

de Assistência Estudantil de acordo com suas especificidades, incluindo os institutos federais (Brasil, 2010). Também consolida as ações a serem desenvolvidas por meio de um orçamento próprio e descentralizado para as instituições. Percebe-se aí uma ação focalizada no estudante com renda per capita de um salário mínimo e meio, sendo este o público prioritário a ser atendido.

Embora evidencie esse público prioritário, como o próprio programa oferece a possibilidade de as instituições organizarem e estruturarem suas políticas e ações da Assistência Estudantil, é possível contemplar os estudantes também dentro de uma perspectiva mais ampla, uma possibilidade universal, entendida como o atendimento ao estudante sem o credenciamento feito pela análise socioeconômica. Entretanto a participação ocorre por meio de processo seletivo também, mas sob o regimento de outros critérios de acesso.

E foi assim que parte das instituições formataram suas políticas de Assistência Estudantil. Para exemplificar, destaca-se a Política de Assistência Estudantil de alguns institutos federais. No Instituto Federal do Piauí, no Instituto Federal da Bahia e no Instituto Federal de Minas Gerais, as ações da Política de Assistência Estudantil são realizadas por meio de ações de caráter universal, portanto acessíveis para todos os estudantes e por programas direcionados aos estudantes em vulnerabilidade social, sendo este último aquele que contempla o maior número de alunos e, por consequência, o que oferta um volume maior de recurso (IFPI, 2021a; IFBA, 2016; IFMG, 2020).

Convém salientar que tanto junto ao público prioritário determinado pela renda per capita, quanto pelo atendimento com características mais universais, a execução do PNAES ocorre de forma seletiva, pois o recurso que dá sustentação ao programa não é suficiente para atender a todos os estudantes com renda per capita de um salário-mínimo e meio. Eles são selecionados em escala a partir do mais vulnerável socialmente sem, contudo, chegar ao teto da renda per capita determinada e nem tampouco atender o universo total dos estudantes. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018) realizada pelo FONAPRACE, 70,2 % dos estudantes têm renda per capita até 1,5 SM. Para a realidade dos institutos federais, dentre eles o Instituto Federal do Piauí, de acordo com dados registrados em março de 2023, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), 72,56% dos estudantes estão dentro do perfil PNAES.

Sobre isso, Prada e Surdine (2018) dizem que o PNAES não contempla todos os estudantes de renda per capita de um salário-mínimo e meio, perpassando por uma seleção que elege o mais pobre de forma escalonada. Nem mesmo os programas ditos universais garantem a universalidade contemplando todos os estudantes da instituição. Para as autoras, o que prevalece são a focalização e a seletividade, bem como a promoção de uma disputa em torno da quantidade de recursos destinados aos programas universais e seletivos.

Ainda sobre aspectos observados no PNAES que merecem ser enaltecidos, encontram-se as diversas formatações da política de Assistência Estudantil nas instituições. Os programas desenvolvidos apresentam modelos de ações diferenciadas. Algumas IFES permaneceram usando os auxílios ofertados ao estudante em vulnerabilidade social, direcionado para o atendimento de uma necessidade específica, a saber: auxílio-transporte, para a necessidade de transporte, auxílio-alimentação para necessidade de alimentação do estudante, entre outros, aliada à necessidade a nomenclatura e o tipo de auxílio. Outras instituições, como o Instituto Federal do Piauí, ofertam apenas um tipo de auxílio ao estudante em vulnerabilidade social para ser usado conforme sua necessidade imediata, seja para transporte, compra de algum material, lanche ou outro, que recebe o nome de Benefício Permanente.

Assim, cada instituição organiza suas ações no âmbito de suas realidades e naquilo que julga ser mais adequado para o atendimento dos estudantes, bem como na perspectiva da cooperação da gestão pública comprometida com o sucesso acadêmico. Neste sentido, aponta-se o PNAES, pela flexibilização e autonomia dada às instituições federais de ensino na organização de suas políticas, como um marco de sustentação para a assistência estudantil.

### 2.2.1 A Assistência Estudantil com foco na permanência e no êxito acadêmico

A Assistência Estudantil, implementada a partir do PNAES, consolidou a importância de uma política pública de direito na qual centram-se seus objetivos e diretrizes na permanência e êxito acadêmico com ações de enfrentamento às desigualdades sociais. Conforme o art. 2º, os objetivos do PNAES são:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

A permanência escolar e o êxito acadêmico têm sido evidenciados recentemente como indicadores educacionais para avaliação de políticas públicas educacionais, entre elas a Assistência Estudantil. No entanto os estudos no campo das pesquisas científicas analisando a permanência ainda são incipientes, ao contrário da evasão e do fracasso escolar que representam até hoje uma preocupação dos teóricos educacionais por gerarem grandes incongruências no sistema educacional brasileiro.

Por conseguinte, não tem como discorrer sobre permanência sem compreender a evasão escolar, dado que são processos interligados. Uma das causas principais da evasão e do fracasso escolar que têm sido apontadas é a desigualdade social, pois afeta diretamente a educação.

A desigualdade social, fruto da desigualdade econômica, intelectual e cultural, antecede o fenômeno da evasão escolar e pode ser um dos fatores externos que mais fortemente a provocam, embora se compreenda que muitos outros fatores, incluindo internos, estão a ela associados. Não por acaso, Freire (1996) e Teixeira (1975) defendiam uma educação como direito social, emancipadora, capaz de combater as desigualdades sociais e promover a permanência acadêmica.

Para além da desigualdade social, encontram-se fatores ligados à necessidade de ingressar no mercado de trabalho, condições desfavoráveis no currículo escolar, as relações sociais com professores, a organização da escola, imaturidade, casamentos precoces (Oliveira; Nóbrega, 2021), entre tantos outros. Partindo da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto, quanto às suas conceituações, implicações e medidas interventivas, a Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC) organizou, em fevereiro de 1995, um seminário sobre a temática. Para tanto, constituiu a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão das Universidades Brasileiras, cujos objetivos eram: clarificar os conceitos de evasão e suas dimensões; definir uma metodologia para coleta e tratamento de dados; identificar as taxas de conclusão, evasão e retenção; identificar as causas internas e externas da evasão e definir estratégias de enfrentamento do problema (Pereira, 2017).

A Comissão Especial sinaliza que a diplomação, a retenção e a evasão devem ser examinadas em conjunto levando em consideração não apenas números e ranking, mas informações que possam favorecer uma investigação mais aprofundada na identificação dos problemas. Para isso, é primordial buscar estratégias pedagógicas e institucionais capazes de solucioná-los, afinal a evasão escolar não ocorre de forma brusca e imediata; apresenta-se como um processo lento de exclusão e desengajamento do estudante na escola por meio de faltas recorrentes, não realização dos compromissos acadêmicos, desmotivação, isolamento, entre outros. O olhar da escola para o estudante com risco de evasão pode fazer a diferença.

Sobre a conceituação de evasão escolar, a literatura aponta um vasto quadro conceitual, com definições que nem sempre dialogam entre si, gerando inclusive um enfraquecimento quanto à compreensão do termo, o que provavelmente interfere naquilo que estão se propondo enfrentar. Cabe, portanto, uma definição prévia sobre o fenômeno a ser investigado e, a partir dela, traçar os caminhos para o enfrentamento. Em vista da complexidade de conceitos sobre evasão, a Comissão Especial a entendeu como saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo e definiu como seu objeto de estudo a evasão dos cursos de graduação. Portanto reporta-se ao abandono escolar, conforme aponta Queiroz (2004), quando afirma que a evasão escolar é o abandono da escola, é o ato de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir.

Nessa mesma direção da SESU, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), preocupada com os índices de evasão identificados na Rede Federal por meio do Acórdão nº 506/TCU, de 2013, elaborou um plano de ação com a participação de técnicos da SETEC e representantes de todas as instituições que compõem a rede federal, buscando o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas de enfrentamento. O documento resultante do plano de ação, finalizado em 2014, recebeu o nome de *Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica*, com o propósito de orientar e ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes da rede federal. Assim, cada instituição estruturou seus planos internos, com base nas suas especificidades, criando as estratégias para promoção da permanência (Brasil, 2014).

Seja na perspectiva da Assistência Estudantil como facilitadora no processo de permanência e êxito, conforme legitimado pelo PNAES, seja da Assistência Estudantil

como facilitadora no enfrentamento da evasão e fracasso escolar, envereda-se para o conceito mais amplo e recorrente na literatura e sinalizado no próprio documento orientador sobre evasão. Assim, considera-se evasão como um fenômeno complexo de interrupção no ciclo dos estudos que ameaça a educação na perspectiva do direito assegurado pela Constituição Federal (CF). Considera-se ainda que, para além do direito, é preciso que as escolas cumpram seu papel social assegurando o acesso e promovendo as condições de permanência dos estudantes, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Brasil, 2014).

O documento aponta diversas causas que provocam a evasão, elencando fatores internos e externos às instituições e de ordem pessoal. Os fatores internos são aqueles provocados pela instituição, como problemas relacionados ao currículo, modelo de ensino, excesso de disciplinas. Fatores externos são aqueles inerentes ao contexto social, como dificuldades socioeconômicas, políticas governamentais; e fatores de ordem pessoal ou fatores individuais que se reportam aos aspectos inerentes às características comportamentais dos indivíduos, como dificuldades de relacionamento com corpo docente, com colegas, dificuldades de aprendizagem, conflitos familiares. Descreve ainda um universo de situações que inviabilizam a permanência e o sucesso escolar e que também fragilizam as instituições de ensino e, ao mesmo tempo, provocam inquietação levando-as a repensar seus modelos de organização, políticas educacionais e práticas pedagógicas, de maneira que possam efetivamente oferecer uma educação de qualidade.

Com vistas ao acolhimento das necessidades do seu público estudantil e, nessa perspectiva, à ampliação dos programas de assistência estudantil, o Documento Orientador aconselha que as instituições promovam ações interventivas no enfrentamento do problema da evasão e do fracasso escolar. Em conformidade com as recomendações do documento referido, o Instituto Federal do Piauí, em 2016, por meio da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), organizou o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção envolvendo a equipe técnica da reitoria formada por representante da equipe pedagógica, Procurador Institucional, Diretora de Assistência Estudantil e Psicóloga da Pró-Reitoria de Extensão.

O foco do Plano Estratégico é, portanto, concentrar os esforços no sentido de estimular ações que contribuam com a permanência e o êxito dos estudantes,

buscando, desta maneira, minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar. O plano foi dividido em quatro fases: a primeira, na constituição da comissão interna geral; a segunda, na elaboração do diagnóstico quantitativo; a terceira, na execução do diagnóstico quantitativo; e a última fase, na consolidação e elaboração do plano estratégico (IFPI, 2016).

Os fatores internos, externos e pessoais que estimulam a evasão dos estudantes, identificados no plano estratégico do IFPI, são diversos, mas não se distanciam dos expostos no documento orientador da SETEC, nem tampouco dos estudos sobre evasão, como citado anteriormente, assim como as intervenções propostas no enfrentamento do problema dentre as quais a Assistência Estudantil que é citada no sentido da ampliação e fortalecimento de programas enquanto política que integra a Rede no combate à evasão.

Importante ressaltar que, paralelo à elaboração do documento orientador da SETEC, o Instituto Federal do Piauí, por meio da Diretoria de Assistência Estudantil, organizou a Política de Assistência Estudantil, conforme se discorre a seguir.

### **2.3 A nova conjuntura para a Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí**

O ano de 2008 foi marcado por grande mudança na Educação Profissional, quando foi instituída, por meio da Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETFs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

Tal Lei traz em seu bojo a transformação do CEFET/PI em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). No ano de 2010, outro fato importante ocorreu: a Assistência Estudantil teve o seu marco referencial com o Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES prevê, em seu art. 4º, que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

Impulsionado pelo Decreto, o Programa de Atendimento ao Educando (PAE) do

IFPI passou por uma reestruturação, sendo coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e executado pela Diretoria de Extensão ou Comissões Multidisciplinares de Assistência Estudantil, contudo não ocorreu uma formação sobre a temática para as equipes, bem como não houve um alinhamento das ações a serem implementadas. Ainda assim, a Assistência Estudantil foi institucionalizada no IFPI, apresentando, como meta, a implantação de um programa institucional de Assistência Estudantil visando ao desenvolvimento de ações relacionadas à inclusão social, através da implementação de ações que permitissem condições de acesso e permanência dos estudantes nos campi, conforme aponta o Plano de Desenvolvimento Institucional, 2010-2014, em seu item XI (IFPI, 2010, p. 23).

O PAE prevê ações de concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre tais ações, estão as bolsas Transporte, Alimentação, Moradia, Iniciação ao Trabalho e Apoio à Aprendizagem. Oferece ainda bolsas para participação em projetos de apoio técnico-científico e profissional, tais como: Monitoria, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programas de Iniciação Científica (PIBIC e PIBIC Jr.), e Projetos de Extensão. A seleção dos alunos para tais projetos apresenta critérios específicos não condicionados à vulnerabilidade social, embora utilizem a dotação orçamentária da Assistência Estudantil.

### 2.3.1 A formatação da POLAE para atendimento ao estudante em perspectivas diferenciadas

Em meados de 2013, despontou uma nova conjuntura de gestão no Instituto Federal do Piauí, assumindo o cargo de Reitor o Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes de Lima, primeiro reitor legitimado pelo voto direto. Com um olhar mais aprofundado acerca do decreto PNAES, a gestão reorganizou a estrutura de funcionamento do IFPI, dando maior visibilidade à Assistência Estudantil e designou uma Assistente Social para assumir a administração do então Departamento de Extensão Comunitária, posteriormente Diretoria de Assistência Estudantil. Instituiu, ainda, uma comissão de elaboração da Política de Assistência Estudantil, composta por um grupo de assistentes sociais.

De meras executoras das ações, as referidas profissionais passaram a sujeitos



protagonistas de um processo de estudo e planejamento da Assistência Estudantil, considerando esse momento como um marco profissional da categoria no âmbito do IFPI:

Tal fato é considerado por estes assistentes sociais uma importante conquista em termos conceituais e operacionais que deve ser constantemente pensada e sistematizada a fim de favorecer sua concretização em meio às demandas estudantis por melhores condições de permanência e prosseguimento nos estudos (Guedelho; Lima; Lima, 2014, p. 01).

A minuta da Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE), elaborada pela comissão de assistentes sociais, foi aprovada pelo Colégio de Dirigentes (COLDIR) e pelo Conselho Superior do IFPI (CONSUP), através da Resolução nº 014/2014 (IFPI, 2014). Registra-se que, até esse momento, a POLAE passou por três alterações: Resoluções nº 31/2014 e 27/2016, atualizando/substituindo nomenclaturas, explicitando algumas ações com base nas respectivas categorias, definindo termos, como ajuda de custo para contribuição da AE para estudantes participantes de visita técnica, reorganizando critérios para permanência no PAEVS, definindo atribuições de novas categorias profissionais participantes da AE ampliando o escopo de profissionais como rede de apoio ao estudante, entre outras alterações visando ao aprimoramento do texto e da própria POLAE. Recentemente passou a ser Resolução Normativa 35/2021 – CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, trazendo outras atualizações e adaptações provocadas pelo próprio contexto educacional e funcionamento da instituição, como apoiar a organização política estudantil, inclusão de monitoria específica para estudante com deficiência e redefinição sobre eventos acadêmicos, reorganização dos processos de acompanhamento e registro das atividades no sistema de informação gerencial da AE, Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), definição do termo percurso acadêmico, ajuste no trâmite de processo para recebimento do benefício eventual e outros acertos na redação da POLAE.

A Política de Assistência Estudantil do IFPI tem como público-alvo estudantes dos cursos presenciais do Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e Ensino Superior em nível de graduação. Implementou uma nova estrutura e alinhamento das ações na área através da reestruturação dos programas, projetos e ações no campo da Assistência Estudantil demarcados nos eixos ensino, pesquisa e extensão, tendo como finalidade prover os recursos necessários, financeiro, material ou humano, para transposição dos obstáculos e

superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico.

Para sustentação financeira das ações de assistência estudantil, infere-se que a POLAE determina que o recurso oriundo da ação 2994, prioritariamente atenda as demandas do PAEVS (IFPI, 2021a). Além disso, a PROEX anualmente, por meio de ofícios direcionados aos *campi*, quando do planejamento financeiro das ações, recomenda que também seja incluído como prioridade, na distribuição do recurso, o funcionamento dos restaurantes estudantis.

Compreendida na perspectiva do direito do estudante para fins de sua formação integral, a Política investe em ações direcionadas ao percurso formativo dos estudantes, como a permanência e êxito acadêmico, visando:

reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes, através de programas voltados àqueles, especialmente, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social; e propiciar a formação integral dos estudantes a partir de programas diversificados que assistam os estudantes na sua complexidade frente às distintas necessidades (IFPI, 2021a, p.6).

Destarte, apresenta-se em duas linhas de atendimento, organizadas da seguinte forma: Programas Universais, direcionados para o atendimento universal aos estudantes, e Programa de Atendimento ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social (PAEVS).

### 2.3.1.1 O Programa Universal e suas categorias

Os Programas Universais são direcionados à totalidade dos estudantes, independentemente de sua condição social. Ofertam ações que incentivam à formação acadêmica, à produção do conhecimento, ao desenvolvimento técnico científico, à formação cultural, desportiva e ética do estudante. Estão organizados em três categorias: Atendimento ao Estudante, Desenvolvimento Técnico-científico e Necessidades Específicas.

A categoria identificada como **Atendimento ao Estudante**, refere-se a oferta de ações e serviços de acompanhamento biopsicossocial no processo de ensino, incentivo à cultura, à organização política e ao esporte além de provimento de alimentação básica aos estudantes. É desenvolvido por meio da oferta de Alimentação estudantil; Assistência à Saúde do Estudante; Acompanhamento e Suporte ao Ensino; e Apoio à organização Política Estudantil. Destaca-se que, nessa categoria, o desenvolvimento da maioria de suas ações ocorre sem o fomento financeiro da

Assistência Estudantil, demonstrando com isso que, para além do provimento de recursos financeiros, ela possibilita ao estudante uma rede de proteção com trabalho desenvolvido por uma equipe multiprofissional, compreendendo o estudante na sua integralidade e complexidade.

Sobre alimentação estudantil, ressalta-se sua relevância no decorrer do processo acadêmico, inclusive no estímulo à permanência. Como observado na história da AE na educação profissional, a oferta de alimentação aos estudantes foi a primeira ação de Assistência Estudantil e ainda é uma das ações de grande impacto na vida de inúmeros estudantes. Tal ação mostra-se ainda hoje necessária tendo em vista que, atualmente no Brasil, a fome está presente em milhares de lares, causando uma insegurança alimentar sugerindo graves riscos para a saúde física e mental da população pobre ou que vive na extrema pobreza, por isso mesmo, políticas públicas de combate à insegurança alimentar estão sendo reconstruídas. Em razão disso, para além da oferta da alimentação por meio do Restaurante Estudantil, o IFPI oferece um programa de saúde alimentar com refeições saudáveis para seus estudantes.

Atualmente, o Restaurante Estudantil está presente em todos os *campi* do Instituto Federal do Piauí, com exceção dos *campi* avançados do Dirceu, José de Freitas e Pio IX, cujos restaurantes estão em processo de construção, no entanto oferta-se refeição/lanche para os estudantes.

Os restaurantes em funcionamento contam com equipamentos adequados, garantindo a higienização e conservação saudável dos alimentos além de um corpo técnico de nutricionistas cuidando da saúde alimentar do público estudantil, com alimentação balanceada e equilibrada. Quanto à estrutura física, destaca-se que, em decorrência do aumento da demanda estudantil, alguns *campi* estão ampliando os espaços para assim continuar proporcionando uma estrutura física confortável para os usuários.

A compra dos gêneros alimentícios para a garantia do funcionamento dos restaurantes é mantida pela ação 2994 da Assistência Estudantil, cuja refeição é ofertada de forma gratuita aos estudantes. Ainda é disponibilizada para o IFPI uma parcela de recursos para compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Destaca-se que os *campi* do interior do estado funcionam distantes das áreas urbanas das cidades e a oferta de alimentação gratuita no interior da instituição

promove conforto uma vez que os estudantes não precisam se deslocar da instituição para alimentar-se e tampouco gastar com transporte em busca da alimentação.

A categoria identificada como **Desenvolvimento Técnico-científico**, refere-se são programas desenvolvidos pelas áreas estratégicas do Ensino, Pesquisa e Extensão, cuja finalidade principal é o desenvolvimento de ações de natureza técnico-científica que possam contribuir com a formação cultural, científica e ética do estudante. Fomenta o desenvolvimento técnico-científico dos estudantes por meio de benefícios pecuniários que estimulem a produção do conhecimento, bem como o incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos, sejam eles científicos, culturais ou desportivos. Contemplam essa categoria: Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI; monitoria de ensino; monitoria NAPNE; projetos de Iniciação Científica: PIBIC, PIBIC Jr, PIBIC-IT e PIBIC-IT Jr; projetos de visitas técnicas e eventos acadêmicos.

E a categoria identificada como **Necessidades Específicas**, refere-se ao apoio às atividades de inclusão social a estudantes com necessidades específicas, no intuito de oferecer as condições adequadas para o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com a política de diversidade e Inclusão do IFPI. Infere-se que as ações são operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, em conjunto com setores afins.

#### 2.3.1.2 O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS)

Este programa é o de maior visibilidade da POLAE por representar o desenvolvimento de ações voltadas ao público prioritário determinado pelo PNAES, ou seja, estudantes que apresentam renda per capita familiar de até 1,5 (um salário-mínimo e meio) e/ou encontram-se em vulnerabilidade social.

É com esse propósito que se estrutura o PAEVS: viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente no enfrentamento da evasão dos estudantes que vivenciam situação de vulnerabilidade social, especialmente quando decorre da insuficiência das condições financeiras (Brasil, 2010) entre tantos outros fatores que envolvem o processo de declínio escolar.

O PAEVS oferece cinco tipos de auxílios pecuniários: benefício permanente, benefício atleta, benefício cultura, benefício eventual e benefício moradia estudantil.

O **Benefício Permanente** é concedido ao estudante durante o percurso acadêmico, a partir do resultado do processo seletivo por edital sendo reavaliado no final do período letivo ou no início do período letivo subsequente pelas Comissões de Assistência Estudantil dos *campi*.

Os **Benefícios Atleta e Cultura** são concedidos como incentivo à participação de estudantes em atividades desportivas ou como incentivo à participação em atividades culturais, respectivamente, possibilitando a socialização e fomentando as suas potencialidades.

Importa registrar que os benefícios **Permanente, Atleta e Cultura** têm valores variáveis entre 100,00 (cem) reais e 400 (quatrocentos) reais por estudante. Tal variação ocorre em detrimento do índice de vulnerabilidade social que são devidamente identificados pelo Serviço Social por meio de estudo socioeconômico realizado durante o processo seletivo do PAEVS.

Quanto ao **Benefício Moradia Estudantil**, trata-se de recursos financeiros repassados aos *campi*, para assegurar o funcionamento e a manutenção da moradia ou alojamento estudantil nos *campi* que já dispõem desse serviço ou para aqueles que, dependendo da disponibilidade de recurso financeiro, estrutura física e recursos humanos, comprovarem tal necessidade junto à Reitoria. Atualmente o Instituto Federal do Piauí dispõe de uma única moradia que funciona no campus de Uruçuí.

O **Benefício Eventual** é disponibilizado ao estudante que vivencia situação extraordinária de vulnerabilidade socioeconômica que possa interferir no contexto acadêmico. O benefício busca suprir necessidades temporárias e urgentes de materiais que sejam de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, bem como de acesso a serviços. O valor do benefício eventual ocorre em conformidade com a demanda e a disponibilidade financeira.

### 2.3.2 Significativas mudanças no delineamento das ações

Na POLAE, destacam-se algumas modificações importantes: a primeira delas reporta-se à descontinuidade ou ao fim da contrapartida de trabalho do estudante, como demonstrou a história sobre a AE. O IFPI, bem como as demais instituições, oferecia o programa Bolsa de Trabalho, no qual o estudante recebia uma bolsa para

prestar serviços nos setores administrativos da instituição. No entanto foi um dos pioneiros a romper com essa prática, compreendendo que o recebimento do auxílio estudantil deve ser entendido como direito e como incentivo à permanência e ao êxito acadêmico. Considerando que a única contrapartida esperada é o êxito escolar, a POLAE prevê ações de acompanhamento sistematizado pelas equipes multiprofissionais de apoio ao estudante.

A segunda mudança de destaque trata do repasse de benefícios financeiros, visto que, anteriormente à POLAE, esse repasse era direcionado para ser utilizado em uma ação pré-definida, como o custeio de transporte, alimentação ou moradia. Atualmente, dentro do PAEVS, o benefício mais evidente e com maior número de estudantes atendidos é o Benefício Permanente, direcionado ao estudante pela sua condição de vulnerabilidade social, pois subsidia sua necessidade social imediata, seja ela qual for que esteja comprometendo o seu percurso acadêmico na instituição.

A terceira modificação refere-se à continuidade do Benefício Permanente. Uma vez que o estudante é selecionado, ele terá seu benefício assegurado até a conclusão dos seus estudos. Entretanto a continuidade ocorre mediante o atendimento dos critérios para permanência no programa definidos pela POLAE os quais são analisados no processo de reavaliação que ocorre anualmente.

A quarta modificação evidenciada refere-se à padronização dos valores pagos como bolsas ou benefícios explicitados nos dois programas, POLAE/PAEVS. Tais valores estão definidos pela POLAE e são devidamente seguidos pelos 20 (vinte) *campi* do Instituto Federal do Piauí.

A quinta e última grande mudança prevista na POLAE/PAEVS e que merece salientar foi a regulamentação do funcionamento da moradia estudantil presente no Campus de Uruçuí, direcionada a estudantes em vulnerabilidade social, migrantes de outras regiões, selecionados através de Edital. A moradia estudantil é regida por Estatuto próprio, que regulamenta o acesso e a permanência, e obriga, entre outras determinações, a obediência às regras de convivência. Os alojamentos, obrigatoriamente, são organizados em sua estrutura física para usufruto confortável, respeitando a privacidade dos estudantes.

Ressalta-se, ainda, que a Assistência Estudantil é executada de forma transparente e democrática. A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) descentraliza o recurso financeiro da AE para os *campi* que, por meio de seus Diretores-Gerais, convocam as comissões de assistência estudantil e demais setores responsáveis que

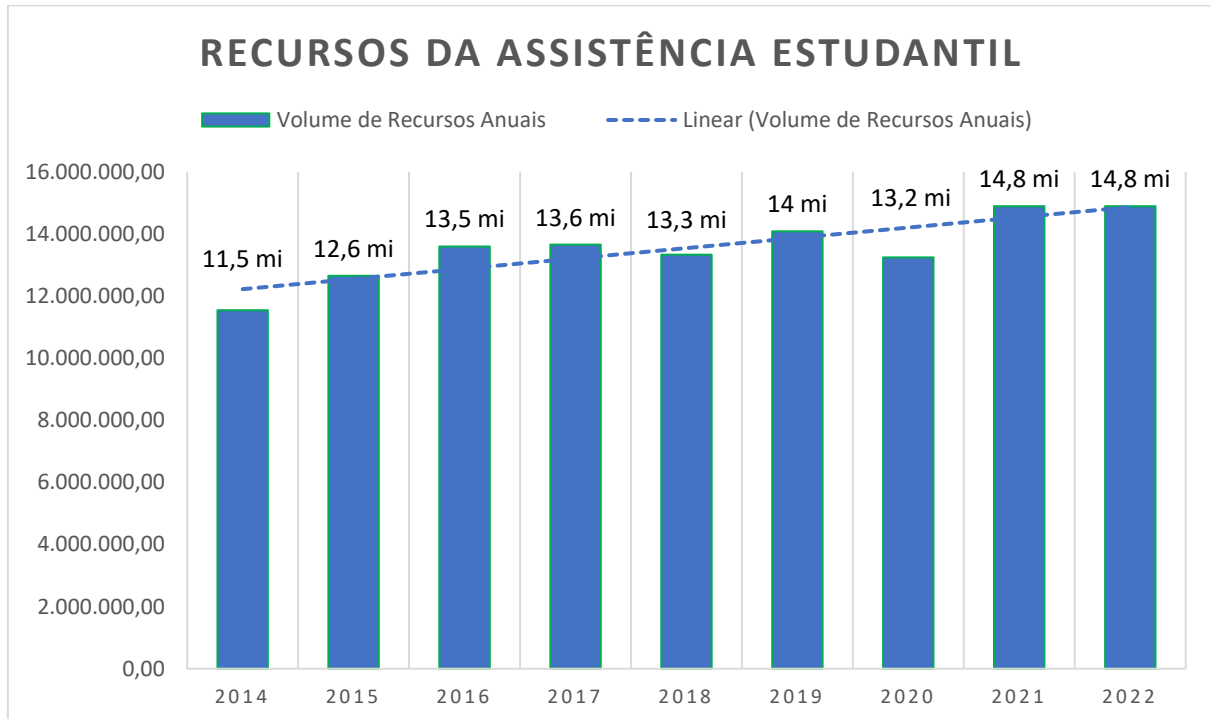
utilizam o recurso da AE, para planejarem suas ações em conjunto fazendo a distribuição do recurso frente às ações que são previstas na POLAE em conformidade com as demandas locais. Infere-se que a aplicação dos recursos prioriza, em todos os *campi*, as ações do PAEVS e a compra de alimentos para o funcionamento dos restaurantes estudantis. O planejamento financeiro das ações nos *campi* é encaminhado para a PROAD e PROEX/DAE para ciência.

Sobre o orçamento, de acordo com a informação da PROAD, por meio do Departamento de Acompanhamento e Monitoramento da Execução Orçamentária (DAMEO), a Assistência Estudantil, mediante a ação 2994, recebeu os seguintes volumes anuais de recursos: no ano de 2014, R\$ 11.545.252,00; em 2015, R\$ 12.654.518,00; em 2016, R\$ 13.594.451,00; em 2017, R\$ 13.654.776,00; em 2018, R\$ 13.331.221,00; em 2019, R\$ 14.083.718,00; em 2020, R\$ 13.245.637,069; em 2021, R\$ 14.892.469,00; em 2022, R\$ 14.892.469,00.

Observa-se que ocorreu um crescente volume do ano de 2014 para 2015 com um incremento de mais de 1 milhão de reais e de 2015 para 2016 o crescimento ficou na margem de 900 mil reais. De 2016 para 2017 houve um discreto aumento, de aproximadamente 100 mil reais. E entre os anos de 2017 e 2018, o recurso novamente sofreu uma queda em 300 mil reais, voltando a ter um crescimento em 2019 de aproximadamente 700 mil reais. Em 2020, ocorreu novamente mais uma queda no volume de recursos de aproximadamente 800 mil reais, voltando a ter um crescimento em 2021 de cerca de 1.600 reais, mantendo-se o mesmo volume de recurso para o ano de 2022.

Na representação gráfica abaixo, percebe-se a flutuação dos valores recebidos em que a linha contínua aponta para queda no volume de recursos indicados em alguns anos, já a linha pontilhada (linha de tendência) sinaliza que o volume de recursos indica uma curva crescente, podendo dizer que houve um tímido investimento.

Gráfico 1 – Volume de recursos da Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nos *campi*, a Assistência Estudantil é conduzida pelas coordenações/comissões compostas por uma equipe mínima de assistentes sociais, pedagogos e psicólogos que desenvolvem ações previstas nos Planos Geral e Local de Trabalho da Assistência Estudantil, buscando a organização e alinhamento das ações, respeitadas as peculiaridades de cada *campus*. Preferencialmente, as comissões de AE devem ser presididas por assistentes sociais.

Diante do exposto acerca da história da AE no IFPI, bem como pela análise dos dados, verifica-se que a Assistência Estudantil, por meio de um trabalho organizado e planejado, vem, ao longo dos anos, buscando cumprir o seu papel no enfrentamento das fragilidades sociais vivenciadas pelos estudantes que podem provocar a evasão escolar e o fracasso acadêmico. Por isso deve ser compreendida como política educacional e direito do estudante na conquista por melhores e iguais oportunidades de aprendizagem. Negar a sua importância, como uma aliada para melhorar a qualidade do ensino, é negar a realidade e todo o contexto socioeducacional que envolve os estudantes.



### 2.3.3 O Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil

O processo de implementação e avaliação de uma política pública deve ser contínuo e permanente buscando identificar os fatores que impedem ou facilitam que um dado programa atinja seus resultados (Draibe, 2001). Partilhando dessa concepção, o IFPI realizou o I Encontro de Profissionais da Assistência Estudantil, em 2015, com o intuito de avaliar a execução da POLAE no primeiro ano de sua execução.

Os registros do evento revelam que os representantes das categorias profissionais que atuam na assistência estudantil se reuniram e definiram seus espaços de participação na POLAE. Foi identificada a necessidade de um alinhamento das ações profissionais, respeitando as especificidades e, ao mesmo tempo, promovendo a articulação do trabalho multiprofissional e sua importância para o acompanhamento do estudante na sua integralidade e complexidade. Para tanto, deliberou-se sobre a formação de uma comissão composta por representantes do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Técnicos em Assuntos Educacionais a fim de construir o Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil (PGTAE).

O eixo orientador do PGTAE é o trabalho articulado entre a equipe multiprofissional e o alinhamento das ações, visando ao aprimoramento e à execução eficiente da Política de Assistência Estudantil, vislumbrando-se a melhoria da permanência e o sucesso escolar. Também objetiva mediar as situações de prevenção e correção com relação a fatos/acontecimentos que interferem direta ou indiretamente na vida acadêmica do estudante.

O PGTAE foi estruturado em duas partes: o Plano Geral, tomando o IFPI como universo da política, contemplando os aspectos indispensáveis a serem implementados por cada campus; e o Plano Local, considerando as particularidades dos *campi* e as demandas locais. As ações seguem um protocolo com a descrição das demandas, objetivo, meta, avaliação (indicadores e meios de verificação) prazo e respectivos setores responsáveis.

A partir dessa estruturação, os *campi* passaram a se organizar no desenvolvimento das ações inerentes à assistência estudantil. Contudo, vale ressaltar que, pela complexidade no gerenciamento das ações da AE que permeiam todas as dimensões de funcionamento no IFPI, inclusive a gestão administrativa e financeira, foi imprescindível a criação de um sistema informatizado, seguro e eficaz de registros de dados e relatórios sobre a POLAE, conforme descrito na próxima subseção.

#### 2.3.4 O Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante como ferramenta de gestão da Assistência Estudantil

A POLAE trouxe para o IFPI uma nova configuração, estruturando todo o trabalho desenvolvido pela AE que é ofertada nos 20 (vinte) *campi*, em regiões que contemplam do norte ao sul do estado. São múltiplas ações, permeadas nos programas e projetos delineados que padronizam as atividades de uma equipe multiprofissional para o atendimento de estudantes de diferentes níveis de ensino.

Concebida como uma política estratégica por permear várias áreas e ter sob sua tutela um grande aporte de recursos financeiros, foi instituído, em 2017, o Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE).

Criado para responder às necessidades e inquietações do setor responsável pelo gerenciamento das ações de Assistência Estudantil, o SIFAE é um sistema informatizado de agendamento e gerenciamento dos atendimentos ao estudante, realizados pelos profissionais do IFPI e de acompanhamento das ações e de gestão dos recursos da Assistência Estudantil. O SIFAE foi pensado, discutido e construído por uma equipe multiprofissional, formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e analistas de sistema, sendo desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia Institucional (DTI) em 2017. Promove o acompanhamento psicossocial e pedagógico do estudante em tempo real, registra atendimentos, bem como articula o trabalho multiprofissional, envolvendo todos os profissionais que lidam diretamente com as ações de intervenção junto aos estudantes. Ainda gerencia e acompanha a aplicação dos recursos da Assistência Estudantil e disponibiliza relatórios das ações realizadas.

O SIFAE, enquanto ferramenta de gestão pública, cumpre finalidade na modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão na administração pública. É um Sistema de Informações, conforme apontam Laudon e Laudon (1999, p. 4), ao afirmarem que SI é um “conjunto de componentes inter-relacionados trabalhando juntos para coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informações com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a coordenação, a análise e o processo decisório”, elementos indispensáveis no âmbito da gestão pública. Os dados captados pelo SIFAE possibilitam uma melhor gestão da Assistência Estudantil, além

de propiciar resultados que possam ser avaliados para aprimoramento da política e da gestão do IFPI como um todo.

O sistema está disponível na página do IFPI e o acesso, dado de acordo com a função de cada profissional, é feito por meio da matrícula e senha SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). Utiliza tecnologia *open source* (código aberto) gratuita, base de dados Mysal. Ao acessar o sistema, docentes ou técnicos administrativos fazem os encaminhamentos dos estudantes à equipe multiprofissional que recebe os alertas automáticos nos e-mails, sinalizando o recebimento de um encaminhamento. O atendimento e o acompanhamento do estudante são iniciados pelo profissional que recebeu o encaminhamento e que, conforme a necessidade, encaminha para outro profissional, gerando um fluxo de atendimento até que se esgotem as ações de intervenção junto àquele estudante. A devolutiva das intervenções realizadas é dada ao profissional que realizou o encaminhamento.

Denota-se, com esse movimento, um acompanhamento sistematizado, preventivo e eficiente para as políticas acadêmicas desenvolvidas pelo Instituto Federal do Piauí. Deste modo, o SIFAE promove a articulação do trabalho multiprofissional, envolvendo todos os profissionais que lidam diretamente com as ações de Assistência Estudantil e com as intervenções pedagógicas junto aos estudantes. Além do atendimento, dos encaminhamentos e dos resultados das intervenções acima descritas, o sistema gerencia todas as ações da Assistência Estudantil, incluindo cadastro dos estudantes beneficiários, registro de ações socioeducativas, bem como acompanhamento dos recursos aplicados com benefícios assistenciais, restaurante estudantil, departamento de saúde, bolsas de pesquisa e ensino, gerando automaticamente relatórios operacionais, quantitativos e financeiros.

Avaliação e análise são elementos comuns em todas as definições do ciclo político e, por isso, “é um processo transversal a toda política” que “implica a definição da finalidade, metodologia e como o processo de análise pode produzir informações válidas” sobre a política (Dias; Matos, 2012, p. 84). Enquanto ferramenta de gestão pública, o sistema possibilita o aperfeiçoamento da política pública com base na modernização de processos administrativos para alcance da eficiência e efetividade de resultados.

O SIFAE faz parte dos avanços conquistados pela gestão da AE no IFPI e como tal merece ser registrado. Foi uma conquista, aperfeiçoada diariamente no atendimento das diversas demandas, com realização de oficinas, tutoriais e tantos

outros procedimentos para consolidação do bom funcionamento do sistema. Assim vão-se construindo, desenhando os caminhos percorridos pela Assistência Estudantil no IFPI e abrindo espaços para novos caminhos serem trilhados, afinal a tecnologia muda, avança; aquilo que era bom requer melhorias e busca aperfeiçoamento. O mundo da tecnologia vive em constantes mudanças e nós, como seres humanos, devemos acompanhar esse crescimento posto que se a tecnologia não servir ao humano a quem ela serviria?

E, no caminho de avanços e às vezes retrocessos, continua-se buscando o aprimoramento da gestão e, nesse âmbito, convém registrar que recentemente, ano de 2023, o IFPI adotou como modelo de sistema informatizado de gestão o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) criado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, a gestão da Assistência Estudantil reporta-se ao modelo do SUAP, ficando o SIFAE como arquivo para consultas, relatórios e memórias.

Quadro 1 - AE antes e depois da POLAE (continua)

Categorias	2013 (ANTERIOR À POLAE)	2014 (A PARTIR DA POLAE)
Normas Legais	Programa de Assistência ao Educando (PAE) (documento em construção).	Regulamentação, por meio de resolução, da Política de Assistência Estudantil, tornando-se documento de referência da Instituição em matéria de AE.
Concepção AE	Compreendida como direito do estudante.	Perspectiva do direito legitimada.
Ampliação do campo de atuação	Não prevista a oportunidade para o estudante desenvolver projetos de extensão.	Oportunidade para o estudante desenvolver projetos de extensão.
	Projetos de Iniciação Científica.	Manutenção e ampliação dos Projetos de Iniciação Científica.
	Programa de Monitoria de disciplina.	Manutenção e ampliação do Programa de Monitoria de Disciplina.
	Inexistência do Programa de Monitoria NAPNE.	Criação do Programa de Monitoria NAPNE.
	Inexistência de um Programa de nivelamento de estudante.	Instituição do programa de nivelamento denominado Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI).
Gestão estratégica	Coordenação de Assistência Estudantil vinculada à Pró-Reitoria de Extensão.	Criação da Diretoria de Assistência Estudantil como gestão estratégica subordinada à PROEX.
	Inexistência da Comissão de Assistência Estudantil nos <i>campi</i> regulamentada por meio de portaria.	Formação de Comissão de Assistência Estudantil nos <i>campi</i> regulamentada por meio de portaria.

Quadro 1 - AE antes e depois da POLAE (continuação)

Categorias	2013 (ANTERIOR À POLAE)	2014 (A PARTIR DA POLAE)
Gestão democrática	Ausência de servidores envolvidos com AE no planejamento da distribuição dos recursos PNAES.	Participação dos servidores envolvidos com AE junto à gestão quanto ao planejamento da distribuição dos recursos PNAES frente às ações dando uma conotação democrática e transparente.
Alinhamento de ações	Equipe multiprofissional não definida.	Organização das equipes multiprofissionais com definições de competências.
	Inexistência de um planejamento para acompanhamento aos estudantes.	Planejamento das ações de acompanhamento conforme competências das equipes multiprofissionais. Plano Geral de Trabalho da Assistência Estudantil (PGTAE).
	Processo seletivo anual para concessão de bolsas.	Processo seletivo realizado uma única vez (Benefício do PAEVS), concedido por todo o percurso acadêmico, sendo sua continuidade mediante reavaliação socioeconômica educacional e acompanhamento sociopedagógico anual.
	Sem definição padronizada de critérios de inserção, acompanhamento e desligamento nos programas.	Definição de critérios de inserção, acompanhamento e desligamento nos programas.
	A gestão dos <i>campi</i> era que definia os valores dos benefícios/bolsas.	Valores unificados e especificados de benefícios/bolsas em todos os <i>campi</i> .

Quadro 1 - AE antes e depois da POLAE (conclusão)

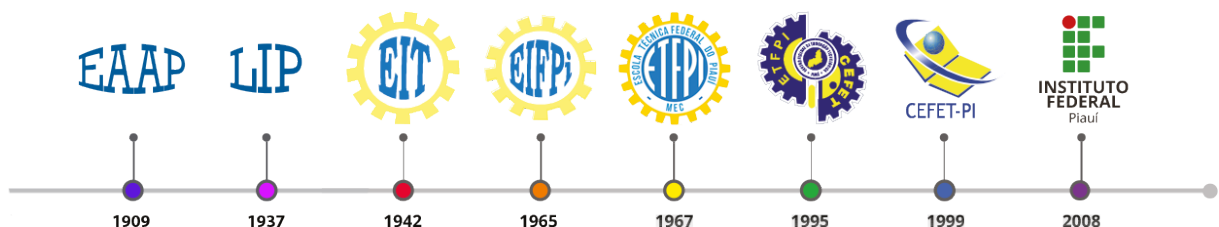
Categorias	2013 (ANTERIOR À POLAE)	2014 (A PARTIR DA POLAE)
Rompimento de antigas práticas	Contrapartida de trabalho do estudante bolsista.	Extinção da contrapartida de trabalho, com base na compreensão de que AE promove condições favoráveis de aprendizagem no campo do ensino, pesquisa e extensão sem contrapartida.
	Várias tipificações de bolsas assistenciais de modo a atender uma demanda específica do estudante.	Extinção das várias tipificação de bolsas assistenciais em uma única para atender qualquer necessidade imediata do estudante.
	Moradia Estudantil sem regulamentação.	Estatuto da Moradia Estudantil.
	Vagas concedidas para moradia sem observância de critérios definidos.	Edital para concessão de vaga para moradia estudantil estabelecendo critérios de participação.
Atendimento universal	Gratuidade de alimentação para os estudantes em alguns <i>campi</i> .	Concessão de alimentação gratuita em todos os <i>campi</i> .
	Pagamento de taxa para os serviços de saúde.	Gratuidade dos serviços de saúde.
Avaliação	Inexistência de instrumentais de avaliação/acompanhamento das ações.	Avaliação da Política anualmente.
		Sistema Informatizado de acompanhamento das ações da POLAE, SIFAE – SUAP.
		Tabela de indicadores do PAEVS.
Questionários de avaliação.		

Fonte: Elaborado pela autora com base em relatórios da DAE de 2015 a 2018 (2023).

## 2.4 O Instituto Federal do Piauí: um olhar na história

A história dos institutos federais (IFs) guarda alguma semelhança com a da Assistência Estudantil. Inicialmente revestidos de um caráter assistencial, ambos evoluíram em seus aspectos conceitual e político, passando de um caráter assistencial para o de um garantidor de direitos, de promotor de políticas de inclusão e de combate às desigualdades sociais. Até chegar a sua atual configuração, os IFs passaram por sete momentos históricos em seu desenvolvimento, como apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Linha do tempo do Instituto Federal do Piauí



Fonte: DIRCOM/IFPI (2019)<sup>1</sup>.

### 2.4.1 Da Escola de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais.

Criados por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices (EAA) em cada uma das dezenove capitais que a República do Brasil possuía à época, tinham como objetivo principal atender “aos desfavorecidos da fortuna” com preparo técnico e intelectual, ainda que em nível elementar, para ingresso no mercado de trabalho e, secundariamente, afastá-los dos vícios e da ociosidade que provocavam a desordem social (Brasil, 1909). Colombo (2020, p. 7) destaca que o contexto histórico de criação das EAA exigia essa medida que promovia a ocupação e a correção, pois “a instrução manual era um paliativo com caráter moral ao mesmo tempo que produtivo”. Deste modo, ao mesmo tempo que oferecia formação e proporcionava uma ocupação, também promovia correção aos mais pobres.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ifpi.edu.br/a-instituicao>. Acesso em: 12 jun.2023



Em sua gênese, a EAA não promovia a articulação/integração entre educação e trabalho, posto que havia clara separação entre a formação teórica e a formação prática. Enquanto aquela era destinada aos filhos da elite visando à formação de uma classe dirigente, esta ficava restrita às classes populares, formando mão de obra qualificada, tornando explícita a visão dualista da educação que predominava à época (Moura, 2007). De certo modo, essa questão ainda teima em vir à luz, atualmente, nas discussões sobre as políticas para a educação profissional, ainda que com menos adesão.

Dentre as dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices implantadas, o estado do Piauí foi um dos primeiros a inaugurar a sua EAA, ou melhor EAAPI (Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí), evento ocorrido em 1º de janeiro de 1910 por Josino José Ferreira, tendo como sítio as instalações do atual Campus Pirajá da Universidade Estadual do Piauí. Os cursos oferecidos reproduziam a dualidade característica da educação brasileira. No âmbito da formação profissional, eram ofertados cursos de mecânica, marcenaria, ferraria e sapataria e, no âmbito da formação geral, eram oferecidos cursos de primeiras letras e desenho (Sousa; Sousa, 2021).

Consoante Azevedo e Coan (2013, p. 2), “o processo histórico da educação formal no Brasil se encontra intrinsecamente relacionado ao grau de desenvolvimento econômico, político e social da nação brasileira”, daí a necessidade de implementar a primeira transformação estrutural da EAA para atender às demandas da incipiente indústria brasileira. Em 1937, o presidente Getúlio Vargas criou, por meio da Lei nº 378/37, os Liceus Industriais, passando a EEA Piauí a se chamar Liceu Industrial do Piauí. Também nessa época houve a mudança do Ministério da Agricultura Industrial e Comércio para o Ministério da Educação e Saúde.

Cinco anos depois, em 1942, com o advento da Lei Orgânica do Ensino Industrial dividindo as escolas em industriais e técnicas, o Liceu Industrial do Piauí passou a se chamar Escola Industrial de Teresina, autorizado a oferecer o primeiro ciclo do ensino industrial com o ensino ginasial e o profissional, mas ainda restrito ao nível de 1º grau. Nessa configuração assumida, suprimiu alguns cursos e ofereceu outros, como mecânica de máquinas, solda e serralheria, alfaiataria e fundição, mais alinhados às necessidades da indústria (Jerônimo, 2019).

Com o incremento da indústria brasileira exigindo mão de obra mais qualificada, houve nova modificação na organização e estrutura dos cursos, e a Escola Industrial ganhou novo status e ampliação do seu nível de ensino, em 1965, passando a

chamar-se Escola Industrial Federal do Piauí. Foi nessa ocasião, mais precisamente no ano de 1967, que começou a oferta dos cursos técnicos profissionalizantes de 2º grau, a saber: Agrimensura, Edificações e Eletromecânica. Em vista de ampliar sua oferta nesse nível, foi feito um esforço da gestão da época para a transformação em escola técnica, visto que as escolas industriais tinham limitações materiais e humanas para atuar com cursos técnicos (Sousa; Sousa, 2021).

A transformação em Escola Técnica Federal, em 1967, não se deu apenas em nível pedagógico e estrutural, promoveu também impacto econômico e social visto que proveria o mercado de técnicos, não necessitando importá-los dos estados vizinhos, como Pernambuco e Bahia, para ocuparem os postos nas empresas de construção civil e de estradas, na Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA) e no Conjunto Habitacional da Eletrobras Boa Esperança (COHEB).

Houve, também nesse momento, ampliação das áreas de oferta de cursos, antes limitadas à indústria, impactando na oferta de vagas e de contratação de pessoal docente e técnico. Os cursos técnicos na área de serviços foram inaugurados, sendo os primeiros: Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística (Rêgo; Rodrigues, 2009). Ressalta-se que, nesse período, foi permitido o ingresso de mulheres, preferencialmente nos cursos da área terciária. No decorrer do processo, seu ingresso foi ampliado permitindo sua participação nos cursos das demais áreas.

Por volta da década de 80, a modernização da escola chegou com a informatização, sendo os setores administrativos os primeiros a conhecer a tecnologia dos computadores ampliando posteriormente aos setores ligados ao ensino. Foram criados grandes laboratórios promovendo com isso a oferta de cursos de Informática para as comunidades externa e interna da instituição (servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes). Nesse período, destacou-se também a interiorização do ensino com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994 (IFPI, 2019).

A Lei 8.948/94 autorizou a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) possibilitando a oferta de cursos superiores de tecnologia, mas o processo de CEFETIZAÇÃO foi concluído em 22 de março de 1999, ano em que foi lançado o primeiro vestibular do CEFET-PI com a oferta do curso de Tecnologia em Informática, vindo na sequência outros cursos, como Tecnologia em Radiologia (2001) e, por último, a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2004).

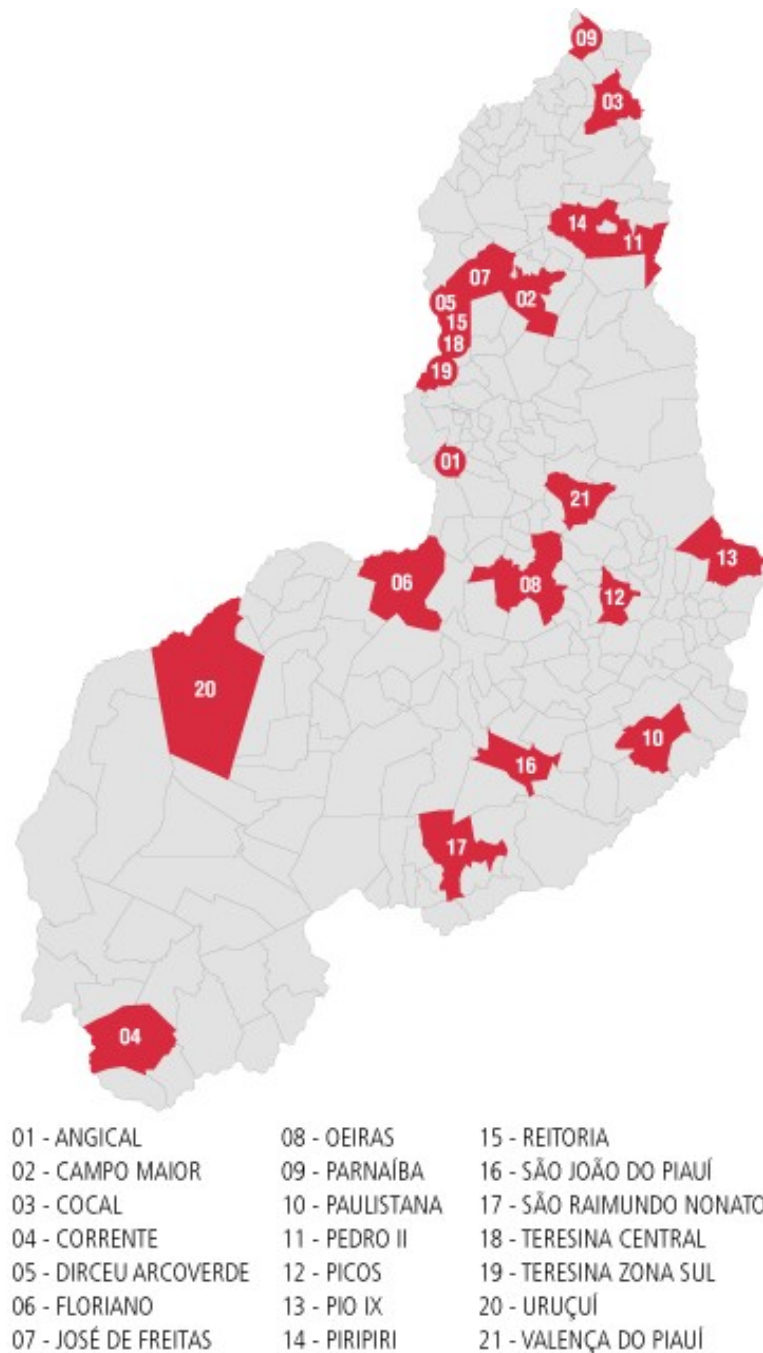
Salienta-se que o processo de interiorização foi ganhando força e três novas unidades passaram a funcionar no ano de 2007 – Unidades Descentralizadas de Ensino em Picos e Parnaíba – e mais uma unidade na capital, conhecida como campus Teresina Zona Sul antes Unidade de Ensino Descentralizada Marcílio Rangel (Sousa; Sousa, 2021).

A primeira década do século XXI foi profícua para a Instituição. Além da ampliação da oferta de cursos superiores, ocorreu, em 2008, a transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), implicando reorganização tanto de sua estrutura quanto dos aspectos administrativos e pedagógicos.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do Conselho Superior da própria instituição. Além disso, houve a equiparação às Universidades Federais em termos de funcionalidade, acesso ao fomento de pesquisa e extensão e todos os programas de apoio dos vários ministérios, destacando-se no campo social, com educação gratuita e de qualidade, direcionada às demandas sociais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes *campi*: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados *campi* em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos *campi* de Campo Maior, Valença e Cocal. Em 2014, foram criados os *Campi* Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX e, em 2016, o Campus Avançado de José de Freitas (IFPI, 2019). O IFPI tem atualmente, na sua composição estrutural, uma reitoria (sede), dezessete *campi* e três *campi* avançados distribuídos nas variadas regiões do estado do Piauí, conforme visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos *campi* do IFPI



Fonte: DIRCOM (2019)<sup>2</sup>.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação profissional e tecnológica é caracterizada como uma modalidade educacional que se integra aos diferentes níveis e etapas de educação e às

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/campi>. Acesso em: 22 jun.2023

dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, os cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se articulam com a educação básica e com a educação superior e, ainda, com as modalidades de educação de jovens e adultos e de educação a distância.

Nessa perspectiva, a oferta educacional das instituições que integram a Rede Federal abrange tanto a educação básica quanto a educação superior e, transversalmente, como modalidade, a educação profissional e tecnológica. O IFPI atende a mais de 25 mil matrículas, com uma oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes/subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, além de cursos de formação inicial e continuada, cursos a distância, especializações e mestrados.

Quadro 2 - Educação Profissional: das origens à atualidade (continua)

CATEGORIAS	EAA	IF
Legislação	Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), para o ensino profissional primário e gratuito.	Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Vínculo de Subordinação	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	Ministério da Educação
Mantenedor	Governo Federal, com subvenções do Governo Municipal	Governo Federal
Justificativa	Oferecer às classes proletárias oportunidade de vencer as dificuldades de existência, habilitando os filhos dos desfavorecidos da fortuna com preparo técnico para afastar do ócio, do vício e do crime e formar cidadãos úteis à nação.	Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
Finalidade/objetivos	Formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício.	Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior;

Quadro 2 - Educação Profissional: das origens à atualidade (conclusão)

CATEGORIAS	EAA	IF
Finalidade/objetivos	Formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício.	Constituir-se centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;  Desenvolver pesquisa, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, desenvolvimento científico, tecnológico e promover extensão.
Provimento de cargos	Por meio de nomeação para cargos de gestão e indicação dos mestres de ofício com contrato definido por tempo de serviço.	Eleição direta para cargo máximo da instituição e inserção dos servidores docentes e técnicos por meio de concurso público.
Público-alvo	Desfavorecidos da fortuna: idade de 10 anos a 13 anos;  Não ter moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que impossibilitassem o aluno para o aprendizado de algum ofício.	Egressos do ensino fundamental e/ou ensino médio. Adolescentes a partir de 14 anos, jovens e adultos independentemente de sua condição social ou necessidade específica.
Forma de ingresso	Requerimento.	Processo seletivo, chamada pública, ENEM, vestibular.
Possibilidades educativas	Facultada a aprendizagem de um só ofício.	Oferta aberta e espontânea em todos os níveis.
Certificados/diplomas	Nível primário	Nível técnico; nível superior e pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respectivas legislações (2023).

#### 2.4.2 O público estudantil diversificado em níveis de ensino e faixa etária

O Instituto Federal do Piauí é uma instituição de ensino pública, pluricurricular e *multicampi*, parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira, criada pela Lei nº 11.892/2008. Como instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação

profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, tem como objetivos: ministrar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos superiores de tecnologia, de licenciatura, de bacharelado, de engenharia e de pós-graduação lato e stricto sensu, além de realizar atividades de pesquisa e extensão (Brasil, 2008).

A amplitude de cursos e níveis de ensino ofertados pelo IFPI e a pluralidade curricular provocam também a diversidade do público estudantil, constituído por adolescentes, jovens e adultos, com características próprias das idades, da origem social, vindos das mais variadas e longínquas regiões, oriundos das cidades, do campo, inclusive pertencentes às comunidades indígenas e quilombolas e a diversas classes sociais.

Essa particularidade impõe uma série de desafios, dentre os quais se destaca a necessidade de que gestores, docentes e técnicos administrativos desenvolvam habilidades no trato com um público tão particular, com características comuns a suas idades, valores e princípios de vida herdados pelo histórico sociofamiliar e que chegam à instituição com aspirações particulares, em níveis de ensino diferenciados, e merecem encontrar uma instituição sensível a essa variante.

Impõe também o desafio de a instituição manter estudantes em seu interior, favorecer o seu sucesso escolar e realizar uma educação voltada para a cidadania, respeito às diferenças, respeito a suas condições de aprendizagem, integrando políticas que estimulem o desenvolvimento intelectual, acolhimento e convívio harmonioso no interior dos ambientes compartilhados. É necessário o desenvolvimento de ações que minimizem as desigualdades entre os estudantes, possibilitando que todos tenham as mesmas condições de permanência, êxito escolar e acesso aos serviços ofertados. Demandam, portanto, diferentes políticas de atendimento e acompanhamento das necessidades estudantis. Foi com esse propósito que a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí foi formatada.

#### 2.4.3 O Ensino Técnico integrado ao Médio, oferta majoritária

A Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais exige que, no desenvolvimento anual de sua ação acadêmica, os IFs garantam o mínimo de 50% de sua oferta de vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível

médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, bem como o mínimo de 20% (vinte por cento) de vagas para os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, visando atender à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional.

Ramos (2017) considera que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica conseguiu articular a formação geral e profissional, uma vez que oferece boas instalações e corpo docente qualificado possibilitando o aprendizado técnico-científico e cultural, conferindo aos estudantes uma formação de qualidade e uma compreensão de mundo mais ampliada.

Exatamente por esse grau de abrangência, os Institutos Federais têm condições de estabelecer uma singularidade em sua arquitetura curricular: a flexibilidade para instituir itinerários de formação que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior e a integração dos diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de instalar possibilidades de educação continuada, aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva.

Compreende-se que a estipulação de tais percentuais se deva ao atendimento dos deveres legais do Estado com a educação escolar com a ampliação da obrigatoriedade da oferta da educação básica até sua etapa final, inclusive para aqueles indivíduos que não tiveram acesso a ela na idade considerada apropriada, bem como com a consecução das políticas de formação de professores em nível superior, para a atuação na educação básica (Brasil, 1996), especialmente nas áreas duras – Ciências e Matemática – que apresentavam e ainda apresentam, segundo Gatti *et al.* (2019), déficit de professores com essa formação específica.

Observa-se que, frente aos percentuais obrigatórios de vagas a serem ofertadas pelos Institutos Federais, 50% delas são para a formação técnica integrada ao médio, cujos estudantes são egressos do ensino fundamental. Outra parcela dos estudantes está no primeiro ano do ensino médio e ingressam na instituição para, concomitantemente, fazerem um curso técnico; outra ainda são egressos do ensino médio que buscam a qualificação técnica. Em termos de faixa etária, os estudantes do ensino técnico estão entre 15 e 20 anos de idade.



Moura (2013) ressalta que a desigualdade social estimula os jovens a buscar a formação técnica antes dos 18 anos, para ingressar no mercado de trabalho a fim de garantir renda própria ou contribuir financeiramente com a renda da família. Esse cenário de contradições entre estudantes de diferentes classes sociais, destaca Miranda (2022), impõe desafios para construção de um processo educacional de equidade e justiça social para os jovens das classes populares, dentre eles o desafio de ofertar um Ensino que promova a permanência dos estudantes por meio de ações de enfrentamento às múltiplas expressões das questões sociais que os envolvem.

Durante esse percurso formativo, torna-se desafiador para a instituição de ensino promover a permanência desse público na escola oferecendo condições que venham mitigar as carências econômicas. Os Institutos Federais, em especial o IFPI, têm enfrentado esse desafio e, para além de buscar mitigar os efeitos danosos das desigualdades sociais, disponibiliza políticas comprometidas com a aprendizagem e o sucesso do desempenho acadêmico, a exemplo das políticas pedagógicas e sociais implementadas que corroboram para que o estudante possa concluir seus cursos e, nesse sentido, abrir possibilidades para que possa ocorrer a sua inserção no mundo do trabalho em condições bem mais favoráveis.

### **3 SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA**

Considerando que a avaliação permite refletir sobre as abordagens adotadas para alcance dos objetivos, esta pesquisa tem o propósito de avaliar a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários.

Nesta seção descreve-se a sistematização metodológica para o desenvolvimento da proposta, iniciando o caminho pela identificação do tipo de pesquisa quanto à abordagem e os objetivos. Em seguida, caracterizam-se o universo explorado, as técnicas e os instrumentos de coletas de dados, finalizando com os procedimentos técnicos quanto à organização e análise dos dados.

#### **3.1 Tipologia da pesquisa**

A pesquisa científica caracteriza-se pelo rigor metódico. A escolha assertiva do tipo de pesquisa e do modo de abordar o objeto investigado permite a consecução dos objetivos definidos. Neste trabalho, a natureza do objeto requer uma abordagem quanti-qualitativa pois, para compreendê-lo, necessita-se tanto do tratamento estatístico dos dados quanto da descrição para interpretá-los em sua complexidade.

Esta pesquisa centra seus estudos sobre a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos seus estudantes beneficiários. Para sua realização, adotaram-se as abordagens quantitativa e qualitativa. Quantitativa, considerando que os dados da instituição, nos documentos institucionais e/ou em site oficial, foram quantificados e focados na mensuração dos fenômenos por meio da coleta de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos em percentuais (Michel, 2005; Collis; Hussey, 2005). E qualitativa, considerando que os números absolutos ou percentuais identificados, assim como a flutuação das variáveis, foram analisados no contexto onde os fenômenos ocorrem, buscando compreendê-los a partir das relações que se pode estabelecer entre eles para avaliar o objeto pesquisado que, conforme Collis e Hussey (2005), envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento dos fenômenos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva que, de acordo com Gil (2008), é uma das mais usadas por pesquisadores sociais preocupados com a ação prática, pois caracteriza-se por descrever os fenômenos ou identificar relações entre as variáveis, podendo inclusive determinar a natureza dessa relação. Collis e Hussey (2005) afirmam que a pesquisa descritiva identifica e obtém informação sobre as características de um determinado problema.

Assim, concebe-se que esta pesquisa se alinha com o formato de pesquisa documental, cuja natureza das fontes vale-se de documentos que não receberam um tratamento analítico, e de pesquisa bibliográfica, constituída de estudos de livros e artigos científicos sobre a temática estudada (Gil, 2008).

Para a realização deste estudo foram analisados documentos institucionais, como relatórios de gestão e legislações internas, como também a planilha dos indicadores educacionais disponibilizada pela Pró-Reitoria de Ensino, além do acesso às tabelas de indicadores do PAEVS, fornecida pela Diretoria de Assistência Estudantil.

Os documentos citados possibilitaram realizar uma análise do desempenho acadêmico dos estudantes quanto à evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes beneficiários do PAEVS, no período de 2014 a 2022, bem como fazer o comparativo entre estudantes PAEVS e Não PAEVS ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2022.

### **3.2 Universo da investigação**

Para o cumprimento de um dos objetivos específicos, qual seja: analisar o desempenho acadêmico, considerando os indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão, dos estudantes beneficiários PAEVS, nos anos de 2014 a 2022, a investigação foi desenvolvida no Instituto Federal do Piauí envolvendo os 20 *campi*, que são distribuídos nos seguintes municípios do estado do Piauí: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piri-piri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina (Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul e Campus Avançado Dirceu), Uruçuí e Valença.

Quanto ao cumprimento do segundo objetivo específico, qualificar o desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado

ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020 comparando os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre os beneficiários e não beneficiários do PAEVS, optou-se por dois *campi* do IFPI. Os *campi* escolhidos foram: Campus Teresina Zona Sul, por representar geograficamente um campus da região norte e um dos *campi* da capital pouco investigado quanto à temática da Assistência Estudantil; e o campus Uruçuí, cuja escolha ocorreu por representar um dos *campi* da região sul do estado que compõe o quadro de campus no interior e tem a possibilidade de contemplar todos os benefícios do PAEVS, posto que é o único campus que oferta o benefício moradia estudantil por ter residência para os estudantes oriundos de outras regiões, instalada no próprio campus.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos dois *campi* investigados.

### 3.2.1 Campus Teresina Zona Sul

O Campus Teresina Zona Sul (CTZS) foi criado em 2007, como uma Unidade Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-PI). Na estrutura física, funcionava o Centro Tecnológico de Teresina (CTT) sendo o espaço doado ao CEFET-PI pela prefeitura municipal recebendo o nome de Unidade Descentralizada Marcílio Rangel ou Unidade Descentralizada de Teresina (UNED-TERESINA). A partir da Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, foi denominado Campus Teresina Zona Sul. Sua sede está localizada na avenida Pedro Freitas, nº 1020, bairro São Pedro, em Teresina-PI.

O CTZS dispõe de um quadro de pessoal formado por 174 servidores, sendo 105 docentes e 69 técnico-administrativos e, em conformidade com a finalidade dos IFs, oferta cursos técnicos integrados ao médio, cursos técnicos concomitantes, técnicos subsequentes e cursos superiores em nível de graduação.

O campus oferta Cursos Técnicos Integrados ao Médio de Saneamento, Edificações, Vestuário, Informática e Estradas. Na modalidade Concomitante/Subsequente, os cursos são: Técnico em Edificações, Estradas, Gastronomia, Nutrição e Dietética, Panificação, Vestuário e Química. Os cursos superiores de graduação são: Licenciatura em Computação, Tecnologia em Gastronomia e em Design de Modas e Bacharelado em Engenharia Civil. São ofertados ainda os cursos de Técnico em Gastronomia e Técnico em Administração

no formato que integra a educação básica, a educação profissional e a educação de jovens e adultos (IFPI, 2023).

Em 2022, de acordo com o SUAP, o número de matrículas nos cursos da oferta Técnico Integrado ao Médio, Técnico Concomitante/Subsequente e Graduação, no CTZS, foi de 820 (oitocentos e vinte) estudantes, sendo 444 alunos matriculados no Técnico e 376 estudantes matriculados nos cursos de graduação (IFPI, 2023). Destes, cerca de 71,84% são públicos do PAEVS, pois se encontram com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo e meio (PNP, 2023). Esse índice chama atenção para a responsabilidade da instituição quanto ao atendimento prioritário desse público com as ações da POLAE, sobretudo do PAEVS (IFPI,2023).

### 3.2.2 Campus Uruçuí

O Campus Uruçuí faz parte do bloco de unidades que compõem a expansão da Rede Federal no ano de 2010 e fica localizado na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense, zona sul do estado. Foi inaugurado em 2009, porém seu funcionamento ocorreu a partir de 2010.

Atualmente, dispõe de um quadro de pessoal formado por 96 servidores, sendo 59 docentes e 38 técnicos administrativos e, em conformidade com a finalidade dos IFs, oferta cursos técnicos integrados ao médio, cursos técnicos concomitantes e subsequentes, cursos superiores de graduação e pós-graduação.

São ofertados Cursos Técnicos Integrados ao Médio e Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes em Agropecuária, Agroindústria e Administração. Quanto aos cursos de graduação, oferta os seguintes: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Agrônoma. Oferta ainda os cursos de Técnico em Gastronomia e Técnico em Administração no formato que integra a educação básica, a educação profissional e a educação de Jovens e Adultos (IFPI, 2023).

A oferta dos cursos baseia-se nos resultados obtidos a partir de investigações e consultas com os diversos segmentos sociais do município de modo que possa atender as demandas locais e criar um vínculo aproximativo entre o campus e a população local.

Quanto à pós-graduação, o campus ofertou os cursos de especialização em Agronegócio, Ensino de Ciências, Ensino da Matemática para o Ensino Médio e Ciências Ambientais, mas atualmente não existe nenhuma oferta disponível.

Sobre o público estudantil, dados do SUAP apontam que, em 2022, o campus Uruçuí contou com 526 estudantes matriculados nos cursos médio integrado, técnico e graduação. Destaca-se que, destes, 92,28% são públicos do PAEVS, pois se encontram na faixa de renda de até 1,5 SM (um salário-mínimo e meio) (PNP, 2023), indicando uma margem altíssima de estudantes que se encontram caracterizados por situação de vulnerabilidade econômica (IFPI,2023).

### **3.3 Recorte temporal**

Para o desenvolvimento da pesquisa, trabalhou-se com dois recortes temporais, de maneira a contemplar os objetivos específicos explicitados na introdução deste trabalho. Para o alcance do primeiro objetivo específico, foi aplicado o recorte temporal de 2014 a 2022, considerando que o ano de 2014 representa o ano da implementação da POLAE e 2022 o último ano computado para obtenção dos resultados dos indicadores investigados.

Para os demais objetivos específicos, o recorte temporal centrou-se nos anos de 2018, 2019 e 2020, considerando que foi a partir de 2018 que ocorreu um alinhamento dos sistemas de informação de dados no IFPI, permitindo que as informações fossem investigadas numa mesma fonte.

### **3.4 Procedimentos técnicos e análise dos dados**

No que tange aos procedimentos técnicos, inicialmente foi feita a leitura de normativas que regulamentam a Assistência Estudantil no âmbito federal e institucional, como livros, artigos, teses e dissertações da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) para a fundamentação do objeto de estudo. Também foram lidos documentos orientadores e de acompanhamento da Política de Assistência Estudantil do IFPI, para embasar a compreensão dos dados disponíveis nos documentos próprios da instituição.

Além disso, para a coleta de dados, foram solicitadas à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) as tabelas de indicadores PAEVS nos anos de 2014 a 2022 e à

Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), os indicadores educacionais dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020 para assim proceder à organização e análise dos dados.

Quanto às informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes do PAEVS, os dados foram extraídos da tabela anual de indicadores PAEVS, disponibilizada pela PROEX por meio da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) e, a partir desses dados, foram construídos gráficos a fim de facilitar a leitura dos resultados.

Para a edificação dos gráficos, foram utilizadas duas ferramentas nesse processo: o processador de texto Word, extraindo-se a partir dele os “gráficos automáticos”, e o editor de planilhas “Excel”. Essas ferramentas possibilitaram não só a construção dos gráficos, mas também a análise percentual de cada indicador e, para isso, utilizou-se o gráfico do tipo pizza, que permite a visualização de várias fatias de percentuais com maior clareza.

Desta forma, foram construídos gráficos categorizados por cada ano investigado, iniciando pelo ano de 2014 e finalizando com o ano 2022. Os dados compilados apresentaram a evolução dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes beneficiários do PAEVS anualmente. Também foi realizada a compilação desses indicadores em um único gráfico favorecendo uma visualização dos resultados apresentados ao longo dos anos investigados.

A inserção dos dados ocorreu da seguinte forma: o total de cada ano representa cem por cento (100%) dos alunos atendidos nesse período. Logo, após a divisão das cinco variáveis (evasão, reprovação, aprovação, conclusão e outros casos), cada variável obteve um percentual referente ao quantitativo de alunos. Ao realizar uma regra de três simples, pode-se observar a proporção indicada em cada gráfico. Além disso, construiu-se um gráfico retratando o número de estudantes atendidos anualmente pelo programa, identificando a flutuação no quantitativo de atendimentos, proporcionando uma leitura panorâmica da totalidade do alcance do PAEVS.

Quanto às informações sobre desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do PAEVS e Não PAEVS, teve-se acesso aos indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão devidamente fornecidos pela PROEN por meio da Procuradoria Institucional (PROINST), que disponibilizou uma plataforma, contendo os dados acadêmicos dos estudantes. A plataforma é conhecida como *Google looker studio*,

ferramenta on-line para criação de relatórios e painéis informativos personalizáveis a partir de banco de dados e planilhas. A planilha matriz, da qual os dados foram extraídos, mostra a disposição deles no intervalo temporal pesquisado (Figuras 4 e 5).

A identificação nominal e a matrícula dos estudantes beneficiários PAEVS foi repassada para a DAE por meio das comissões de assistência estudantil dos *campi* Teresina Zona Sul e Uruçuí que forneceram a informação à pesquisadora. De posse dos dados, eles foram inseridos na referida plataforma sendo computadas as informações sobre os estudantes PAEVS e Não PAEVS quanto aos indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão, proporcionando a realização do comparativo do desempenho acadêmico.



Figura 4 – Planilha matriz com dados do Campus Teresina Zona Sul

		Ano letivo / PAEVS / S_PAEVS / Matrícula														
		2018			2019			2020			2021			2022		
<input type="checkbox"/> Ano de Ingr...	Situação Nor...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...
2018	APROVADO	62	36	98	66	40	106	59	38	97	10	2	12	3	2	5
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	32	79	11	2	13
	EVASÃO	0	9	9	0	3	3	2	3	5	1	0	1	5	2	7
	REPROVADO	7	8	15	1	0	1	8	1	9	7	4	11	-	-	-
	VERIFICAR	0	2	2	2	2	4	-	-	-	2	1	3	1	1	2
	<b>Total</b>		<b>69</b>	<b>55</b>	<b>124</b>	<b>69</b>	<b>45</b>	<b>114</b>	<b>69</b>	<b>42</b>	<b>111</b>	<b>67</b>	<b>39</b>	<b>106</b>	<b>20</b>	<b>7</b>
2019	APROVADO	-	-	-	60	41	101	50	34	84	54	35	89	12	6	18
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	28	69
	EVASÃO	-	-	-	1	9	10	0	9	9	3	8	11	4	5	9
	REPROVADO	-	-	-	1	3	4	10	7	17	4	3	7	3	0	3
	VERIFICAR	-	-	-	2	7	9	3	1	4	2	1	3	1	1	2
	<b>Total</b>		-	-	-	<b>64</b>	<b>60</b>	<b>124</b>	<b>63</b>	<b>51</b>	<b>114</b>	<b>63</b>	<b>47</b>	<b>110</b>	<b>61</b>	<b>40</b>
2020	APROVADO	-	-	-	-	-	-	50	40	90	50	47	97	17	14	31
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	32	68
	EVASÃO	-	-	-	-	-	-	0	2	2	0	7	7	1	9	10
	REPROVADO	-	-	-	-	-	-	7	16	23	7	3	10	2	0	2
	VERIFICAR	-	-	-	-	-	-	0	5	5	0	3	3	1	0	1
	<b>Total</b>		-	-	-	-	-	-	<b>57</b>	<b>63</b>	<b>120</b>	<b>57</b>	<b>60</b>	<b>117</b>	<b>57</b>	<b>55</b>

Fonte: Elaborado pela PROINST (2023).

Figura 5 – Planilha matriz com dados do Campus Uruçuí

		Ano letivo / PAEVS / S_PAEVS / Matrícula														
		2018			2019			2020			2021			2022		
☐ Ano de Ingr...	Situação Nor...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...	PAEVS	S_PAEVS	Matric...
2018	APROVADO	4	63	67	6	69	75	2	11	13	0	3	3	-	-	-
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	4	54	58	1	12	13	1	2	3
	EVASÃO	0	22	22	0	15	15	0	4	4	0	1	1	0	2	2
	REPROVADO	2	27	29	0	6	6	0	6	6	1	1	2	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>112</b>	<b>118</b>	<b>6</b>	<b>90</b>	<b>96</b>	<b>6</b>	<b>75</b>	<b>81</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2019	APROVADO	-	-	-	0	77	77	1	77	78	0	12	12	0	4	4
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	69	69	0	8	8
	EVASÃO	-	-	-	0	21	21	0	4	4	0	2	2	1	7	8
	REPROVADO	-	-	-	1	20	21	0	15	15	1	10	11	0	3	3
	VERIFICAR	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>118</b>	<b>119</b>	<b>1</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>1</b>	<b>93</b>	<b>94</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>23</b>
2020	APROVADO	-	-	-	-	-	-	10	75	85	9	85	94	0	12	12
	CONCLUÍDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	66	75
	EVASÃO	-	-	-	-	-	-	0	6	6	0	7	7	0	11	11
	FALECIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-
	REPROVADO	-	-	-	-	-	-	0	30	30	1	15	16	1	4	5
	VERIFICAR	-	-	-	-	-	-	0	3	3	-	-	-	0	7	7
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>114</b>	<b>124</b>	<b>10</b>	<b>108</b>	<b>118</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>110</b>

Fonte: Elaborado pela PROINST (2023).

Desta forma, com base na plataforma, a análise foi feita por campus, organizada em subcategorias representando o respectivo ano de ingresso (2018, 2019 e 2020). Assim, foram construídos gráficos para cada variável estudada (evasão, reprovação, aprovação e conclusão), perpassando pelos anos subsequentes até a finalização do ciclo de conclusão do Ensino Técnico Integrado ao Médio, acrescido de mais um ano para casos de reprovação. Ou seja, para cada campus, foram construídas três representações gráficas por ano de ingresso analisando o desempenho das duas categorias, assim identificadas: estudantes PAEVS e Não PAEVS.

A representação gráfica ordenada em categorias e agrupamentos foi inspirada em Bardin (2016). De acordo com a autora, realizar agrupamentos em categorias específicas favorece a organização dos resultados cujos procedimentos sistemáticos de agrupamento de dados podem ser utilizados tanto em abordagens quantitativas quanto qualitativas. A apresentação dos resultados com o detalhamento das categorias e subcategorias estão explicitados nas subseções 4.1, 4.2 e 4.3.

Ademais, para cada campus, foi construído um gráfico com a compilação dos indicadores nos anos 2018 a 2022, oferecendo uma visualização de como se vêm comportando os resultados dos indicadores entre as duas categorias investigadas nos respectivos *campi*.

De posse das informações contidas nos diversos gráficos, foi feita a análise qualitativa dos resultados subsidiada pelos relatórios institucionais nos quais constam, além da mensuração de números, registros de identificação das situações acompanhadas pelos profissionais junto ao público estudantil atendido. Ademais, a análise também foi endossada pelos estudos científicos que abordaram a temática que envolve a política pública de Assistência Estudantil e, nesse sentido, vislumbra-se que os gráficos, os relatórios institucionais e as pesquisas bibliográficas respondam à questão problema deste estudo, a saber: qual a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí no percurso acadêmico dos estudantes beneficiários?

## **4 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA PROMOÇÃO DO PERCURSO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS**

Neste capítulo buscou-se analisar e apresentar os resultados da avaliação sobre a contribuição do PAEVS no processo formativo dos estudantes beneficiários por meio dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão ao longo de quase uma década de regulamentação da POLAE.

A pesquisa debruçou-se em analisar o fluxo do PAEVS frente aos indicadores educacionais de modo a responder aos objetivos propostos, sendo organizada da seguinte forma:

Na subseção 4.1, constam os dados coletados do Programa nos anos de 2014 a 2022, envolvendo todos os *campi* do Instituto Federal do Piauí, identificando-se, anualmente, a flutuação do PAEVS em relação aos indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão. Também foi realizada a compilação de todos os gráficos retratando a evolução dos indicadores ao longo dos anos de 2014 a 2022.

Na subseção 4.2, consta o comparativo entre os estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do PAEVS e Não PAEVS dos *campi* Teresina Zona Sul e Uruçuí, identificando os resultados individualizados por campus e por ano de ingresso (2018, 2019 e 2020).

A subseção 4.3 traz o comparativo entre os *campi* Teresina Zona Sul e Uruçuí, no período que compreende 2018 a 2022, quanto aos resultados dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão, entre os estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do PAEVS e Não PAEVS, identificando as similaridades e diferenças percebidas a partir dos resultados.

### **4.1 PAEVS e os indicadores educacionais: interstício 2014-2022**

Como citado anteriormente, apresenta-se, nesta seção, a flutuação dos resultados dos estudantes beneficiários do PAEVS frente aos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão.

O instrumento utilizado para análise dos dados foi a tabela de indicadores PAEVS, um dos instrumentais de avaliação do Programa cujas informações são respondidas pelas Coordenações ou Comissões de Assistência Estudantil dos *campi*

e encaminhadas anualmente para a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) para conhecimento e inferência das informações.

De posse das informações de cada campus, a DAE faz a compilação dos indicadores de cada ano, resultando numa única tabela retratando os indicadores PAEVS do ano focalizado. As informações identificadas na coleta dos dados são oportunamente apresentadas aos gestores e compõem os relatórios anuais de gestão.

A tabela de indicadores do PAEVS, conforme o quadro abaixo, agrega informações sobre quantitativo de estudantes: atendidos por benefício; que se declaram negros/pardos, quilombolas, indígenas e PCDs; residentes na Moradia Estudantil que são ou não atendidos com Benefício Permanente ou atendidos com Benefício Eventual, entre outras informações significativas.

Quadro 3 - Informações contidas na tabela de indicadores do PAEVS (continua)

SUBTABELAS	CATEGORIA	ESPECIFICAÇÃO
01	Quantitativo de estudantes atendidos por benefício durante o ano letivo em estudo	Por tipo de benefício: Permanente, Atleta, Cultura, Eventual e Moradia
1.1	Dentre os estudantes atendidos por benefícios, quantitativo de estudantes que se declaram negros/pardos, quilombolas, indígenas e PCD	Estudantes que se declaram negros/pardos, quilombolas, indígenas e PCDs
02	Benefício Moradia Estudantil (Campus Uruçuí)	Nº estudantes residentes na Moradia Estudantil; Nº estudantes residentes que são também atendidos com Benefício Permanente;
2.1	Benefício Moradia Estudantil	Residentes inicialmente; evadidos; reprovados e desligados; concludentes; total de estudantes desligados; aprovados por rendimento; aprovados no Conselho; reprovados que permaneceram; que permaneceram na moradia
03	Benefício Eventual	Nº de estudantes atendidos com Benefício Eventual; nº de estudantes do Benefício Eventual que também são atendidos com Benefício Permanente
3.1	Benefício Eventual	Objeto do atendimento (necessidades atendidas)
04	Estudantes desligados do PAEVS	Concluíram o curso; trancaram o curso; cancelaram a matrícula; em situação de abandono escolar sem justificativa; reprovaram e foram desligados; não compareceram à reavaliação e não justificaram; migraram para outro programa; superaram a situação de vulnerabilidade social; outros casos de desligamento; nº total de estudante desligados do PAEVS.

Quadro 3 - Informações contidas na tabela de indicadores do PAEVS (conclusão)

SUBTABELAS	CATEGORIA	ESPECIFICAÇÃO
05	Indicadores de Evasão	
5.1	Estudantes do PAEVS evadidos	Nº total de estudantes atendidos pelo <b>PAEVS</b> durante o ano letivo em estudo; nº de estudantes atendidos pelo PAEVS que se evadiram; causas da evasão; encaminhamentos realizados.
5.2	Estudantes do PAEVS acompanhados (Considerando o acompanhamento sistemático)	Nº de estudantes beneficiários do PAEVS acompanhados pela comissão AE ou equipe pedagógica; dos acompanhados, quantos permaneceram na instituição; dos acompanhados, quantos se evadiram
06	Desempenho Acadêmico dos estudantes que permaneceram no PAEVS	Aprovados por rendimento; aprovados no Conselho de Classe; reprovados que permaneceram; nº total de estudantes que permaneceram com o benefício
07	Quantitativo final de estudantes beneficiados (A-B=C)	A – Quantitativo de estudantes atendidos pelo PAEVS durante o ano letivo (Tabela 01) B – Quantitativo de estudantes desligados do PAEVS (Tabela 04) C – Quantitativo de estudantes que permanecem beneficiários no PAEVS (Tabela 06)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Destaca-se que o instrumental em estudo tem uma grande amplitude de informações que retrata todo o fluxo do PAEVS, podendo ser extraída uma riqueza de informações que provavelmente validariam o Programa-alvo da POLAE. E não só em termos quantitativos, apontados em números absolutos os fluxos e resultados, inclusive sobre o quantitativo de estudantes que efetivamente foram acompanhados em sua jornada acadêmica naquele ano, mas também em termos qualitativos, posto que, para além dos números, são identificadas as motivações da evasão e o trabalho, prévio ou não, realizado pela equipe multiprofissional no enfrentamento da evasão com os devidos encaminhamentos realizados sobre o evento.

O termo evasão é baseado no “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica” o qual considera evasão a “interrupção do aluno no ciclo do curso.” Situação em que “o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso” (Brasil, 2014, p. 20). Desse modo, consideram-se evadidos, neste levantamento de dados, os estudantes que trancaram o curso, cancelaram a matrícula, os que abandonaram a escola sem justificativa ou formalização e os que solicitaram transferência externa.

Também são detectadas, na concessão do benefício eventual, as demandas urgentes atendidas, o que seguramente favorece possibilidades de uma análise qualitativa evidenciando uma série de fatores sociais que interferem negativamente no contexto acadêmico.

Observou-se que a tabela de indicadores PAEVS, desde a primeira em 2014 até a mais recente em 2022, passou por aperfeiçoamentos, quanto às informações solicitadas, com mais precisão de detalhes a serem investigados. Imagina-se que isso ocorreu em decorrência do fluxo dinâmico que envolve o processo educacional, o qual exige que novas demandas tornem-se pautas a serem examinadas, afinal, trata-se aqui, de avaliar o resultado de um Programa vinculado a uma política pública e, nestes termos, compreende-se que a avaliação de uma política pública é um processo dinâmico e contínuo necessitando ser revalidado constantemente para identificar fatores facilitadores e obstáculos que impedem o seu avanço (Draibe, 2001).

Concentrando-se a investigação na contribuição do PAEVS frente aos indicadores educacionais, seguem os gráficos que mostram, em percentuais, os indicadores educacionais dos estudantes PAEVS quanto a evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos cursos, e outros casos que apresentam variadas situações



ocorridas no processo acadêmico, a exemplo de migração para outro programa, não comparecimento no processo de reavaliação, mudança de curso, entre outros.

#### 4.1.1 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2014

O gráfico abaixo mostra os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2014.

Gráfico 2 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

O Gráfico 2 mostra que, no ano de 2014, ano de implementação da POLAE, dos 2.044 (dois mil e quarenta e quatro) estudantes atendidos pelo PAEVS no Instituto Federal do Piauí, 72% foram aprovados nos estudos, 5% foram considerados evadidos, 9% sofreram reprovação, 7% concluíram os cursos, 7% incluem-se no perfil de outros casos. A leitura das informações ocorreu em todos os dezessete *campi*, com exceção dos três *campi* avançados em virtude da falta de profissionais para responder sobre AE.

Ressalta-se que aprovados e concludentes compõem duas categorias, no entanto o percentual de estudantes que concluíram o curso em 2014 também pode ser computado com o percentual de aprovados, visto que estudantes que concluíram também foram aprovados. Desta forma, obtém-se o percentual geral de aprovados

em 2014 de 79% de aprovação, sendo 72% de aprovados somados a 7% que concluíram o curso.

As causas da evasão identificadas no ano de 2014 foram: desinteresse pelo curso, transferência de domicílio, trabalho no horário da aula, não adaptação à linguagem do curso, dificuldade de deslocamento até o campus para aluno de outras cidades; doença; dificuldade de conciliar estudo e trabalho; não identificação com o curso; doença na família que reside em outro município; opção por curso superior ofertado em outra instituição; opção por curso ofertado em outro campus do IFPI; gravidez.

Quanto aos encaminhamentos realizados no enfrentamento da evasão, registraram-se: visita domiciliar, entrevista, orientação social, atendimento individual psicossocial, sensibilização a respeito da importância da permanência e possível retorno ao curso, escuta qualificada, orientação sobre as escolhas e encaminhamento para rede socioassistencial. Acredita-se que as intervenções aqui explicitadas podem ter contribuído para a prevenção da evasão.

Os resultados apontaram que, no ano de 2014, o PAEVS contribuiu de forma significativa para o desempenho acadêmico do seu público.

#### 4.1.2 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2015

O gráfico abaixo apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS referentes ao ano de 2015.

Gráfico 3: Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Em conformidade com o Gráfico 3, no ano de 2015, foram atendidos pelo PAEVS 2.773 (dois mil, setecentos e setenta e três) estudantes em dezesseis *campi* do IFPI. Destes, 58% foram aprovados, 11% registraram perfil de evadidos, 13% foram reprovados, 15% concluíram os cursos, 3% estão caracterizados como outros casos.

Importante informar que o Campus Teresina Zona Sul, por motivo alheio, não respondeu à tabela de indicadores PAEVS nesse ano, assim também não constam informações dos três *campi* avançados da instituição, como dito anteriormente, pela falta de profissionais que respondam sobre a AE.

Chama-se atenção para os indicadores de evasão, com registro de 11% e reprovação com percentual de 13% no ano de 2015. As causas apontadas não se diferenciam das citadas no ano de 2014, porém, entre as que impactaram negativamente os referidos indicadores, estão a desmotivação para o estudo e mudança para outra escola, em decorrência da greve que afetou toda a rede federal de ensino e durou 139 dias.

Quanto aos indicadores que impactam positivamente o Programa, observa-se que, em 2015, o percentual de concludentes, 15%, dobrou em relação ao ano de 2014, que registrou 7%, entretanto, ao somar os percentuais de aprovados e concluintes no

ano de 2015, o resultado vai para 73% de aprovação registrando uma diferença de 1% em relação ao ano anterior.

#### 4.1.3 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2016

O gráfico abaixo aponta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2016.

Gráfico 4 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Pelo Gráfico 4, no ano de 2016, o PAEVS atendeu 3.102 (três mil, cento e dois) estudantes em dezessete *campi* do IFPI. Novamente não foram contabilizados os três *campi* avançados da instituição pelas mesmas razões acima descritas. Dos estudantes atendidos pelo PAEVS, 46% foram aprovados, 9% registraram perfil de evadidos, 9% foram reprovados, 23% concluíram os cursos, 13% foram identificados como outros casos.

Registraram-se, como possíveis causas da evasão, desestímulo por reprovação, falta de interesse pelo curso, atraso do pagamento do Benefício da AE, dificuldades financeiras, reflexo da greve do ano de 2015, mudança para outra instituição, violência doméstica, opção por um curso superior. Como medidas interventivas, foram realizadas escutas qualificadas, entrevista, orientações à família, atendimento interdisciplinar e visita domiciliar.

Identificando o impacto positivo dos resultados dos indicadores no ano de 2016, entre os aprovados (aprovados e concludentes), somam-se 69% e, em relação aos indicadores negativamente impactantes (evadidos e reprovados), somam-se 18%. No entanto os identificados com outros casos apresentaram um percentual significativo de 13%, o que requer uma investigação mais aprofundada, principalmente porque, dentre as situações contidas nesse indicador, encontra-se a mudança de programa, o que pode significar que parte desse percentual provavelmente são estudantes que saíram do PAEVS e migraram para outros programas da própria POLAE, como monitorias, projetos de iniciação científica, PRAEI, projetos de extensão ou outros programas desenvolvidos pelo IFPI que utilizam outras fontes de financiamento. Sendo assim, parte desse percentual impacta positivamente nos indicadores educacionais.

#### 4.1.4 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2017

O gráfico abaixo apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2017.

Gráfico 5 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

O Gráfico 5 retrata os indicadores educacionais do PAEVS no ano de 2017 e aponta que foram atendidos no Programa 3.070 (três mil e setenta) estudantes de todos os *campi* do IFPI, com exceção dos três *campi* avançados e, destes, 49% tiveram aprovação nos seus respectivos cursos, 6% foram caracterizados como evadidos, 8% reprovaram, 26% concluíram seus cursos e 11% estão na categoria de outros casos.

Foram diagnosticadas as seguintes causas de evasão: falta de recursos, mudança de cidade, problemas psicológicos, trabalho, desinteresse pelo curso, gravidez, iminência de retenção, transporte, dificuldade de aprendizagem, curso superior em outro município, viagem por trabalho, mudança de curso. Quanto aos procedimentos realizados pela equipe multiprofissional, identificou-se: atendimento psicológico, pedagógico e social ao estudante e família, visita domiciliar, aumento do valor do benefício, encaminhamento à monitoria de disciplina e aos professores.

Percebe-se que o ano de 2017 apresentou, em relação aos anos anteriores, os melhores índices de conclusão, com 26% e somando-se (aprovados e concluintes) o percentual vai para 75% de aprovação, também sinalizando um índice elevado. Quanto à evasão, o índice permaneceu baixo em relação aos anos de 2015 e 2016 com uma discreta elevação em relação ao ano de 2014.

#### 4.1.5 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2018

O gráfico a seguir mostra os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS referentes a 2018.

Gráfico 6: Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Em 2018, em conformidade com o Gráfico 6, foram atendidos pelo PAEVS 3.464 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro) estudantes dos dezessete *campi* do IFPI, excetuando-se os três *campi* avançados. Desse total, 58% foram aprovados, 6% evadidos, 7% sofreram reprovação, 20% concluíram os respectivos cursos e 9% encontram-se em outros casos.

Comprova-se pelos dados que os indicadores de aprovação e conclusão, no ano de 2018, mantiveram um índice satisfatório, chegando a um percentual de 78% de aprovações, sendo que 58% representam os aprovados e 20% concludentes e, nessa lógica, considera-se que os indicadores impactaram positivamente nos resultados do PAEVS. A evasão seguiu com o mesmo percentual do ano anterior com diferença superior de 1% para o ano de 2014 e inferior em relação a 2015 e 2016.

Dentre as causas de evasão, estão: questão sociofamiliar e financeira, reprovação em disciplinas, cometimento de ato infracional, mudança para outro estado, opção por curso superior, desinteresse pelos estudos, desemprego, desinteresse pelo curso, opção por outro curso superior, problemas de saúde na família, ingresso no ensino superior, distância do campus à residência, baixo rendimento acadêmico, saúde mental, aprovação em vestibular e certificação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA). Os encaminhamentos realizados pela equipe multiprofissional foram: escuta

qualificada, atendimento individual e familiar, visita domiciliar, ações socioeducativas, orientações para o estudo, entre outras.

#### 4.1.6 Comprometimento dos dados nos anos 2019, 2020 e 2021

Entre os meses de fevereiro e março do ano de 2020, ocorreu a explosão do estado de pandemia causado pelo coronavírus, o qual foi legalmente reconhecido no Brasil por meio da Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, e pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, o qual reconhece a calamidade pública do país em decorrência do coronavírus. Em nível de estado, o decreto nº 18.895, de 19 de março de 2020, do governo do estado do Piauí, declarou estado de calamidade pública.

Foi um período de grandes instabilidades, inclusive emocionais para todos provocado por esse estado de doença avassaladora que desestruturou todas as diversas dimensões que envolvem o ser humano, como a saúde física, mental, as relações sociais, as relações familiares, a economia dos países, as decisões políticas nacionais e internacionais, as condições de vida da população, a religiosidade, a educação, entre outras. Em cada dimensão, constituiu-se o desafio do esforço de toda a população para se reinventar e partir para o enfrentamento no combate à pandemia com o apoio dos gestores e órgãos governamentais e instituições públicas.

Do ponto de vista da educação, os desafios foram gigantescos. Houve a suspensão imediata das aulas presenciais acarretando uma aflição nos gestores e profissionais da educação em manter as crianças, jovens e adultos em atividades de ensino resguardando-os da ociosidade e do vício das telas não educativas. Nesse sentido, pensou-se em um novo modelo de ensino que pudesse atender as necessidades de aprendizagens dos milhares de estudantes que estavam sem responsabilidades acadêmicas.

A rede particular saiu à frente com uma boa estrutura de equipamentos tecnológicos, tanto nas escolas quanto nas residências de seus próprios usuários. Organizou uma nova metodologia de ensino em formato on-line de modo a atender o seu público estudantil de forma satisfatória. Posteriormente, a rede pública de ensino também se reinventou e partiu para o enfrentamento do problema organizando suas ações metodológicas em forma remota.



No IFPI, gestores planejaram o retorno às aulas, pressupondo que a paralisação do processo de ensino e aprendizagem traria grandes prejuízos ao desenvolvimento cognitivo e acadêmico de seus estudantes. Estabeleceu-se a continuidade do processo de aprendizagem retornando as atividades de ensino na forma remota, com base legal na Resolução IFPI nº 14/2020, que aprovou a oferta de atividades pedagógicas não presenciais, de forma excepcional e transitória, enquanto perdurasse o estado de emergência decorrente da pandemia de Covid-19 (IFPI, 2020a), bem como na Instrução Normativa PROEN/IFPI Nº 01, que estabeleceu os procedimentos para o funcionamento das atividades pedagógicas não presenciais envolvendo todos os setores da instituição, incluindo a assistência estudantil (IFPI, 2020b).

Nesse contexto, a AE, política comprometida com a promoção da permanência do estudante frente ao processo de ensino, bem como ação interventiva frente aos agravantes sociais que interferem nesse processo, buscou formas de minorar as dificuldades socioeducacionais agravadas pelo contexto da pandemia. Assim, além da continuidade dos benefícios previstos na POLAE, organizou a distribuição de alimentos para estudantes identificados em vulnerabilidade social e, principalmente, proporcionou oferta de novos auxílios, entre eles o auxílio de inclusão digital, o auxílio temporário e o auxílio tablet. Ou seja, para além das ações previstas na POLAE, a DAE, por meio da PROEX e da PROAD, elaborou instruções normativas para atender os desafios das novas demandas impulsionadas pela circunstância pandêmica que afetava diretamente o público estudantil. E ainda como prática interventiva, foram realizados diversos atendimentos psicossociais de forma virtual ao estudante por meio das equipes multiprofissionais, estabelecendo, assim, novos canais de comunicação entre o IFPI e os estudantes.

Sobre o auxílio de inclusão digital, denominado “Auxílio Conectividade”, trata-se da concessão de um auxílio emergencial para atendimento das demandas dos estudantes quanto ao acesso aos meios digitais e tecnológicos, como compra de pacote de dados e/ou compra de chips ou outra dificuldade de acesso digital, possibilitando-lhes, por meio da tecnologia, a realização e continuidade das atividades acadêmicas não presenciais (IFPI, 2020c).

Quanto ao auxílio temporário, surgiu com o intuito de contribuir para redução das desigualdades socioeconômicas agravadas pelo estado da pandemia vivenciado pelos estudantes do IFPI com a finalidade de estender a proteção social aos

estudantes ingressantes que, devido à suspensão das atividades acadêmicas e administrativas do IFPI, não tiveram oportunidade de participar de edital do PAEVS, bem como para aquele estudante do cadastro de reserva (IFPI, 2020d).

Já o auxílio tablet foi regulamentado no início do ano de 2021 por meio da Instrução Normativa PROEX/IFPI N<sup>o</sup>1, que estabelece orientações acerca da concessão, na forma de empréstimo, do auxílio na modalidade acesso a equipamento tablet ofertado aos estudantes participantes das aulas não presenciais no ano letivo de 2021 (IFPI, 2021b).

Isto posto, convém esclarecer que, para garantia das ações expostas acima, ocorreu, nesse período, um redirecionamento quanto à aplicação dos recursos da AE, bem como um redirecionamento quanto aos acompanhamentos e atendimentos realizados pelas equipes multiprofissionais do IFPI.

De acordo com o SIFAE, a Assistência Estudantil atendeu, no ano de 2020, 10.829 (dez mil, oitocentos e vinte e nove) estudantes, através do repasse do benefício direto ao aluno, e foram realizados 5.265 (cinco mil, duzentos e sessenta e cinco) atendimentos remotos a estudantes por meio das equipes multiprofissionais. Com o não funcionamento dos restaurantes, cerca de 120.000 (cento e vinte mil) quilos de alimentos adquiridos previamente foram doados aos estudantes, atendendo aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentas) famílias (IFPI,2021).

Em 2021, o SIFAE registrou 8.463 (oito mil, quatrocentos e sessenta e três) estudantes atendidos com repasse direto de benefício e foram realizados 3.095 (três mil e noventa e cinco) atendimentos aos estudantes de forma remota pelas equipes multiprofissionais (IFPI,2022).

Diante do exposto, nos anos de 2019 a 2021, os dados acerca dos indicadores PAEVS foram totalmente comprometidos. A tabela de indicadores, instrumental de base dos dados anuais do PAEVS que subsidia esta pesquisa, não foi respondida pelas comissões de AE dos campi devido a todo esse contexto educacional impulsionado pela pandemia que obrigou toda a instituição a se adequar ao novo modelo educacional comprometendo a rotina quanto à informação dos dados referentes ao PAEVS e trazendo novas e urgentes demandas a serem atendidas.

Embora o ano de 2019 não tenha sido afetado pela pandemia, o controle e o acesso dos dados do PAEVS fragilizaram-se, uma vez que a tabela de indicadores PAEVS é respondida até o primeiro semestre do ano subsequente em estudo. Assim, os dados de 2019 seriam respondidos em 2020, ano da manifestação da pandemia a

qual provocou a ressignificação de práticas e realinhamento de novas ações e, nesse âmbito, a pesquisa em questão não pôde analisar os indicadores do PAEVS no período de 2019 a 2021.

#### 4.1.7 Indicadores educacionais PAEVS, ano de 2022

O gráfico seguinte evidencia os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2022.

Gráfico 7 – Estudantes atendidos pelo PAEVS no ano de 2022



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Em conformidade com as informações contidas no Gráfico 7, foram registrados, na tabela de indicadores do PAEVS, 3.367 (três mil, trezentos e sessenta e sete) estudantes que apresentaram os seguintes indicadores: aprovados 69%, evadidos foram identificados 4%, reprovados 6% e concludentes registraram-se 21%. Não houve registros de outros casos, diferentemente dos demais gráficos.

Percebe-se que o número de atendimento foi inferior ao do ano de 2018 e vale destacar que, diferentemente dos anos anteriores investigados, consta o registro de dois *campi* avançados, o campus do Dirceu e o campus José de Freitas que atualmente conta com o apoio de uma profissional do Serviço Social do Campus Teresina Central. Alguns *campi* não informaram os atendimentos na tabela de

indicadores do PAEVS, a exemplo dos *campi* de Paulistana e São João do Piauí, além do campus avançado de Pio IX. Percebe-se, ainda na leitura do Gráfico 7, que os estudantes do PAEVS tiveram índices bastante significativos, posto que os indicadores de aprovação e conclusão alcançaram o patamar de 90%, o que impacta positivamente no desempenho acadêmico dos estudantes do PAEVS frente aos indicadores educacionais.

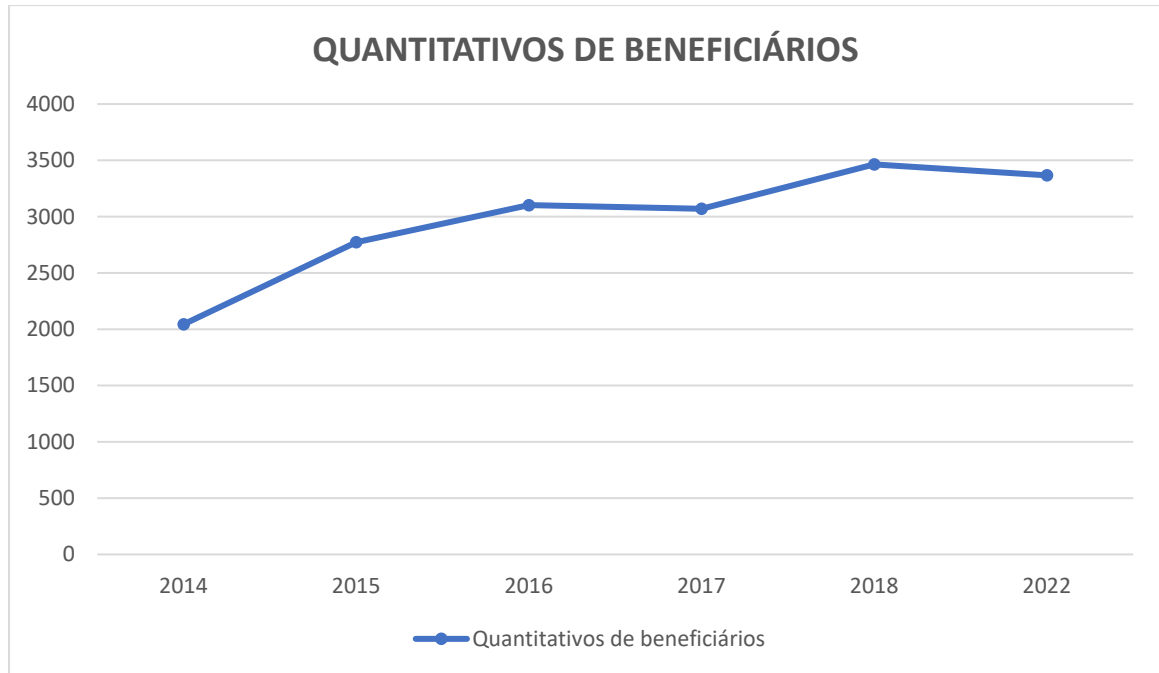
Quanto à evasão e à reprovação, apresentaram um índice mais baixo em relação aos anos analisados anteriormente. Apesar disso, foram apontadas as seguintes causas da evasão: transferência para outra instituição de ensino, dificuldade de acompanhar o curso e se adaptar ao ensino do IFPI, dificuldade de conciliar a escola com o horário do trabalho, dificuldade financeira mesmo recebendo o BP, residência em outra cidade e não conseguir arcar com despesas de transporte e/ou moradia, mudança de cidade junto com a família, situação de doença na família, dificuldade no transporte para a escola, falta de interesse pelo curso e problemas familiares.

As intervenções no enfrentamento da evasão foram: acompanhamento sistemático pela Comissão de Assistência Estudantil (CAE), atendimento à família e ao estudante pelos setores do Serviço Social, Psicologia, Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, Direção de Ensino e professores, encaminhamento de demanda ao Conselho Tutelar e estímulo à participação de monitorias.

#### 4.1.8 Fluxo do quantitativo de estudantes atendidos pelo PAEVS

O gráfico abaixo mostra o fluxo dos atendimentos registrados na tabela de indicadores PAEVS, na qual identifica-se uma flutuação no quantitativo de estudantes atendidos pelo PAEVS.

Gráfico 8 – Quantitativo de beneficiários atendidos pelo PAEVS



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No ano de 2014, o PAEVS atendeu 2.044 (dois mil e quarenta e quatro) estudantes; em 2015, o número de atendimento elevou-se para 2.773 (dois mil, setecentos e setenta e três), registrando um aumento de 35,66% em relação ao ano anterior; em 2016, registraram-se 3.102 (três mil, cento e dois) estudantes atendidos, apontando novamente um crescimento de 11,86% em relação ao ano anterior. Em 2017, foram 3.070 (três mil e setenta) atendimentos, ou seja, redução de 1,03% em relação ao ano de 2016. Já em 2018, foram 3.464 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro) estudantes registrados na tabela de indicadores, representando uma elevação de 12,83% em relação a 2017. Em 2022, atendeu 3.367 (três mil, trezentos e sessenta e sete) estudantes, novamente uma redução de 2,80%, no quantitativo de estudantes atendidos em relação ao ano de 2018.

É pertinente fazer uma reflexão quanto ao número de atendimentos de estudantes inseridos no PAEVS com o volume de recursos recebidos pelo IFPI ao longo dos anos. Conforme o Gráfico 1, os recursos destinados para a AE permaneceram com uma curva ascendente muito tímida, o que certamente impactou no quantitativo de estudantes atendidos pelo PAEVS fazendo com que o Programa também acompanhasse o discreto aumento no número de beneficiários.

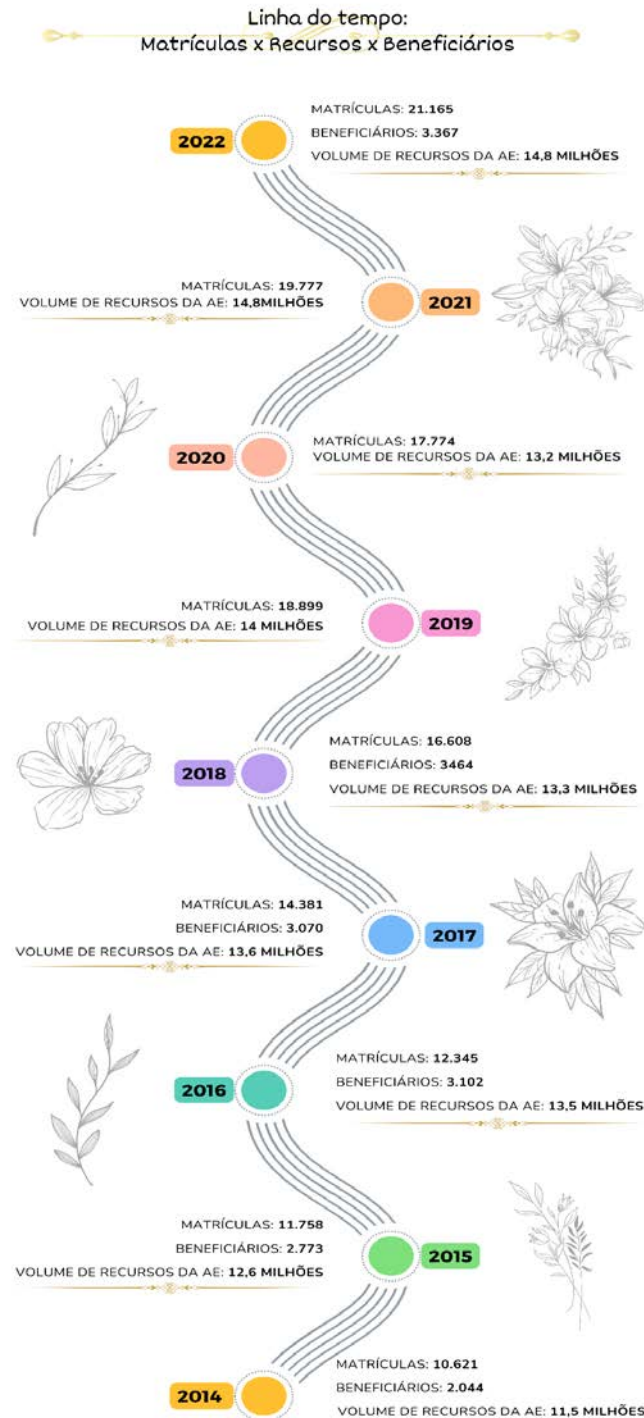
De acordo com o SUAP (2023), o número de estudantes matriculados nos cursos presenciais do Técnico Integrado ao Médio, Técnico

Concomitante/Subsequente e cursos de Graduação no IFPI apresentou-se da seguinte maneira: em 2014, foram 10.621 (dez mil, seiscentos e vinte e um); em 2015, 11.758 (onze mil, setecentos e cinquenta e oito); em 2016, 12.345 (doze mil, trezentos e quarenta e cinco); em 2017, 14.381 (quatorze mil, trezentos e oitenta e um); em 2018, 16.608 (dezesesseis mil, seiscentos e oito); em 2019, 18.899 (dezoito mil, oitocentos e noventa e nove); em 2020, 17.774 (dezesete mil, setecentos e setenta e quatro); em 2021, 19.777 (dezenove mil, setecentos e setenta e sete); e, em 2022, foram 21.165 (vinte e um mil, cento e sessenta e cinco) estudantes matriculados. Consta-se, dessa forma, que houve um crescimento no número de matriculados, representando, assim, um dos pilares da expansão da rede federal.

É pertinente também fazer um comparativo entre o número de estudantes matriculados, volume de recurso AE e número de beneficiários, para que se possa refletir se, ao longo do período investigado, com o crescimento de matriculados ocorreu também crescimento no volume de recurso da AE e, conseqüentemente, no quantitativo de estudantes beneficiários do PAEVS, posto que, como apontado anteriormente na Subseção 2.2, o orçamento da AE é calculado pelo número de matriculados. No entanto, trata-se aqui da expansão da rede federal e, com a expansão, certamente o número de estudantes matriculados também se expandiu.

A Figura 6, representa o comparativo quanto ao número de estudantes matriculados nos cursos presenciais do Técnico Integrado ao Médio, Técnico Concomitante/Subsequente e cursos de Graduação no IFPI em relação ao volume de recurso da Assistência Estudantil, identificado no Gráfico 1 e o quantitativo de estudantes beneficiários do PAEVS apontado no Gráfico 8.

Figura 6 – Matrículas x Recurso AE x Beneficiários



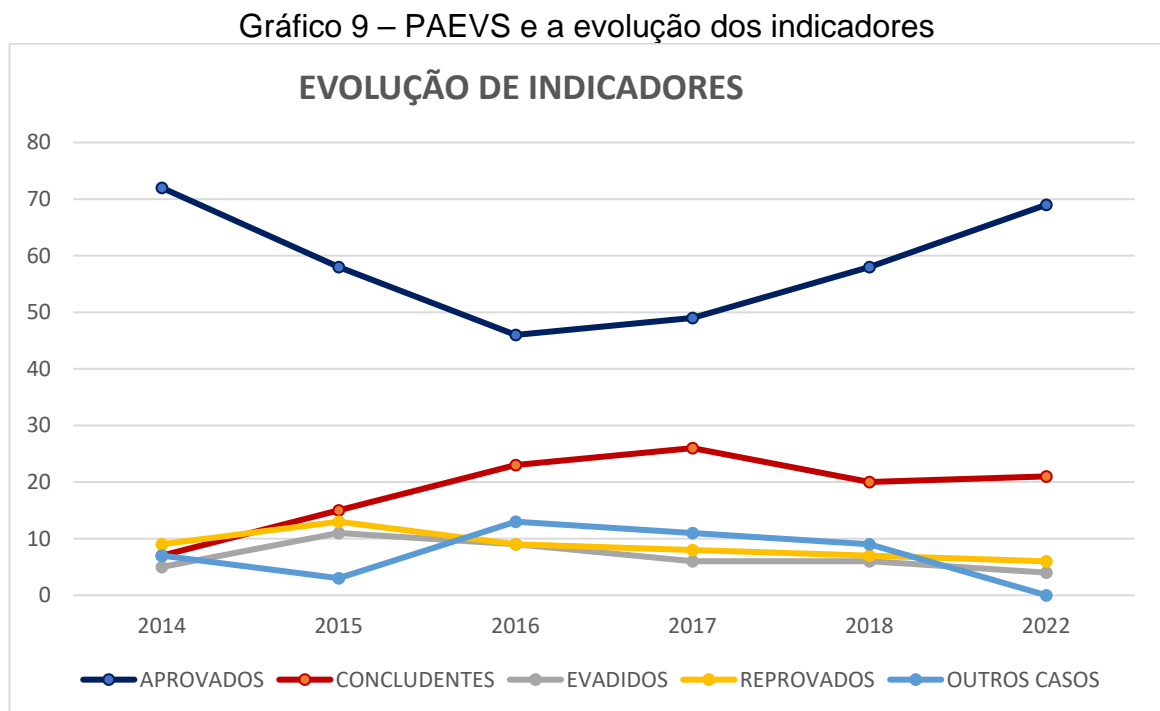
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nessa lógica, constata-se que o recurso da AE no IFPI não acompanhou o crescimento de matrículas, fazendo com que o PAEVS ou a POLAE, como um todo, sofresse fragilidades orçamentárias para atender com maior presteza o seu público prioritário, que representa hoje, de acordo com o SUAP (2023), 72,56% do corpo estudantil. Nesse contexto, reitera-se Prada e Surdine (2018) quando afirmam que o recurso da AE, por não contemplar todos os estudantes-alvos, demanda das

instituições a realização de processos seletivos de forma escalonada, elegendo dentre os estudantes necessitados, os mais pobres.

#### 4.1.9 PAEVS e a evolução dos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão

O Gráfico 9 apresenta a compilação dos gráficos anteriores, mostrando os resultados dos indicadores nos anos de 2014 a 2018 e 2022.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No ano de 2014, o indicador de aprovação apresentou um percentual de 72%, entretanto apontou um encolhimento nos dois anos seguintes, passando para 58% e, em seguida, para 46%, nos anos 2015 e 2016, respectivamente. Após essa sequência de quedas, constatou-se um crescimento nos anos seguintes, passando para 49%, 58% e alcançando a marca de 69% no ano de 2022.

O indicador de conclusão mostrou-se abaixo da média no ano de 2014, com apenas 7%, porém esses percentuais foram aumentando nos anos seguintes, passando para 15%, em 2015; 23%, em 2016; e chegando até 26%, em 2017. Após essa sequência de aumentos, foram constatadas quedas nos anos seguintes, passando para 20%, em 2018, e 21%, em 2022.



O indicador de reprovação no ano de 2014 apresentou uma taxa de 9%, atingindo o ápice em 2015 com 13%, seguido de redução para 9% em 2016, 8% em 2017, 7%, em 2018, e sua menor taxa de 6%, em 2022.

Quanto ao indicador de evasão, o percentual de evadidos se manteve com média inferior a 10%, com exceção do ano de 2015. Em 2014, apresentou um percentual de 5%; em 2015, apresentou um percentual impactante de 11% e declinou novamente nos anos seguintes: 9%, em 2016, 6% nos anos de 2017 e 2018, chegando a reduzir para 4%, no ano de 2022.

Sobre o decréscimo, nos anos de 2015 e 2016, afetando os indicadores de evasão, aprovação, reprovação e conclusão, conforme identificado na tabela de indicadores PAEVS, destaca-se, como uma das principais causas, a greve no ano de 2015 com reflexo também em 2016, tanto assim que a pesquisa de Diniz (2019) apontou que, nesses respectivos anos, registraram-se os maiores índices de evasão no Campus Parnaíba e considerou que tal índice pode estar atrelado à greve dos servidores da instituição no ano de 2015.

No indicador identificado como “outros casos”, nota-se um percentual bem heterogêneo entre os anos observados, partindo de 7%, em 2014, reduzindo para 3%, em 2015, alcançando seu ápice de 13%, em 2016, e sofrendo quedas significativas nos anos seguintes: 11%, em 2017, 9%, em 2018, e chegando a 0%, em 2022.

Os dados apresentados no decorrer desta seção permitem algumas reflexões norteadas pelos estudos bibliográficos e pelos relatórios institucionais que podem dialogar com os resultados aqui expostos.

A relevância de se avaliar uma política pública tendo em vista os resultados da sua aplicabilidade como forma de estimular o seu aperfeiçoamento e sua continuidade no atendimento de demandas é imprescindível. Costa e Castanhar (2003), além de Draibe (2001), afirmam que é por meio do processo de avaliação de política pública que os resultados podem favorecer tomadas de decisões que vão desde o aprimoramento até a suspensão de uma política.

No caso da avaliação do PAEVS, programa prioritário da Política de Assistência Estudantil (POLAE) do Instituto Federal do Piauí, o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários observados pelos indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão mostraram positividade.

Observou-se que os índices de aprovação apresentaram uma oscilação com média de 58,6%, variando de mais de 70% de aprovação em 2014; em 2015 e 2016,

apontaram uma queda e novamente nos anos de 2017, 2018 e 2022, a curva tornou-se crescente. Os níveis de conclusão se mantiveram estáveis em 18,6%. Importante destacar que existe uma variação entre os índices de aprovação e reprovação em alguns anos, ocorrendo uma redução nos índices de aprovação e um aumento nos índices de conclusão, sinalizando, portanto, que os estudantes beneficiários aprovados estiveram concentrados nos anos finais.

Quanto aos indicadores de reprovação e evasão dos estudantes do PAEVS, mantiveram-se entre a média de 9,2% e 7,4% respectivamente. Nessa perspectiva, tais indicadores mantiveram-se em um patamar abaixo dos percentuais identificados no IFPI nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2022 e a média da evasão na instituição, nos cursos presenciais do ensino técnico integrado ao médio, cursos técnicos concomitantes/subsequentes e cursos de graduação, em conformidade com a Plataforma Nilo Peçanha (2023), foi, em 2017, de 15,79%; em 2018, de 14,84%; em 2019, foi de 10,71%; em 2020, 7,13%; em 2021, 7,43%; e, em 2022, foi de 16,55% (PNP, 2023). Os dados dos anos de 2014 a 2016 não constam na referida plataforma.

Sobre os percentuais estabelecidos pelo Ministério da Educação quanto ao desempenho acadêmico dos estudantes, não foi detectado nenhum documento apontando uma métrica que afirmasse quais índices de aprovação, reprovação, evasão e conclusão seriam considerados satisfatórios. O Termo de Acordo e Metas (TAM), celebrado pelos Institutos Federais e o MEC/ SETEC, trata da realização de ações implementadas para acompanhamento da evolução das taxas de evasão, retenção e conclusão de cada instituição.

No entanto Pereira (2017, pag. 24) lembra que, no referido Termo, constam metas a serem alcançadas até 2016 e metas intermediárias até 2013, com validade até 2022. Dentre essas metas, destaca-se o alcance de 80% da taxa de conclusão para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos até 2016, com meta intermediária de 70% em 2013.

Como descrito anteriormente, percebe-se que as causas que envolvem a evasão são multifatoriais, porém tendem a se repetir. Estão atreladas a fatores individuais, caracterizados como comportamentais; a fatores internos, provocados pela própria instituição de ensino e a fatores externos, que são inerentes às condições de vida e conjuntura socioeconômica e influenciados “por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive” (Dore; Lüscher, 2011, p. 776).

Apoiadas em Rumberger (2004), Dore e Lüscher (2011) afirmam que a maior parte das teorias sobre evasão consideram a existência de dois tipos de engajamento escolar fundamentais no processo decisório de evasão: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar.

Para as autoras, a forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola. Sobre esse entendimento, atribui-se uma responsabilidade a toda a rede de apoio escolar, formada por gestores, técnicos e docentes, nos cuidados e zelo com o universo estudantil buscando, com medidas preventivas e interventivas, a permanência e o sucesso na aprendizagem dos estudantes (Dore; Lüscher, 2011).

Sobre as possíveis medidas interventivas no enfrentamento da evasão, Paro (2001) lembra que a grande maioria dos estudantes vive num ciclo de problemas de ordem cultural, afetiva, material e psicológica e, nesse sentido, sugere que as instituições tracem ações para diminuir os índices de evasão. Essas ações, de acordo com o autor, devem estimular a permanência nos estudos bem como aproximar a família da escola. Bezerra *et al.* (2020) afirmam que as turmas com um volume muito grande de alunos são uma ameaça para o rendimento acadêmico. Os autores sugerem a diminuição das turmas para melhorar o desempenho do alunado.

Importante lembrar que a reprovação é um fator que aumenta o índice de evasão. Conforme constatou Diniz (2019), uma das motivações que desencadearam na evasão dos beneficiários foi o histórico de reprovação. Eles temiam reprovar novamente e um dos fatores institucionais que os estudantes elegeram com maior prevalência para a reprovação foi o excesso de disciplinas e de conteúdo, além de metodologias insatisfatórias.

Corroborando o estudo de Diniz (2019), Garzella (2013), após pesquisa sobre os impactos das práticas pedagógicas adotadas por docentes da disciplina de Cálculo I, cuja taxa de reprovação é elevada, verificou que a forma de organização da disciplina e a qualidade da mediação aplicada em sala de aula pelo professor são implicadores de aproveitamento acadêmico, positivo ou negativo. Entretanto o comprometimento com a aprendizagem deve ser uma preocupação de todos os envolvidos no processo educativo, inclusive do próprio aluno (Felicetti, 2011).

#### 4.2 Estudantes PAEVS x Estudantes NÃO PAEVS: como se apresentam os indicadores educacionais

Nesta seção apresentam-se os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão, fazendo um comparativo entre duas categorias: estudantes PAEVS e estudantes não PAEVS.

É importante lembrar que os dados analisados foram dos estudantes ingressantes nos cursos Técnicos Integrados ao Médio, considerando que tais cursos representam a maior oferta anual de vagas na rede federal de educação profissional e tecnológica e os *campi* investigados foram o Campus Teresina Zona Sul e o Campus Uruçuí.

Investigou-se a situação em cada campus e, dentre as duas categorias, foram formadas três subcategorias tendo como referência o ano de ingresso, assim distribuídas:

**Subcategoria I:** ingressantes do ano de 2018 no Ensino Técnico Integrado ao Médio;

**Subcategoria II:** ingressantes do ano de 2019 no Ensino Técnico Integrado ao Médio;

**Subcategoria III:** ingressantes do ano de 2020 no Ensino Técnico Integrado ao Médio.

Dessa forma, os gráficos 10, 11, 12, 14, 15 e 16 apresentam os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020 do Campus Teresina Zona Sul e do Campus Uruçuí. Cada gráfico retrata o número total de ingressantes em um ano específico e o percurso acadêmico nos anos subsequentes, extraindo do total o quantitativo de estudantes do PAEVS e o quantitativo dos estudantes Não PAEVS. Dentro desse recorte, fizeram-se os percentuais dos indicadores de cada categoria. Assim, os gráficos foram construídos tendo por base o número total de cada uma das categorias (PAEVS e Não PAEVS).

Em observância aos gráficos retratando a situação de cada ano de ingresso dos *campi*, convém esclarecer que o PAEVS é um benefício reavaliado anualmente, e o estudante pode ou não renovar o benefício; sendo assim, o aluno pode ser contabilizado como beneficiário mais de uma vez ou, em casos de reprovação com permanência do benefício, o estudante pode ser contabilizado como beneficiário por

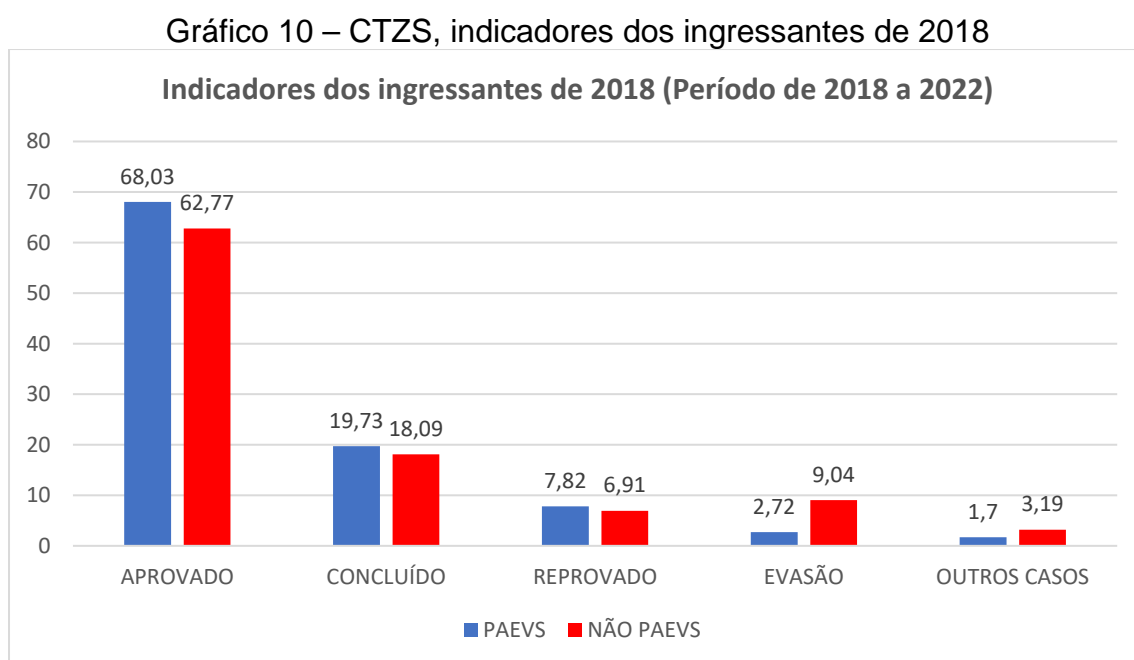
mais de três vezes. De forma análoga, estudantes Não PAEVS podem também ser contabilizados mais de uma vez.

Sobre o Campus Teresina Zona Sul, é oportuno frisar que o Ensino Técnico Integrado ao Médio, em 2018 e em 2019, tinha duração de quatro anos e só a partir de 2020 passou a ser de três anos. Nessa perspectiva, os estudantes ingressantes em 2018 e 2019 entraram em um curso de 4 anos e, em caso de reprovações, 5 anos ou mais. Já os ingressantes de 2020 tiveram redução da duração do curso para 3 anos. Destaca-se que, no Campus Uruçuí, a partir de 2018, o Ensino Técnico Integrado ao Médio já tinha duração de três anos.

Na sequência, fez-se a compilação dos resultados com o comparativo entre as duas categorias, estudantes PAEVS e Não PAEVS quanto aos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão referentes ao período de 2018 a 2022, com o intuito de averiguar a contribuição do PAEVS no processo formativo dos beneficiários.

#### 4.2.1 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2018

O gráfico a seguir apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio no ano de 2018 do Campus Teresina Zona Sul, apontando o comparativo das categorias PAEVS e Não PAEVS.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No período de 2018 a 2022, houve 482 matrículas de estudantes que ingressaram em 2018. Destes, no percurso de cinco anos, 294 (60,99%) eram estudantes PAEVS e 188 (39,01%) Não PAEVS.

Do total de 294 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 68,03% e dos 188 Não PAEVS foram aprovados 62,77%, perfazendo uma diferença positiva de aprovados para o PAEVS de 5,26%. Quanto aos que concluíram, 19,73% eram do PAEVS e 18,09% Não PAEVS trazendo uma diferença insignificante para PAEVS de apenas 1,64%.

O indicador de reprovação também apresentou uma margem baixíssima de diferença para a categoria Não PAEVS em menos de 1%, mais precisamente em 0,91%, posto que 7,82% dos reprovados eram do PAEVS e 6,91% Não PAEVS.

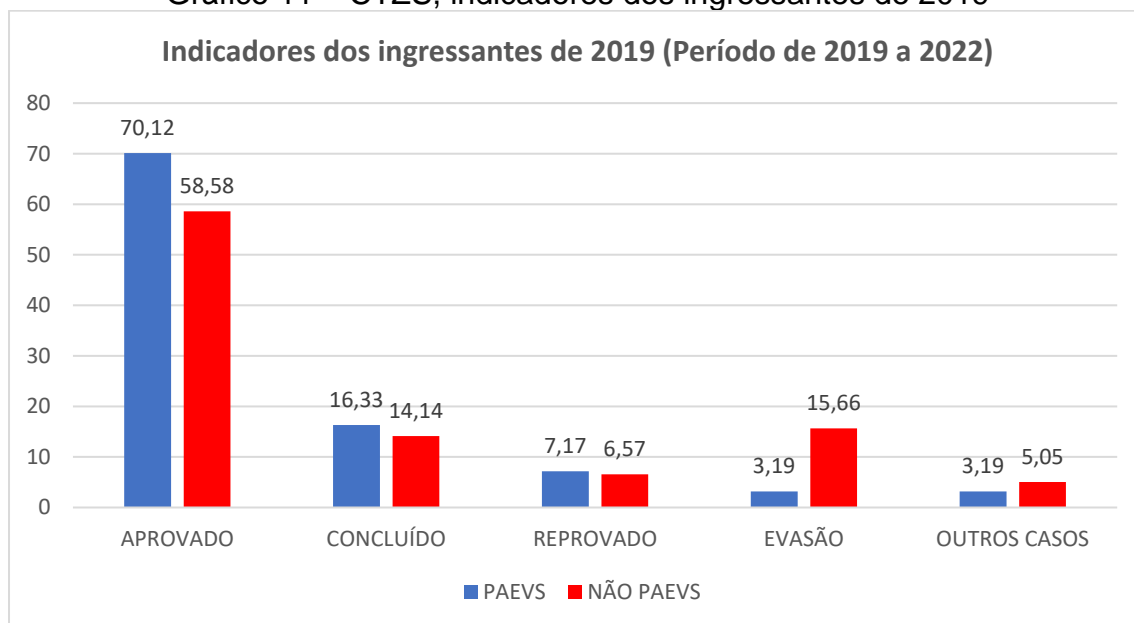
Já o indicador de evasão tem um impacto positivo para o PAEVS em 6,32%, pois o percentual de 9,04% de estudantes evadidos pertenciam à categoria Não PAEVS e 2,72% eram do PAEVS.

Nesses termos, percebe-se que os indicadores de positividade, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do Campus Teresina Zona Sul, no ano de 2018, apresentaram uma margem insignificante de diferença entre as duas categorias, embora a diferença seja maior para a categoria do PAEVS e, no caso do indicador de reprovação, uma insignificante diferença para a categoria Não PAEVS. No quesito evasão, o PAEVS está à frente, apontando uma positividade para estudante beneficiário cujo percentual é baixo em relação aos estudantes não beneficiários.

#### 4.2.2 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2019

Segue abaixo o gráfico que apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do Campus Teresina Zona Sul, no ano de 2019, mostrando o comparativo dos referidos indicadores entre as duas categorias: PAEVS e Não PAEVS.

Gráfico 11 – CTZS, indicadores dos ingressantes de 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No período de 2019 a 2022, houve 449 matrículas de estudantes que ingressaram em 2019; destes, no período de quatro anos, 251 eram estudantes PAEVS e 198, Não PAEVS.

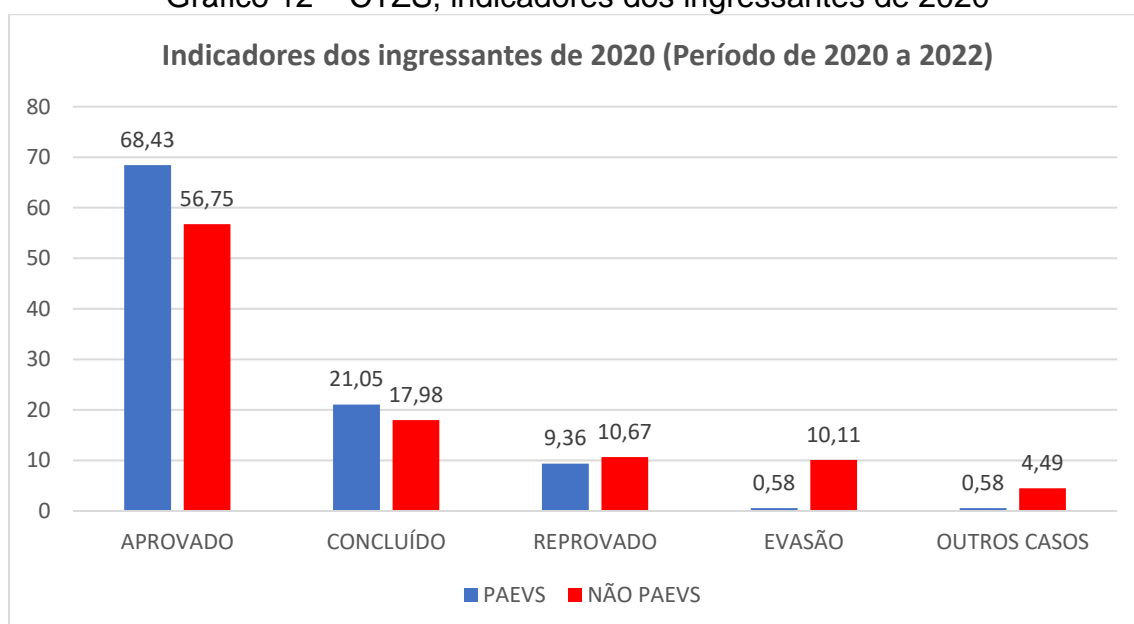
Destarte, do total de 251 atendidos pelo PAEVS, 70,12% foram aprovados e dos 198 Não PAEVS, 58,58% foram aprovados, apresentando uma diferença bastante positiva para o PAEVS em 11,54%. Quanto aos que concluíram, 16,33% representam o PAEVS e 14,14%, Não PAEVS trazendo uma pequena diferença para PAEVS, de 2,6%. O indicador de reprovação também apresentou uma margem baixíssima de diferença para a categoria Não PAEVS em 0,6%, posto que 7,17% dos reprovados eram do PAEVS e 6,57%, Não PAEVS. O indicador de evasão evidencia um impacto bastante significativo para o PAEVS, pois o percentual ficou em 3,19% de estudantes evadidos pertencentes à categoria PAEVS e 15,66% à Não PAEVS, representando uma positividade de 12,47% para a primeira categoria.

No ano de 2019, percebe-se que o indicador de aprovação dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do campus Teresina Zona Sul, apresentou uma margem mais substancial de diferença entre as duas categorias a qual favoreceu a categoria PAEVS. Os indicadores de reprovação e conclusão permaneceram com uma discreta margem de diferença entre as duas categorias. Destaque para o indicador de evasão que novamente apontou para o PAEVS uma diferença bem robusta em detrimento da categoria Não PAEVS.

#### 4.2.3 Campus Teresina Zona Sul: ingressantes, ano de 2020

O Gráfico 12 apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do campus Teresina Zona Sul, em 2020, evidenciando o comparativo dos referidos indicadores entre as duas categorias: PAEVS e Não PAEVS.

Gráfico 12 – CTZS, indicadores dos ingressantes de 2020



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No período de 2020 a 2022, houve 349 matrículas de estudantes que ingressaram em 2020; destes, no período de três anos, 171 eram estudantes beneficiários e 178 não beneficiários do PAEVS.

Do total de 171 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 68,43%, e dos 178 Não PAEVS foram aprovados 56,75%, apontando uma diferença significativa para o PAEVS de 11,68%. Dos que concluíram, 21,05% eram do PAEVS e 17,98%, Não PAEVS trazendo uma discreta margem positiva para PAEVS de apenas 3,07%. O indicador de reprovação também apresentou uma margem baixíssima de diferença para a categoria PAEVS em 1,31%, visto que 9,36% dos reprovados eram do PAEVS e 10,67%, Não PAEVS. O indicador de evasão, mais uma vez, apresenta um impacto positivo para o PAEVS de 9,53%, pois o percentual de 10,11% de estudantes evadidos pertencia à categoria Não PAEVS e 0,58% eram do PAEVS.

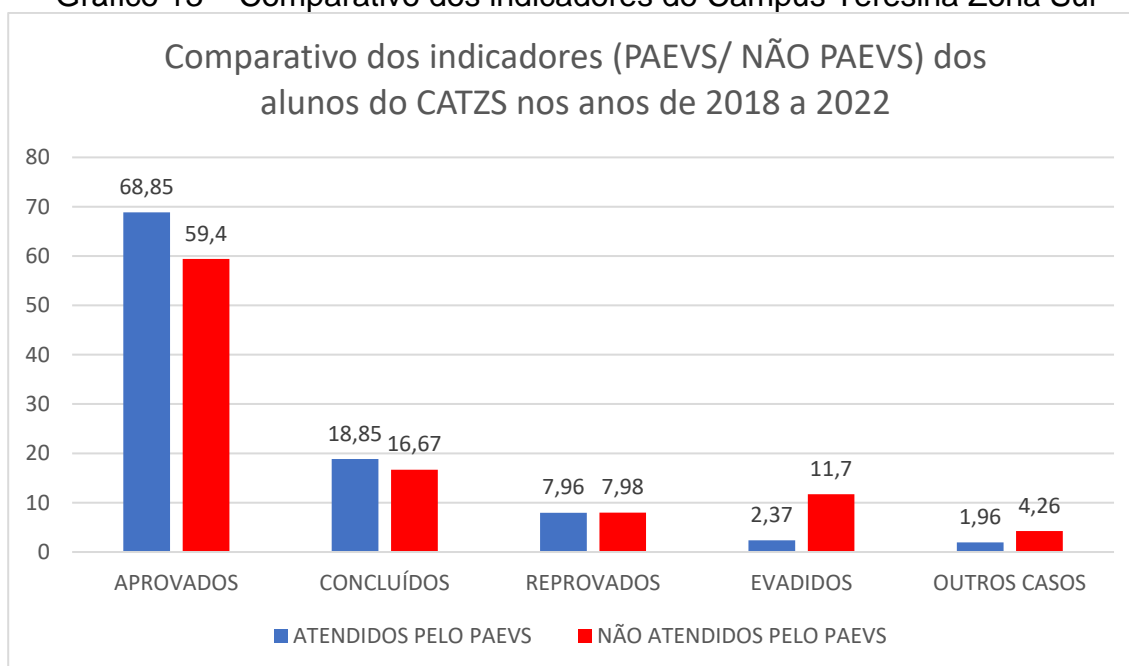


Em 2020, observa-se que o indicador de aprovação apresenta uma margem de diferença significativa entre as categorias, favorecendo novamente a categoria PAEVS. Os indicadores de conclusão e reprovação permanecem em margem positiva para o PAEVS e, mais uma vez, o indicador de evasão revela uma positividade significativa para a categoria PAEVS em relação à Não PAEVS.

#### 4.2.4 Campus Teresina Zona Sul: comparativo dos indicadores dos ingressantes de 2018, 2019 e 2020

O gráfico a seguir apresenta a compilação das informações retratadas nos três gráficos anteriores (10, 11 e 12) com o objetivo de fazer uma leitura dos resultados identificados quanto aos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do Campus Teresina Zona Sul ao longo dos três anos estudados.

Gráfico 13 – Comparativo dos indicadores do Campus Teresina Zona Sul



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

O Gráfico 13 aponta um total de 1.280 (um mil, duzentos e oitenta) estudantes matriculados, dos quais 716 são do PAEVS e 564 são Não PAEVS. O percentual teve como base o quantitativo de estudantes atendidos. Os percentuais de cada indicador foram comparados com o total de alunos PAEVS/NÃO PAEVS.

Ao longo do percurso analisado, observou-se que, dos 716 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 68,85%, e dos 564 Não PAEVS foram aprovados 59,4%,

representando uma margem positiva para o PAEVS de 9,45%. Dos que concluíram seus cursos, 18,85% representam o PAEVS e 16,67%, Não PAEVS trazendo uma leve margem positiva para PAEVS de 2,18%. Quanto ao indicador de reprovação, praticamente houve um empate técnico, uma vez que as duas categorias estudadas apresentaram um percentual de reprovação na casa dos 7,96% para o PAEVS e 7,98% Não PAEVS. Já o indicador de evasão destaca uma positividade para o PAEVS em 9,33%, considerando que 11,7% dos estudantes evadidos pertenciam à categoria Não PAEVS e 2,37% eram do PAEVS.

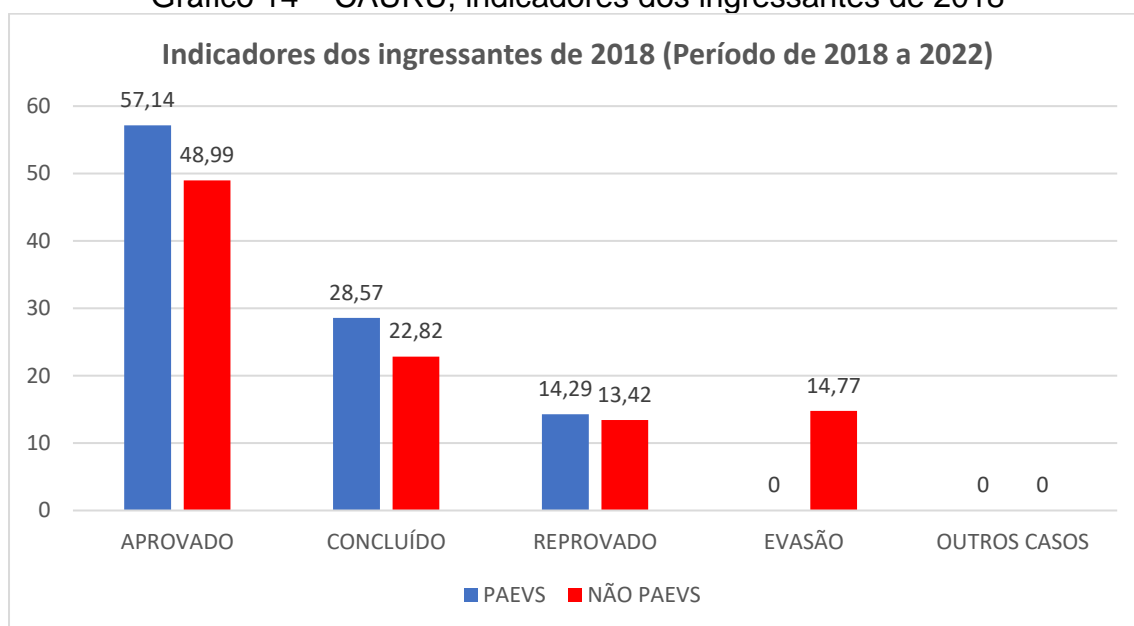
Logo observa-se que, em todos os anos, os indicadores de aprovação e conclusão indicaram percentual positivo para estudantes atendidos pelo PAEVS, assim como o indicador de reprovação se manteve equilibrado com baixos percentuais tanto para os estudantes atendidos pelo PAEVS quanto para os não atendidos pelo PAEVS. Destaca-se que, em todos os anos, o indicador de evasão se mostrou superior para alunos não atendidos pelo PAEVS.

Por conseguinte compreende-se que o PAEVS, no Campus Teresina Zona Sul, mostrou influência positiva no percurso formativo dos estudantes beneficiários, dado que os maiores percentuais de aprovação e conclusão estão entre os alunos atendidos, enquanto o maior quantitativo de evasão encontra-se entre os alunos não beneficiários.

#### 4.2.5 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2018

A seguir, apresentam-se, em gráfico, os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do campus Uruçuí, no ano de 2018, demonstrando o comparativo entre as duas categorias de estudantes PAEVS e Não PAEVS.

Gráfico 14 – CAURU, indicadores dos ingressantes de 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

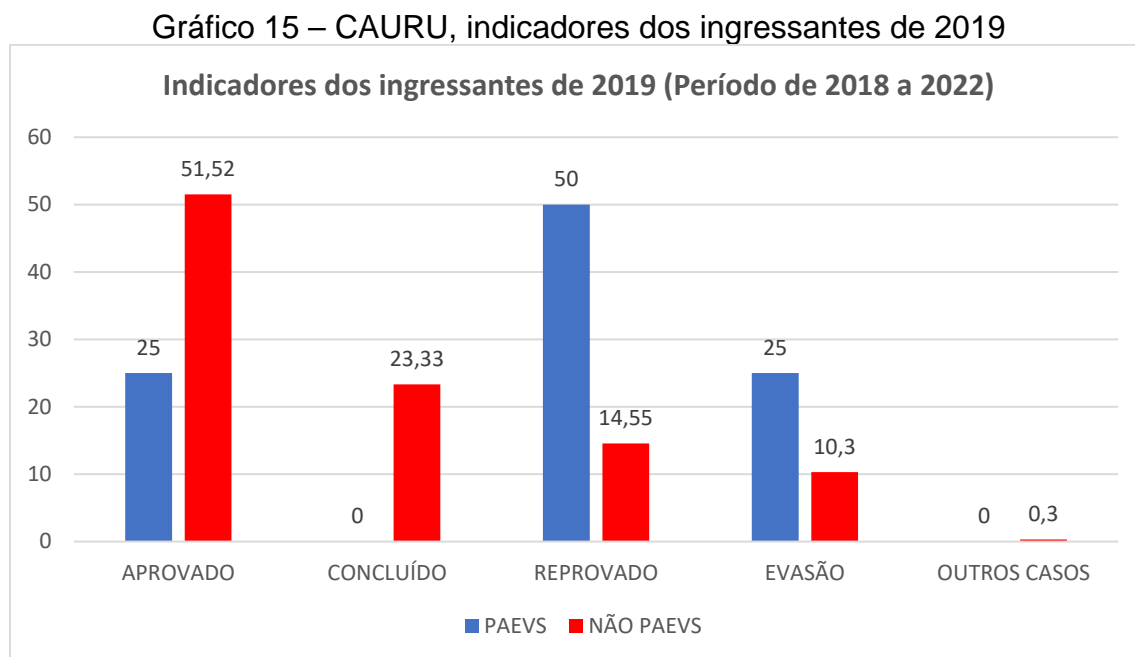
No período de 2018 a 2022, houve 319 matrículas de estudantes que ingressaram em 2018. Destes, no período de cinco anos, apenas 21 eram beneficiários PAEVS e 298 não beneficiários do PAEVS.

Do total de 21 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 57,14% e dos 198 Não PAEVS o percentual de aprovados foi de 48,99%, apontando uma positividade para o PAEVS de 8,15%. Quanto aos que concluíram, 28,57% eram do PAEVS e 22,82% Não PAEVS com uma diferença positiva para PAEVS de 5,75%. No quesito reprovação, o percentual foi de 14,29% para a categoria PAEVS e 13,42% para Não PAEVS, sinalizando uma leve margem negativa para o PAEVS em 0,87%. Sobre o indicador de evasão, houve um impacto bastante significativo para o PAEVS, uma vez que o percentual foi 0,0% de estudantes evadidos enquanto a categoria Não PAEVS apresentou um índice de 14,77% de estudantes evadidos.

Os indicadores de positividade, aprovação e conclusão foram favoráveis no desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários do PAEVS. O indicador de reprovação apresentou praticamente o mesmo percentual, entretanto destaca-se que o percentual de evasão impactou positivamente, posto que a categoria PAEVS não sofreu evasão no período analisado enquanto a categoria Não PAEVS apresentou um percentual bastante significativo de estudantes evadidos, com quase 15%.

#### 4.2.6 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2019

O gráfico a seguir, apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do Campus Uruçuí, no ano de 2019, fazendo o comparativo entre as duas categorias de estudantes PAEVS e Não PAEVS.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No período de 2019 a 2022, houve 334 matrículas de estudantes que ingressaram em 2019; destes, no período de quatro anos, apenas 04 eram estudantes beneficiários e 330 não beneficiários do PAEVS.

Do total de 04 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 25% e dos 330 Não PAEVS o percentual de aprovados foi de 51,52%, apontando uma positividade para a categoria Não PAEVS em 26,52%. Quanto aos que concluíram, 23,33% eram do Não PAEVS não ocorrendo nenhuma conclusão para PAEVS. O indicador de reprovação apontou um percentual de 50% para categoria PAEVS e 14,55% para Não PAEVS, sinalizando um índice negativo bastante acentuado para o PAEVS de 35,45%. O indicador de evasão apresentou uma diferença de 14,7% para a categoria PAEVS cujo percentual sinalizou 25% em detrimento de 10,3% para a categoria Não PAEVS.

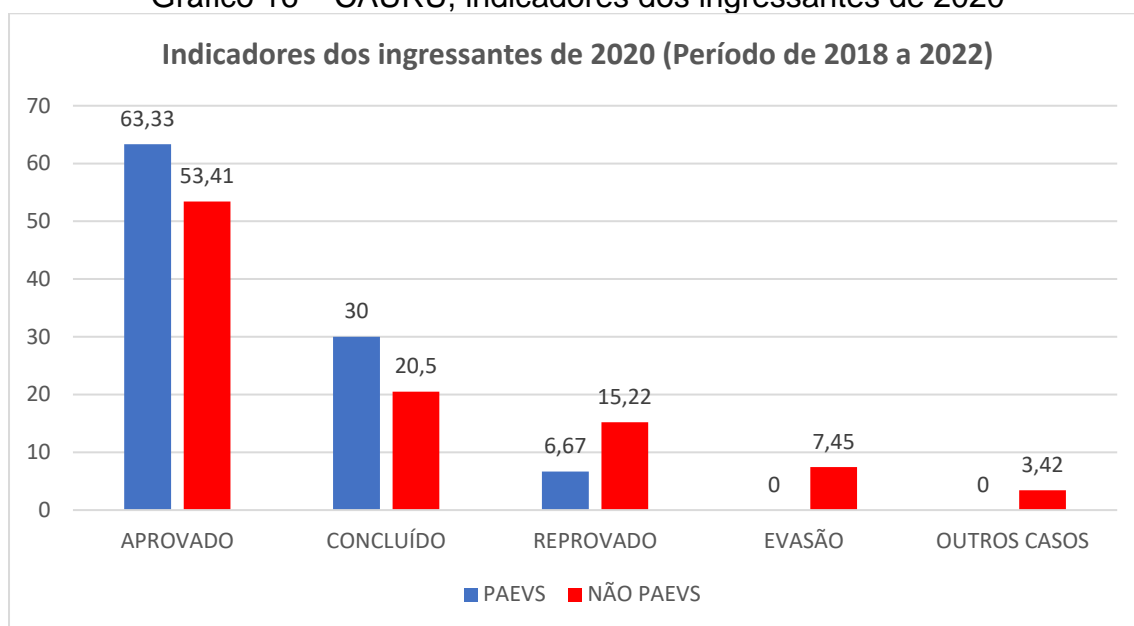
Os indicadores de positividade (aprovação e conclusão) foram favoráveis no desempenho acadêmico dos estudantes Não PAEVS. O indicador de negatividade, reprovação apresentou um impacto negativo para os estudantes PAEVS assim como o indicador de evasão, que evidenciou uma positividade para a categoria Não PAEVS.

Conforme constatado, no ano de 2019, houve pouquíssimas ofertas de benefícios, apenas 4, para os ingressantes do Ensino Técnico Integrado ao Médio, tornando inviável o comparativo. Há uma discrepância bastante acentuada a qual provoca um grande impacto na diferença dos quantitativos analisados, uma vez que os números absolutos analisados entre as duas categorias é de 4 para 330.

#### 4.2.7 Campus Uruçuí: ingressantes, ano de 2020

O gráfico abaixo apresenta os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio no ano de 2020, fazendo o comparativo entre as duas categorias de estudantes PAEVS e Não PAEVS do Campus Uruçuí.

Gráfico 16 – CAURU, indicadores dos ingressantes de 2020



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

No período de 2020 a 2022, houve 352 matrículas de estudantes que ingressaram em 2020; destes, no período de três anos, 30 eram estudantes PAEVS e 322 Não PAEVS.

Do total de 30 atendidos pelo PAEVS, foram aprovados 63,33% e dos 322 Não PAEVS o percentual de aprovados foi de 53,41%, evidenciando um índice positivo para a categoria PAEVS de 9,92%. O indicador de conclusão sinalizou em 30% para o PAEVS e 20,5% Não PAEVS trazendo uma diferença significativa de 9,5%. Quanto ao indicador de reprovação, apontou um percentual de 6,67% para categoria PAEVS

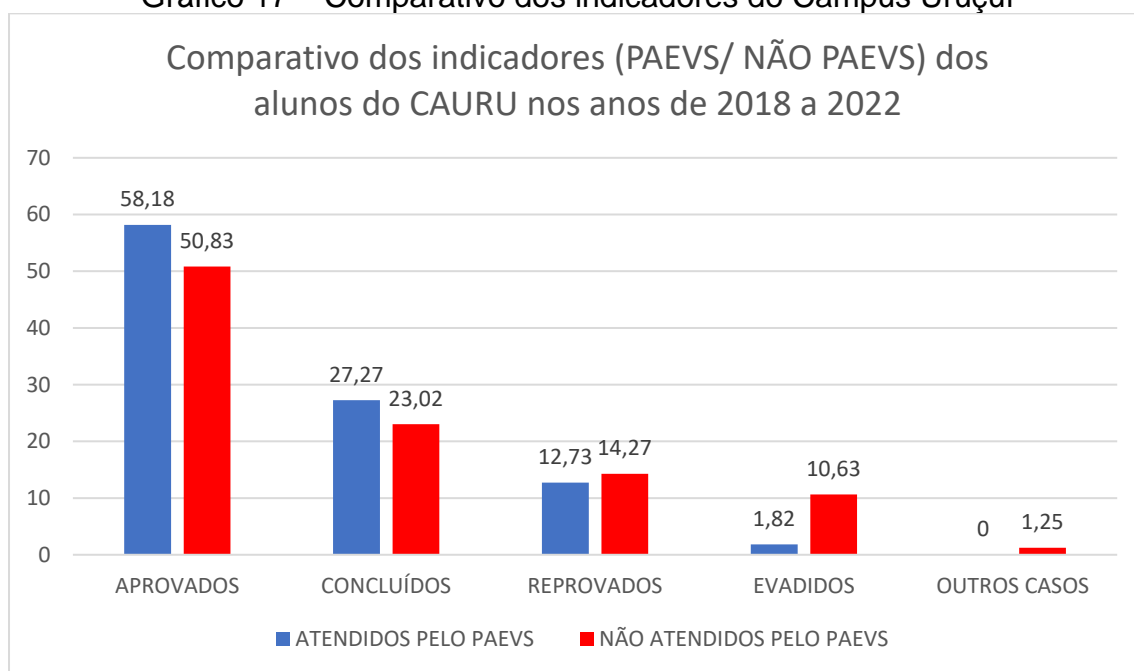
e 15,22% Não PAEVS, evidenciando um resultado positivo para o PAEVS de 8,55%. O indicador de evasão apresentou uma positividade bastante significativa, uma vez que não houve evasão na categoria PAEVS e, sim, na Não PAEVS de 7,45%.

Como indicador de positividade, aprovação e conclusão, mostrou prosperidade no desempenho acadêmico dos estudantes PAEVS e o indicador de reprovação também sinalizou positivamente para a categoria PAEVS, assim como a evasão com percentual de 0%.

#### 4.2.8 Campus Uruçuí: comparativos dos indicadores nos anos de 2018 a 2022

O Gráfico 17 apresenta a compilação das informações do Campus Uruçuí retratadas nos gráficos 14, 15 e 16. O objetivo é fazer uma análise dos resultados identificados quanto aos indicadores de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do Campus Uruçuí ao longo dos três anos estudados, 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 17 – Comparativo dos indicadores do Campus Uruçuí



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

A construção do Gráfico 17 teve como base um total de 1.015 (um mil e quinze) estudantes ingressantes, dos quais apenas 55 (5,42%) são de estudantes beneficiários do PAEVS e 960 (94,58%) são Não PAEVS.

O indicador de aprovação apontou um percentual de 58,18% para o PAEVS em detrimento de 50,83% para Não PAEVS e o indicador de conclusão foi de 27,27% e 23,02% PAEVS e Não PAEVS, respectivamente. Quanto ao indicador de reprovação, o PAEVS apresentou um percentual de 12,73% e Não PAEVS 14,27%.

Observa-se, portanto, que os indicadores de positividade, aprovação e conclusão indicaram uma diferença de 7,35% e 4,25% respectivamente, para estudantes atendidos pelo PAEVS, enquanto o indicador de reprovação se manteve equilibrado em percentuais próximos tanto para alunos atendidos pelo PAEVS quanto pelos não atendidos pelo PAEVS.

Quanto ao indicador de evasão, infere-se que nele, em todos os anos avaliados, o impacto foi bastante positivo para os estudantes do PAEVS, com uma margem de diferença na casa dos 8,81% em relação aos estudantes Não PAEVS. Logo se percebe a importância do programa como política de enfrentamento ao fenômeno da evasão.

Nestes termos, compreende-se que o PAEVS mostrou influência positiva no percurso formativo dos estudantes beneficiários, visto que os maiores percentuais de aprovação e conclusão estão entre os estudantes PAEVS, enquanto o maior quantitativo de evasão encontra-se entre os estudantes Não PAEVS.

Importa salientar que, de acordo com os dados apresentados, o Campus Uruçuí, ao longo do período investigado, apresentou uma baixa inserção de estudantes ingressantes do Ensino Técnico Integrado ao Médio no PAEVS.

Consoante o registro na tabela de indicadores PAEVS feito pela Assistente Social do Campus Uruçuí, a limitação do recurso da AE favoreceu a não oferta de novas vagas. Essa situação requer algumas reflexões tanto acerca do quantitativo de recurso disponível para o atendimento do programa, por isso não se amplia o número de vagas de modo a abarcar novos estudantes, quanto supor que, para além da limitação orçamentária, a inexistência de vagas pode estar vinculada à permanência nos estudos daqueles que já são do programa, tanto assim que foi visivelmente identificado, na leitura dos gráficos, que a evasão dos estudantes do PAEVS é quase que inexistente. Logo, se os estudantes PAEVS não estão evadindo-se, pressupõe-se que eles permaneceram tanto no programa quanto na instituição.

Em qualquer das situações, não se deve descartar a importância da ampliação de recursos para o atendimento de um maior número de estudantes que ingressam

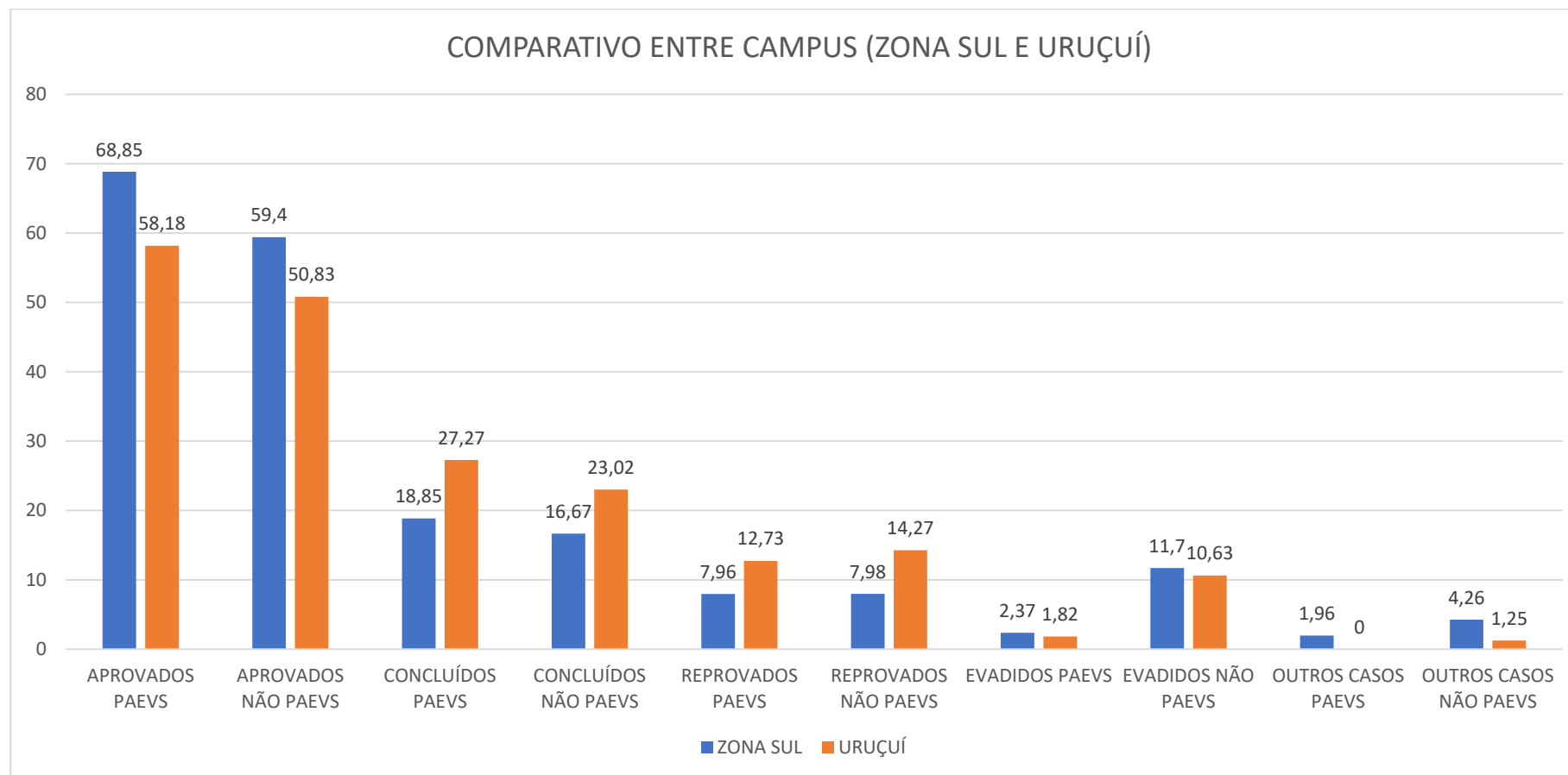
na instituição, principalmente nos cursos do Ensino Técnico Integrado ao Médio o qual representa, anualmente, a maior oferta de vagas.

### **4.3 Similaridades e diferenças entre os *campi***

Nesta seção, para responder ao último objetivo específico, fez-se a compilação dos dados apresentados na seção anterior. Dessa forma foi feito um comparativo entre cada indicador de evasão, reprovação, aprovação e conclusão dos *campi* Teresina Zona Sul e Uruçuí, averiguando a evolução desses indicadores entre os estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio do PAEVS e Não PAEVS no período que compreende 2018 a 2022.

A partir do referido comparativo, com a ajuda de pesquisa bibliográfica, documental, da leitura de relatórios, além de dados registrados em sites oficiais, destacaram-se as similaridades e diferenças identificadas entre os *campi*.



Gráfico 18 – Comparativo entre *campi*

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

De acordo com o Gráfico 18, o indicador de aprovação apresenta-se da seguinte forma: para a categoria PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul possui maior quantidade de aprovações com percentual de 68,85%, enquanto o Campus Uruçuí aprovou 58,18% representando uma diferença positiva para o campus Teresina Zona Sul de 10,67%. Quanto à categoria Não PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul com percentual de aprovações de 59,4% também aprovou mais que o Campus Uruçuí que registrou 50,83% aprovações, com margem positiva de 8,57%. Sendo assim, constata-se que o PAEVS aprovou, ao longo do período analisado, um número maior de estudantes beneficiários tanto no Teresina Zona Sul quanto no Campus Uruçuí, portanto, no quesito aprovação, foi evidenciada uma similaridade entre os dois *campi*.

O indicador de conclusão apontou a seguinte situação: para a categoria PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul possui menor quantidade de conclusões com percentual de 18,85%, enquanto, no Campus Uruçuí, os que concluíram foram 27,27% representando uma diferença positiva para este campus de 8,42%. Quanto à categoria Não PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul apontou um percentual de 16,67% de conclusões, enquanto que o campus Uruçuí alcançou 23,02%, fazendo uma margem positiva para este em 6,35%. Portanto evidencia-se uma similaridade entre os dois *campi*, já que os estudantes do PAEVS, tanto do Campus Teresina Zona Sul quanto do Campus Uruçuí concluíram em maior percentual em detrimento dos estudantes Não PAEVS, ao longo do período analisado.

O indicador de reprovação apresentou-se da seguinte forma: para a categoria PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul possui menor taxa de reprovação, com percentual de 7,96%, e o Campus Uruçuí registrou 12,73% de reprovações representando uma positividade para o Campus Teresina Zona Sul de 4,77%. Quanto à categoria Não PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul apontou um percentual de 7,98% de reprovações enquanto que, no campus Uruçuí, a margem foi de 14,27%, mostrando uma positividade para o campus Teresina Zona Sul de 6,29%. Neste estudo, demonstra-se, portanto, que os estudantes do PAEVS e Não PAEVS apresentaram, em cada campus, praticamente os mesmos percentuais de reprovações, ao longo do período analisado, com margem de 7% para o Teresina Zona Sul e margem de 13% para o Campus Uruçuí e sendo assim, percebe-se uma similaridade nos resultados sobre a reprovação.

O indicador de evasão comportou-se assim: para a categoria PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul apresentou uma taxa de 2,37%, sendo um pouco maior

que a do Campus Uruçuí que apresentou uma taxa de 1,82% apontando uma discreta diferença de 0,55% entre os dois *campi*. Quanto à categoria Não PAEVS, o Campus Teresina Zona Sul apontou um percentual de evadidos de 11,7% enquanto que, no Campus Uruçuí, a margem foi de 10,63%, mostrando uma positividade para o Campus Uruçuí de 1,07%. Desta forma, constata-se que o indicador de evasão se mostrou fortemente positivo para o PAEVS, uma vez que os índices de evasão nos dois *campi* permaneceram baixíssimos em relação à categoria Não PAEVS ao longo do período analisado, sinalizando portanto que os dois campi apresentam uma similaridade no quesito evasão.

Diante do exposto, nota-se que o desempenho acadêmico dos estudantes do PAEVS, ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio, verificado nesta pesquisa por meio dos indicadores de aprovação e conclusão, apresentou-se mais elevado do que o dos estudantes Não PAEVS. O indicador de reprovação apresentou-se nos mesmos percentuais. Dentre os indicadores analisados, a evasão apontou um percentual bastante significativo para o PAEVS, comprovando, dessa forma, que tal programa tem contribuído fortemente como uma ferramenta no enfrentamento à evasão. Neste sentido, cumpre o propósito do PNAES quanto à redução das taxas de evasão (Brasil, 2010), bem como cumpre seu papel, quando foi recomendado, por meio do Acórdão nº 506/TCU, que os Institutos incluíssem nos seus planos, ações de assistência estudantil no acompanhamento da evasão (Brasil, 2013).

Além disso, algumas pesquisas corroboram os resultados positivos de programas de Assistência Estudantil direcionados para estudantes em vulnerabilidade social. Campos (2018), por exemplo, destacou a relevância desses programas em sua pesquisa que foi realizada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) com 1051 estudantes que pensaram em abandonar o curso. A pesquisadora constatou que 44,05% desses estudantes apresentaram como fatores que motivariam a evasão a dificuldade financeira e 21,79%, a dificuldade em conciliar estudo com trabalho.

Os autores Cavnagnac e Loiola (2018) avaliaram a Assistência Estudantil e o acesso dos jovens da região do sertão de Crateús ao Ensino Superior em estudo realizado com alunos do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Os autores consideraram que os auxílios em forma de pecúnia, ofertados aos estudantes da referida instituição, são fundamentais para a permanência até a conclusão do curso, sobretudo daqueles pertencentes às camadas mais pobres, proporcionando-lhes condições favoráveis para o desempenho acadêmico e mais qualidade de vida.

Essa percepção sobre a importância do PNAES para estudantes em situação socioeconômica mais precarizada é endossada também por Saccaro, França e Jacinto (2016), quando diagnosticaram, em seus estudos, uma positividade quanto à efetividade do programa entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica assistidos pelo PNAES, pois o índice de evasão foi inferior entre os assistidos, e o índice de estudantes que concluíram e de ativos foi superior ao dos não assistidos pelo PNAES. Por esse motivo, os autores afirmam que o critério renda interfere no processo formativo e contribui para o controle da evasão, posto que estudantes nas mesmas condições socioeconômicas, que não receberam suporte econômico para estudar por meio de auxílios pecuniários da AE, são mais propensos a evadir-se. Destarte, reafirmado também por Miranda (2022), a vulnerabilidade socioeconômica pode ser fator impeditivo para a não permanência do estudante na escola.

Ainda sobre o contexto da evasão, o qual apresenta uma considerável diferença entre as duas categorias PAEVS e Não PAEVS, é importante apontar algumas possíveis ações que contribuíram para o enfrentamento desse fenômeno junto aos estudantes beneficiários. Evidenciou-se, na tabela de indicadores do PAEVS, registros dos acompanhamentos, das intervenções e encaminhamentos realizados pelas equipes multiprofissionais. Para além do suporte financeiro com os benefícios pecuniários, ocorreram escutas qualificadas, atendimento junto a familiares, apoio psicossocial e pedagógico, bem como encaminhamentos para monitorias de ensino, PRAEI e a professores. Essas ações, ressaltadas pelas pesquisadoras Pereira (2017), Diniz (2019), Lopes (2021) e Miranda (2022), interferem nos fatores de risco que provocam a evasão, como, por exemplo, as condições socioeconômicas, as fragilidades de ordem emocional e as dificuldades de aprendizagem.

É relevante registrar algumas percepções dos estudantes sobre a POLAE e/ou PAEVS identificadas por Miranda (2022). A maioria dos estudantes afirmou que a POLAE contribui plenamente para a permanência e melhoria no rendimento acadêmico. Consideram a ajuda para aquisição de materiais escolares, o atendimento das necessidades básicas de alimentação, transporte e moradia, além da promoção de ações motivacionais, fatores preponderantes para a permanência e o êxito acadêmico. Assim, a autora, a partir da análise dos dados, constatou que a POLAE

alcança seu objetivo de contribuir para a permanência e êxito do estudante no percurso formativo.

Voltando para a leitura do Gráfico 18, percebe-se como similaridades entre os dois *campi* os resultados do desempenho acadêmico, uma vez que ambos os *campi* apresentaram positividade para o PAEVS mostrando que tal programa tem contribuído, sim, para a promoção do percurso acadêmico dos beneficiários.

Quanto às diferenças, observou-se que o Campus Teresina Zona Sul (CTZS) absorve um número maior de estudantes matriculados. De acordo com o SUAP (2023), o número de matrículas registradas em 2022 de estudantes de cursos técnicos integrados, concomitantes/subsequentes e de graduação, na forma presencial, no CTZS, foi de 820 estudantes e, em Uruçuí, foi de 526. Imagina-se que esse fator possa estar ligado à localização dos campi, uma vez que o CTZS localiza-se na capital do estado que apresenta um número bem superior de habitantes que a cidade onde se localiza o segundo campus estudado, pertencente à região sul do estado. De acordo com o censo de 2022, Teresina tem 866.300 (oitocentos e sessenta e seis mil e trezentos) habitantes e Uruçuí conta com 23.203 (vinte e três mil, duzentos e três) habitantes (IBGE, 2023).

Dentre os estudantes matriculados, 71,84% do CTZS apresentam renda per capita de até 1,5 salário mínimo, enquanto o público-alvo do PAEVS, em Uruçuí, apresenta o percentual bem superior, de 92,28%. Essa diferença na condição de renda familiar pode estar atrelada a diversos fatores. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), por exemplo, aponta que Teresina alcança o valor de 0,751 e Uruçuí o de 0,631, portanto o IDHM de Uruçuí é inferior ao de Teresina. Tal índice não é obtido somente pela renda per capita, mas pela média aritmética simples, referente a outros aspectos, como o IDH da Longevidade, da Educação e da Renda (PNUD, 2023).

As condições de trabalho da população reverberam também nas rendas familiares. De acordo com o IBGE, no ano de 2021, a cidade de Teresina, apresentou um salário médio mensal de 2,6 salários mínimos e as pessoas ocupadas em relação à população total representaram 33,22%. Enquanto que Uruçuí alcançava salário médio mensal de 2,1 salários mínimos, porém as pessoas em condição de trabalho representavam 21,39% em relação à população em geral, portanto apresenta um percentual inferior a Teresina. Considerando famílias com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a cidade de Teresina apresenta um percentual

de 38,6% da população, enquanto que Uruçuí o percentual é de 46,9% da população vivendo na condição de pessoa de baixa renda (IBGE, 2023). Nesse prisma, deduz-se que esses percentuais consolidam a diferença no número de estudantes com renda menor no campus de Uruçuí que o de estudantes do Campus Teresina Zona Sul.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a temática da Assistência Estudantil (AE) e parte da complexidade que envolve a política socioeconômica do país, a política pública, a desigualdade social, o processo educacional, a gestão pública e o direito a educação. Contemplando os objetivos, a pesquisa apontou achados que provocam novas possibilidades de investigação para somar com os resultados alcançados, assim sendo, apresentam-se as considerações finais destacando aquelas que se julgam ser as mais adequadas ao atendimento das proposições.

O estudo foi embasado em referenciais teóricos, pesquisas, produções acadêmicas, além de relatórios institucionais e, nestes termos, apresentou, em linhas gerais, a trajetória histórica da AE, com os primeiros passos no início do século XX até a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234/2010.

A partir do PNAES, como marco mais recente da AE, legitimando-a como direito do estudante, principalmente daqueles considerados em situação de vulnerabilidade social, foi-se compreendendo o processo de construção e implementação da Política de Assistência Estudantil nas universidades e institutos federais, entre eles o Instituto Federal do Piauí.

A Política de Assistência Estudantil do IFPI e, particularmente, um dos seus programas, o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), foi objeto macro neste estudo, que teve como objetivo geral avaliar a contribuição do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí na promoção do percurso acadêmico dos estudantes beneficiários. Para alcançá-lo, foi detalhado em três objetivos específicos.

O primeiro objetivo trouxe o PAEVS e os indicadores evasão, reprovação, aprovação e conclusão apresentando sua evolução a partir de 2014 até o ano de 2022 sendo subsidiado pela tabela de indicadores do PAEVS instrumental preenchido anualmente pelas comissões de AE dos *campi*, que forneceram os dados quantitativos e registros de ações interventivas e encaminhamentos realizados.

O desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários observados pelos indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão mostraram uma positividade ao longo do período analisado, mais precisamente nos anos de 2014

a 2018 e 2022. O indicador de aprovação apresentou uma média de 58,6% e os níveis de conclusão se mantiveram estáveis em 18,6%. Quanto aos indicadores de reprovação e evasão dos estudantes do PAEVS, mantiveram-se entre a média de 9,2% e 7,4%, respectivamente. Ressalta-se, portanto, que tais indicadores mantiveram-se em um patamar abaixo dos percentuais identificados no IFPI nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2022.

Importa esclarecer que, embora se reconheça a relevância do referido instrumental, ressalta-se também que apresenta fragilidade na organização dos dados, uma vez que o documento é preenchido de forma manual. Isso exige das assistentes sociais ou outros profissionais que executam essa contabilidade uma organização e precisão das informações que muitas vezes tornam os dados de difícil entendimento, como se os números não fechassem o ciclo daquilo que está sendo contabilizado.

Nesse prisma, é oportuno salientar que o IFPI, instituição secular, como gestor de uma educação de qualidade e também de uma política pública, como a Assistência Estudantil, precisa prestar contas à comunidade e aos órgãos de controle sobre os resultados de seu trabalho. Para isso, necessita de ferramentas mais tecnológicas e seguras que possam efetivamente apresentar resultados mais coesos sobre os indicadores de Assistência Estudantil. Inclusive precisa justificar a aplicação dos recursos que são investidos em tal política, bem como poder comprovar que os recursos são insuficientes para garantia de uma política mais justa.

Para alcançar os demais objetivos específicos, o estudo analisou o desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020 dos campi Teresina Zona Sul e Uruçuí, comparando os indicadores educacionais de evasão, reprovação, aprovação e conclusão entre PAEVS e Não PAEVS.

O estudo comparativo respaldou os achados positivos quanto ao desempenho acadêmico dos estudantes do PAEVS. Esse desempenho foi verificado por meio dos indicadores de aprovação e conclusão, e apresentaram-se mais elevados para os estudantes PAEVS do que para os estudantes Não PAEVS. O indicador de reprovação manteve-se com índices iguais tanto no Campus Teresina Zona Sul quanto no Campus Uruçuí.

O destaque maior está no indicador de evasão que demonstrou um percentual bastante significativo para o PAEVS, revelando uma positividade para o Programa que



comprovadamente tem contribuído como uma ferramenta no enfrentamento à evasão e conseqüentemente contribuído para a promoção do percurso acadêmico dos beneficiários.

Como uma das contribuições, está a oferta de auxílios financeiros que impulsionam o PAEVS e que, sem dúvidas, é fundamental na sustentação da vida acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, pois, além de minorar as fragilidades financeiras que ameaçam as suas trajetórias educacionais provocando a evasão escolar, os auxílios pecuniários também favorecem a igualdade de oportunidades no campo educacional e social.

Outra contribuição identificada nesta pesquisa e extremamente relevante para o enfrentamento das ameaças que fragilizam a continuidade dos estudos de boa parte dos estudantes foi o acompanhamento psicossocial e pedagógico voltado para o público estudantil. Os instrumentos analisados neste estudo apontaram as inúmeras causas da evasão e as medidas interventivas e possíveis que foram executadas por uma rede de profissionais, formada pelas diversas categorias que compõem o quadro de servidores no âmbito do IFPI. As ações de acompanhamento desenvolvem habilidades que podem causar uma transformação social ou um incentivo para que estudantes, compreendendo suas realidades, queiram mudá-la. O acompanhamento é uma das dimensões que fazem parte desse processo de ensino-aprendizagem que muitas vezes é realizado nos bastidores da instituição, e que tem um valor imensurável no processo de permanência e êxito. Talvez uma outra pesquisa possa avaliar com mais materialidade a dimensão do acompanhamento multiprofissional como um instrumento de permanência e êxito acadêmico.

Vale registrar que os percentuais identificados nos indicadores de aprovação, reprovação e conclusão não apontaram uma diferença significativa e impactante para a categoria PAEVS, contudo os estudantes da categoria Não PAEVS necessariamente não representam os estudantes fora do escopo da POLAE. Provavelmente esses estudantes participem de alguma maneira do Programa Universal, seja através da monitoria, tanto como monitores ou como usuários, seja no usufruto do restaurante estudantil ou ainda desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão fomentados pela Assistência Estudantil e que podem ter uma parcela de contribuição nos índices positivos dos indicadores aqui estudados. Nesse cenário, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada que possa avaliar a POLAE na sua totalidade dando vazão também a essa lacuna.

Sobre a questão orçamentária da Assistência Estudantil, exposta no decorrer deste estudo, verificou-se que ela não acompanhou o crescimento anual de matrículas e por isso vem impactando negativamente no quantitativo de estudantes que deveriam estar inseridos no PAEVS. Os institutos federais, caracterizados desde seu nascedouro como instituições acolhedoras de estudantes pobres, filhos de trabalhadores, necessitam de uma Assistência Estudantil consubstanciada em maior volume de recurso de modo a ampliar o número de estudantes pertencentes às camadas mais pobres, nos programas sociais ofertados por eles. Talvez assim, a Assistência Estudantil possa ser, de fato, considerada como um direito de todos, assim como se proclama que a educação é.

É preciso garantir a efetividade da Assistência Estudantil e, por isso, urge a transformação do decreto PNAES em lei, incorporando-a como uma política de Estado que garanta a ampliação dos recursos em prol da permanência estudantil e alcance do êxito acadêmico, para, assim, consolidar o direito constitucional à Educação para estudantes dos mais variados estratos sociais e promover o desenvolvimento social, cultural, político, científico e econômico para o país.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. **Direito à educação e diálogo entre poderes**. 2012. 259f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

AZEVEDO, Luiz Alberto; COAN, Marival. O ensino profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes - uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho necessário**, ano 11, n. 16, p. 1-28, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8449/6049>. Acesso em: abr. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, Leonardo Ferreira; GONÇALVES, Clayton Pereira; CUNHA, Diego de Oliveira da; OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Análise da correlação entre a média de alunos por turma na taxa de rendimento de alunos nas escolas públicas de ensino médio no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/analise-da-correlacao-entre-a-media-de-alunos-por-turma-na-taxa-de-rendimento-de-alunos-nas-escolas-publicas-de-ensino-medio-no-municipio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices, para ensino profissional primário gratuito. Presidência da República, 1909. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1909, página 6975.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1934). Presidência da República, 1934. **Diário Oficial da União**, de 16 de julho de 1934, página 1. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 set. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970->

1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: &lt;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)&gt;; Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC.** Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União, Secretaria de Educação Profissional/SETEC/MEC. Acórdão nº 506/2013-PLENÁRIO. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF: SETEC/MEC, 2014.

CAMPOS, L. C. **Políticas de permanência estudantil em cursos de licenciaturas no período de 2007 a 2017:** a experiência da universidade federal do triângulo mineiro. (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CAVAIGNAC, M. D.; LOIOLA, E. M. **A assistência estudantil e o acesso dos jovens da região do sertão de Crateús ao ensino superior:** um estudo com alunos do IFCE. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 167-189, jan./abr. 2018.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COLOMBO, Irineu Mário. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e71886, 2020, p. 1-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSdjhGzGr3FR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2023.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

COSTA, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. *In*: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 9, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2009. p. 1-13.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Karolina Nogueira Mendonça. **Políticas públicas na educação**: análise dos resultados do PNAES para a permanência e êxito do estudante em vulnerabilidade social do IFPI – *Campus* Parnaíba. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: dez. 2023.

DRAIBE, Sônia M. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma? *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Editora UnB; Enap, 1997. p. 213-258.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; BARREIRA, Maria Cecília Rocha Nobre. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE; PUC/SP, 2001.

FELICETTI, Vera L. Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Retrospectiva 2022**. Mapa da nova pobreza revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$497,00 mensais. 30/12/2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais> . Acesso em: 26 maio 2023.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Dez encontros**. Goiânia, 1993.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Fonaprace, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 03 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARZELLA, F. A. C. A Disciplina de Cálculo I: a análise das relações entre as práticas pedagógicas do professor e seus impactos nos alunos. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=141960](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=141960). Acesso: 26 dez.2023.

GATTI, B.A.; BARRETTO, E.S. de Sá; ANDRÉ, M.E.D.A. de; ALMEIDA, P.C.A. de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A.M.O.; PASSOS, G.O. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, pp. 416-442, 2018.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em profundidade da política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. 2017. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24384>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GUEDELHO, C. V.; LIMA, J. R.; LIMA, Z. B. Resignificação da assistência estudantil no IFPI e desafios para sua consolidação. *In*: XIV Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais ...** Natal: ABEPSS, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

IFBA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016**. Aprova alterações nos artigos da Política de Assistência Estudantil e do documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Salvador: Conselho Superior/IFBA, 2016.

IFMG – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Resolução nº 09, de 03 de julho de 2020**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG e revogação da resolução nº 3/2019. Belo Horizonte: Conselho Superior/IFMG, 2020.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Guia dos cursos**. 2023. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/teresinazonasul/o-campus/cursos>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Caracterização dados familiares**. 2022. Disponível em:

[https://suap.ifpi.edu.br/ae/estatisticas\\_caracterizacao\\_dados\\_familiares/](https://suap.ifpi.edu.br/ae/estatisticas_caracterizacao_dados_familiares/) Acesso em: 23 mar. 2023.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Matriculado**. 2023. Disponível em: [https://suap.ifpi.edu.br/edu/estatistica/?situacao\\_matricula\\_periodo=SITUACAO\\_MATRICULADO](https://suap.ifpi.edu.br/edu/estatistica/?situacao_matricula_periodo=SITUACAO_MATRICULADO). Acesso em: 27 dez. 2023.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2010-2014**. Teresina, 2010.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina: IFPI, 2014

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção**. Pró-reitoria de Ensino, 2016.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2020-2024**. Teresina, 2019.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução nº 14, de 18 de junho de 2020**. Aprova a oferta de atividades pedagógicas não presenciais, de forma excepcional e transitória, enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia de Covid19. Teresina: Conselho Superior/IFPI, 2020a.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Instrução Normativa PROEN Nº 01, de 19 de junho de 2020**. Estabelece os procedimentos para o funcionamento das atividades pedagógicas não presenciais. Teresina, 2020b.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Nota Técnica PROEX, de 22 de junho de 2020**. Disponibiliza em caráter emergencial o auxílio conectividade enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia pela Covid -19. Teresina, 2020c.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Instrução Normativa PROEX Nº 01, de 04 de agosto de 2020**. Estabelece orientações acerca da concessão do Auxílio Temporário a ser ofertado aos estudantes matriculados nos cursos presenciais da oferta regular do IFPI, em decorrência do estado de pandemia pela Covid-19. Teresina, 2020d.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução nº 35, de 19 de maio de 2021**. Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil do IFPI e dá outras providências. Conselho Superior/IFPI. Teresina, 2021a.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Relatórios**. 2022. Disponível em: <https://sifae.ifpi.edu.br/admin/relatorios>  
Acesso em: 22 out. 2023.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Instrução Normativa PROEX Nº 01, de 14 de abril de 2021**. Estabelece orientações acerca da concessão, na forma de empréstimo, do Auxílio Inclusão Digital na modalidade acesso a equipamento Tablet, a ser ofertado aos estudantes participantes das aulas não presenciais no ano letivo de 2021. Teresina, 2021b.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Relatórios**. 2021. Disponível em: <https://sifae.ifpi.edu.br/admin/relatorios>  
Acesso em: 22 out. 2023.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **O - campus**, 2023. Disponível em <https://www.ifpi.edu.br/> . Acesso em: 19 nov. 2023.

JERÔNIMO, Maria Keila. A expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí-IFPI: 110 anos de história. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., on-line, **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2019. n.p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58299>. Acesso em: abr. 2023.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LOPES, Shirley Raquel Frazão. **Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE)**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Parnaíba (PI), 2021.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Jakelinne Lopes de Sousa. **Assistência estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar: percepções dos estudantes do Ensino Médio Integrado**. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Mossoró (RN), 2022.

MORAES, M. R. O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira. **Revista Temas e Matizes**, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 177-200, 2010.



MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, a. 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: abr. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 10 ago.2023

NASCIMENTO, C.M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista em pauta**, nº 19, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190> Acesso em: 2 ago. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): a experiência no IFPI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. Evasão Escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 4 nov.2023.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à Educação**. 4. ed. São Paulo: Xamã, 2001.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento. **Avaliação dos efeitos da Política Pública de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Teresina Central**. 2017. 89f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2017.

PNP – PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores de gestão**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2023.html> 2023. Acesso em: 26 maio 2023.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. **PNUD no Brasil: por um desenvolvimento humano, inclusivo e sustentável**, 2023. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. A Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. **SER Social**, [S. l.], v. 21, n.

43, jul-dez. 2018. Disponível em:  
[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/23641](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23641). Acesso em: 12 mar. 2023.

QUEIROZ, Lucileide Domingos (2004). **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2004. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 10 dez.2023

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RAMOS, Marise N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, A.C.; SILVA, C.N. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, p. 20-43, 2017.

RÊGO, V. R.; RODRIGUES, A.G. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: IFPI, 2009.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 44, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais ...** Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/10648>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 10 jul.2023.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOUSA, Karina Cardoso de; SOUSA, Jalva Lília Rabelo de. A Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: de Escola de Aprendizizes Artífices a Institutos Federais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7, 2021, Maceió. **Anais eletrônicos [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1-28. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO\\_EV150\\_MD1\\_S\\_A120\\_ID1416\\_22082021133245.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_S_A120_ID1416_22082021133245.pdf). Acesso em: abr. 2023.

SOUSA, Livia Mesquita de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários**. 2005. 112f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. São Paulo: Editora Nacional, 1975

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2023.